**SYDNEY PINTO DOS SANTOS**

****

**SANTA MARIA DO URUARÁ, REGIÃO DO URUARÁ-CAMAPU E RIBEIRINHA: HISTORICIDADE, ASPECTOS CARACTERIZADORES E ATIVIDADES PRODUTIVAS COM SUAS RELAÇÕES NO ABASTECIMENTO DO MERCADO INTERNO E EXTERNO**

****

**SANTA MARIA DO URUARÁ – PRAINHA – PARÁ**

**2021**

**SOBRE O AUTOR**

Professor efetivo da rede pública de ensino do município de Prainha; Pedagogo da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Ezilda Aragão Brasil”.

Técnico em Contabilidade pelo Colégio Estadual Felisbelo Jaguar Sussurana (Santarém – Pará)

Técnico em Magistério pela Escola Francisco Nobre de Almeida (Monte Alegre) pelo Curso de Formação Continuada de professores pelo Curso Gavião II.

Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Vitória (Espírito Santo)

Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Pará.

Pós-graduado em Gestão Escolar pela Universidade federal do Oeste do Pará.

Pós–graduado em Metodologias da Língua Portuguesa e Estrangeira pela UNINTER.

Mestrando em Educação (Especialidade em Formação Continuada de Professores) pela UNINI/FUNIBER (Puerto Rico)

Professor Orientador de Estudos (UFOPA) em Prainha pelo Programa Nacional de Professores Alfabetizadores (2013 – 2016)

Ex- diretor/presidente da AMOSAMUR – Associação de Moradores de Santa Maria do Uruará e Região (2013 – 2020)

Ex-membro do Conselho Distrital de Santa Maria do Uruará (2018 – 2020).

Conselheiro do CACS/FUNDEB do município de Prainha – Pará.

Ex-conselheiro do Conselho da Saúde de Prainha – Pará.

Coordenador do Movimento Emancipalista da Margem Direita do Amazonas (Santa Maria do Uruará).

Ex-membro da UNITapajós – Região Oeste do Pará.

AMAZONAS – RIO: parte minha, minha vida

Nesta longa e amada trajetória, vi, vivi e convivi de amores naturais, barcos, remos, ondas, todos eles pertencente a um universo que aos poucos vão mudando de faces, faces estas contidas de ternura, feição, afeição, conforto e desconforto. Logo, me percebo navegando num entusiasmo garantido pela imensidão das águas, dos ventos, do vai e vem dos barcos, navios, canoas, “rabetando” ou não, conduz, produz e reluz um mundo a parte, mas que mesmo assim faz parte de nossa vida como amazônida que não cansamos de curtir e vivenciar as belezas contidas no âmago deste Brasil, deste Pará.

Ó Amazonas, grande rio que se faz florir de águas borbulhantes, de ondas vivas, de redemoinhos aquáticos, que fazem caracterizar o homem que lateja, peleja e mergulha num vai e vem frenético de energia perpetuada pela própria força desenvolvida por este gigante; um colosso não adormecido que ruge nas “trevoadas”, temporais, cardumes e na maresia das embarcações.

Pessoas vão e vem, umas se possibilitam ao retorno de uma viagem que nunca esquecerão, viajada de outras formas pelo mesmo caminho aquático; comandantes repetitivos das trajetórias sem fim, num sobe e desce infinito, pela infinita razão do trabalho e do domínio do espaço ora por aventura e função.

Redes, camarotes, colchões, bancos, cadeiras, todos eles elementos que fazem parte de um convívio diário que se permite na travessia longa do rio-mar, com suas águas barrentas, recebidas e lançadas dos altos Andes, descendo escorrendo, navegando freneticamente e que tem como testemunhas as malhadeiras, redes pesqueiras, tarrafas lançadas no alcançar do pão do dia a dia.

Águas que são levadas pouco a pouco, mas num estalar de mar, são abraçadas pelo Atlântico, depois de Marajó, Mexiana e Caviana; mares que se abraçam fazendo um só ser, de unidade, profundidade e imensidão, solidão, canção de amar.

Sonhos levados pelos barcos, na âncora da solidão; sonhos estes que se lançam para cima e para baixo; para a “Zona”, para o “Equador” e para o “Forte”; espaços que oferecem perspectivas, sonhos e realizações de vida, de caminhada, de anseios; e nós no meio destas “utopias” e conjecturas; fantasias únicas ou diversas; não podemos nos permitir utilizar a indumentária da própria sorte, mas conduzi-la a verdadeiras realizações para gerações futuras que acreditam na possibilidade de mudança, arraigada na fé e na esperança de cada um de nós que sabe e que dar credibilidade naquilo que muitos não dão a ínfima e efêmera importância: o aprender como forma de conduzir o “humano” cidadão, do indivíduo inconsciente, do sujeito não passivo, do agente otimista e futurista, dos tipos diversos.

O que não podemos é negligenciar que o conhecimento, a informação, e as diversas possibilidades do aprender e do apreender não significa nada, que não possibilita mudanças profundas e significativas na vida do outrem, do ente querido. Pelo contrário, as relações entre a natureza, a cultura e o viver de todos, fazem um entrelaçamento que conduz, produz e não reduz o caráter, a personalidade de cada um vivente deste pulsante ambiente que o homem amazônida faz parte.

Assim, Amazonas, não se cale, continue fazendo com que homens, mulheres, crianças e outros seres da natureza se vejam como parte de tu, que muitas vezes se torna impiedoso em suas “decisões” flutuantes; mas que permite a cada dia que passa os sonhos não se acabem, porém se transformem em significados puros e consistentes. Vai lá, leva teus irmãos aos sonhos e anseios tão desejados e elencados ao longo da vida de cada um. Faça com que o mundo enquanto parte de elementos da natureza esteja sempre em harmonia com o desejo de transformação e realização nas águas, nas montanhas do lado esquerdo e dos igapós e várzeas da direita; rios enchidos e preenchidos pelas marés que permitem que a vida não continue como ela é, mas como ela deve ser.

Pois, eu humano, faço parte de ti, porque te admiro, reflito e consisto em dizer que a mãe natureza ao teu lado, façais que o olhar de cada um seja também um olhar de responsabilidade; com suas águas, com seus peixes, suas vidas outras; e, principalmente dos instrumentos que levam e trazem realizações, emoções, decepções, as quais estão em constante transformações e de que outro dia, será ainda um dia muito melhor, construído e constituído na fé do homem, permitida por Deus.

Professor Sydney Pinto em 21 de fevereiro de 2015

Em Santa Maria do Uruará – Prainha – Pará - Amazônia – Brasil.

***PRÓLOGO***

Quando não nos preocupamos em escrever e descrever sobre algo ou alguém, temos a impressão que ficaremos no esquecimento do mundo e da sociedade a qual nos pertencíamos; assim sendo engolidos pela escuridão das mudanças que o futuro promoverá, e que nos dias atuais, são executadas de uma forma tão veloz, que as palavras aqui escritas ou os momentos descritos, já ganharam tão rapidamente o passado e assim o “olvido” da eternidade.

Porém, somos seres e homens que perduram seus momentos nos escritos e assim, procuram promover para outras gerações e indivíduos ou mesmo grupos sociais daquilo que vivemos, apreciamos e vivenciamos enquanto seres transformadores da sociedade, dos costumes e hábitos culturais. Portanto, de alguma maneira, alguns poucos se vislumbram deixando a lembranças dos momentos do passado em aberto, descritos nos papeis, onde podem amanhã servir de referências nos mais variados trabalhos e sendo consultados de acordo com os interesses dos possíveis destinatários.

O bom de tudo, é que temos a certeza que nem tudo será esquecimento, ainda mais quando vivenciados e transcritos em formas de gêneros textuais, sejam eles quais forem; e assim eternalizando a memória dos autores/escritores; promovendo com isto uma memória livre e viva, através dos mais diversos escritos, inclusive pela alma resplandecente dos livros, que hoje, ainda são palpáveis em poucas mãos, já que muito se mudou a maneira de adquiri-los e absorvê-los.

Mas a vida e a necessidade dos escritos farão com que o livro e seus conteúdos continuem vivos na mente, na memória e na construção de uma sociedade mais ampla e “conqusitável”.

O autor

**SUMÁRIO**

|  |  |
| --- | --- |
| **INTRODUÇÃO...................................................................................................** | **12** |
| **CAPÍTULO I**  **1.SANTA MARIA DO URUARÁ E SUA EXPANSÃO URBANA: historicidade, características geográficas, aportes legais, resultados da ocupação e propostas futuras.........................................................................** | **16** |
| **1.1 - OBSERVAÇÕES SINCRÉTICAS...............................................................** | **16** |
| **1.2 - Historicidade de Santa Maria do Uruará quanto a seu desenvolvimento de ocupação, expansão e organização estrutural/espacial:**........................................................................................... | **19** |
| **1.2.1 - As etapas que configuraram as transformações sócio-espacial.......** | **19** |
| **1.3 - DINÂMICA DO CRESCIMENTO, SEUS FATORES E FINALIDADES......** | **26** |
| * + 1. **- A função da estética urbana-espacial:...............................................** | **27** |
| **1.3.2 - As condições quanto a segurança do espaço:...................................** | **28** |
| **1.3.3 - A mobilidade do serviço de policiamento ostensivo e do serviço de segurança pública.......................................................................................** | **28** |
| **1.3.4 – Captação e destino de resíduos residenciais (circulação de veículos do serviço de limpeza).......................................................................** | **30** |
| **1.3.5 – Melhoria na distribuição dos serviços de energia pública e da rede de distribuição de água:...................................................................................** | **30** |
| **1.3.6 - Atendimento rápido do serviço de saúde aos comunitários:.............** | **31** |
| **1.3.7 - Arejamento do espaço público-urbano:...............................................** | **32** |
| **1.4 - RESULTADOS DEFINIDOS DA OCUPAÇÃO HUMANA..........................** | **32** |
| **1.5 - PROPOSTAS FUTURAS AO ORDENAMENTO ESPACIAL URBANO.....** | **34** |
| **1.6 - SANTA MARIA DO URUARÁ: Um núcleo urbano sem porto público....** | **37** |
| **1.7 - CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES DO CAPÍTULO.......................** | **38** |
| **CAPÍTULO II**  **2 . PRODUTOS LOCAIS, SUAS CARACTERÍSTICAS, PROCESSO DE PRODUÇÃO E MERCADO CONSUMIDOR......................................................** | **41** |
| **2.1 - PRODUÇÃO DE QUEIJO (“MANTEIGA E COALHO”).............................** | **41** |
| **3 - PRODUÇÃO DE FARINHA DE PEIXE (PIRACUÍ)........................................** | **42** |
| 3.1 – Confecção dos apetrechos ou teçume da rede........................................... | 42 |
| 3.2 – Captura e transporte da matéria-prima:...................................................... | 43 |
| 3.3 – Separação primária do pescado:................................................................ | 43 |
| 3.4 – Assamento ou Cozimento da Matéria – Prima:.......................................... | 44 |
| 3.5 – Aquisição de materiais (acessórios) para o cozimento:.............................. | 44 |
| 3.6 – DESCASCAMENTO OU SEPARAÇÃO DA MATÉRIA – PRIMA PÓS COZIMENTO OU ASSAMENTO......................................................................... | 45 |
| 3.7 – PROCESSAMENTO DA TORRAGEM NO FORNO (PRODUÇÃO DA FARINHA DE PEIXE).......................................................................................... | 45 |
| 3.8 – ESFRIAMENTO E ENSACAMENTO DO PRODUTO FINAL...................... | 46 |
| 3.9 – DO ARMAZENAMENTO, VENDA DO PIRACUI E SUA COMERCIALIZAÇÃO NOS CENTROS URBANOS........................................... | 46 |
| 3.10 – A DEFASAGEM DA ESPÉCIE E A PRODUÇÃO DE BAIXA QUALIDADE....................................................................................................... | 47 |
| 3.11 – DO USO NA CULINÁRIA E NO CONSUMO COMO ALIMENTO.............. | 47 |
| 3.12 – DO TRANSPORTE DO PRODUTO E POSSIBILIDADES DE VENDA NO MERCADO EXTERNO................................................................................. | 49 |
| 3.13 – O PRODUTO NO DEBATE ACADÊMICO E NO USO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR................................................................................ | 49 |
| **4 - PRODUÇÃO DE AÇAÍ E COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO IN NATURA.............................................................................................................** | **50** |
| **4. 1 - Do consumo do vinho do açaí e suas peculiaridades............................** | **51** |
| **CAPÍTULO III**  **5. UMA ABORDAGEM SOBRE AS ATIVIDADES PESQUEIRA E SEUS PRODUTOS.......................................................................................................** | **53** |
| **5.1 - CAPTURA, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO CAMARÃO...........** | **53** |
| 5.2 – A captura do camarão................................................................................. | 53 |
| 5.2.1 – O matapi como instrumento principal de captura:................................... | 54 |
| 5.2.2 – a preparação e processamento do camarão:.......................................... | 54 |
| 5.2.3 – a comercialização do camarão:............................................................... | 54 |
| 5.2.4 – o consumo:.............................................................................................. | 55 |
| **6 - HISTORICIDADE, CAPTURA E EXPORTAÇÃO DE PESCADO NA REGIÃO DO URUARÁ-CAMAPU......................................................................** | **55** |
| 6.1 - Características anteriores do espaço lacustre:............................................ | 56 |
| 6. 2 - Características atuais do espaço lacustre e a nova dinâmica de captura.... | 60 |
| 6.3 - Mortandade do pescado no espaço pesqueiro do Camapu:....................... | 62 |
| 6. 4 - Seca e a dinâmica do pescado: emigração e permanência dos cardumes. | 63 |
| 6. 5 - Depredação e mudança no estilo de captura:............................................. | 66 |
| 6.6 - Alternativas viáveis (proposta de Intervenção à piscicultura):..................... | 68 |
| **6.6.1 - PISCICULTURA: UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA PROMISSORA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÀVEL NA REGIÃO DO URUARÁ...........** | **70** |
| **CAPÍTULO IV**  **7. DA PRODUÇÃO ARTESANAL E AS MANUFATURAS LOCAIS: Caraterísticas, resultados e possibilidades futuras.......................................** | **74** |
| **7.1 - PRODUÇÃO DE POLPA DE FRUTAS......................................................** | **74** |
| **8 - PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA.................................................** | **74** |
| **8.1-** **A PRODUÇÃO DA FARINHA DA MANDIOCA NA REGIÃO DO URUARÁ: Uma atividade que está perdendo seu valor cultural, artístico, sentimental e identitário...................................................................................** | **76** |
| **8.2 – Uma análise perceptiva através considerações complementares.......** | **79** |
| **9 - PRODUÇÃO DE MÓVEIS EM MARCENARIAS/MOVELARIAS...................** | **80** |
| **10 - CONSTRUÇÃO NAVAL DE EMBARCAÇÕES NA REGIÃO DO URUARÁ** | **83** |
| **11 – EXTRAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MADEIRAS........** | **86** |
| **11.1 - QUANTO AO PROCESSO EXTRATIVO DAS MADEIRAS.....................** | **86** |
| **11.2 - Dos acidentes ocorridos nesta atividade..............................................** | **89** |
| **11.3 - QUANTO AOS ESPAÇOS DE DESDOBRAMENTO DA MADEIRA........** | **89** |
| **11.4 - QUANTO A UTILIZAÇÃO DA MADEIRA E SEUS FINS PRÁTICOS.......** | **90** |
| **12 - CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE AS ATIVIDADES DESCRITAS.......................................................................................................** | **90** |
| **13 – GLOSSÁRIO...............................................................................................** | **94** |
| **REFERÊNCIAS..................................................................................................** | **96** |
| **ANEXOS.............................................................................................................** | **97** |
| **CAPÍTULO V** | **98** |

**[[1]](#footnote-1)**

***Dedicatória***

Aos meus familiares, aos meus filhos, aos meus nobres professores (de qualquer tempo); à pessoa que me acompanha, aos meus objetivos, à natureza, ao meu povo de Santa Maria do Uruará, aos comandados do COMBROP e a minha futura memória; e em especial ao meu nobre professor/avô Miguel Pinto (*in memoriam*), a TODOS eles (as) eu dedico este material.

**SANTA MARIA DO URUARÁ, REGIÃO DO URUARÁ-CAMAPU E RIBEIRINHA: HISTORICIDADE, ASPECTOS CARACTERIZADORES E ATIVIDADES PRODUTIVAS E SUAS RELAÇÕES NO ABASTECIMENTO DO MERCADO INTERNO E EXTERNO**

Por: **Sydney Pinto dos Santos[[2]](#footnote-2)**

**Justificativa:**

Por não haver uma descrição sucinta sobre as atividades econômicas da Região do Uruará-Camapu e Ribeirinha[[3]](#footnote-3), assim como uma divulgação das atividades econômicas que emergiram nas últimas décadas na Margem Direita do Município de Prainha – Pará, as quais são bastante expressivas e fazem parte do cotidiano do cidadão local, tanto ele como produtor ou executor da atividade ou mesmo como consumidor, vimos a necessidade de fazer um descrição sobre estas atividades que ora são desenvolvidas pelos moradores da Região do Uruará, inclusive em Santa Maria do Uruará (distrito) e outras comum idades adjacentes, assim para que a população tenha um pouco do conhecimento sobre as relações sociais e as finalidades destas atividades; pois assim como, este artigo possa ajudar ou colaborar nas pesquisas acadêmicas ou mesmo escolares, se tornem fonte de pesquisa referenciada acerca de nossa região do Uruará-Camapu\* e Ribeirinha, as quais três regiões integradas, a primeira constituída de terra firme mas com áreas de várzeas, a outra com maior parte da várzea e uma pequena porção de terra firma. Lembrando que neste contexto geográfico e hidrológico, com suas diversas particularidades quanto fauna, flora, vegetação, relevo e outros aspectos, predomina a região Ribeirinha, região anexa as duas e que é uma grande área onde há predominância vinculada a extração animal, inclusive de pescados, criação de bubalinos e bovinos.

Assim, a principal justificativa deste trabalho está respaldada nos conhecimentos adquiridos junto aos pescadores (principalmente), criadores, ribeirinhos, produtores de piracuí, pescadores de camarão, produtores de queijo e entre outras funções desempenhadas ao longo do espaço geográfico que corresponde uma parte da Calha Sul do Município de Prainha, o qual está em grande evolução no que diz respeito á ocupação humana, no desenvolvimento de atividades relacionadas ao comércio, à produção de produtos ao mercado externo, assim como o de serviços, assim como referentes à atividade da agricultura e pecuária.

**Objetivos:**

Apresentar e descrever as características e particularidades históricas e geográficas de Santa maria do Uruará como um lugar em processo de grande transformação socioeconômica.

Descrever sobre as inúmeras atividades econômicas desenvolvidas na Região do Uruará-Camapu, Ribeirinha e Santa Maria do Uruará e suas relações com o mercado interno e externo.

Analisar as características das atividades que são desenvolvidas no âmbito da pecuária, extrativismo animal e vegetal. Assim como os ganhos que são concernentes as estas produções.

Possibilitar através da descrição das atividades produtivas, estruturais e econômicas, o conhecimento sobre cada uma delas no meio social, educacional e acadêmico. E o que elas possibilitam ao cidadão produtor e consequentemente ao consumidor.

**Finalidade:**

Expressar e levar ao conhecimento da população local e as que tem relação com as atividades produtivas quais as vantagens, benefícios, e das possibilidades futuras que estas atividades socioeconômicas podem oferecer à sociedade de forma geral. Fomentando ainda mais o conhecimento sobre estas atividades e o que elas representam economicamente à população em todos os seus âmbitos e campos de ação.

**INTRODUÇÃO**

Houve um tempo em que, a harmonia do homem com a natureza se dava de maneira espontânea e respeitosa, pois dela, este indivíduo, só extraia o necessário e o suficiente para a sua vivência e sobrevivência de seus entes e de si mesmo. Porém, com o passar dos séculos, mudanças profundas e necessárias na história e na construção das sociedades organizadas permitiram o surgimento de novas técnicas, instrumentos e possibilidades de mudanças que viessem contribuir e atender as necessidades contínua e dinâmica das pessoas em seu cotidiano.

Estas mudanças atingiram todos os campos, desde a produção de alimentos, passando por conhecimentos diversos, como o científico, até a maneira de como se comunicar e se informar; informação esta que possibilitou um dinamismo muito maior, nunca visto na história da humanidade, conduzindo o mundo ao que nós chamamos de processo de Globalização e universalização dos serviços, das produções e dos negócios em seus pormenores, que englobam desde a compra de matéria-prima, contratação de mão-de-obra, até a exportação e importação de produtos dos mais variados tamanhos e preços.

Esta conexão contínua e flexível, conduziu um olhar mais profundo, onde o homem não se sentiu mais parte de um único país, nação ou território, mas com direitos e deveres de um “homem universal”; processo este observado nas grandes migrações para a Europa, ou mesmo dentro da América Latina, onde os homens buscavam um espaço para atender suas necessidades e solucionar seus problemas. Porém, este um processo com um preço muito caro a pagar e incômodo e incômodo do ponto de vista étnico e político, o que acarretava muitas vezes pagando com a própria vida, tendo em vista que as migrações ou acabavam em mortes nos mares entre e principalmente a África e a Europa, ou as prisões nos Estados Unidos, ou mesmo mortes nos rios das Américas.

Lembremos que as mudanças são necessárias e que devem atender sim, as necessidades do homem, sejam elas em pequeno prazo ou a longo prazo. E neste sentindo, a alimentação depois da água e o ar, fora o principal elemento para dar continuidade a vida e preserva-la, mesmo que fosse dentro da temporalidade permitida, ou seja, o percurso entre o nascimento e a morte do indivíduo.

Pois, sem alimento, jamais seria possível que um dia os colonizadores ou ocupadores da América tivessem chegado em seu destino, povoando e espalhando-se durante gerações e gerações, não importando se o caminho tenha sido feito arduamente entre o Estreito de Bering ou atravessando o Oceano Pacífico; pois no decorrer dos séculos nesta jornada encontram os nutrientes adequados para a continuidade, ou plantando ou mesmo coletando alimentos, ou mesmo caçando, pescando.

De um jeito ou de outro, chegamos a sociedade que somos hoje, mas queremos dar ênfase também, as produções que ainda seguem uma dinâmica cultural e nos moldes artesanal, o que ao longo dos anos pouco fugiu à maneira ou maneiras daquela que outrora eram produzidas, como é o caso da farinha de mandioca, produção de paneiros, canoas, remos, peneiras, e outros apetrechos que contribuíram para que as sociedades, especialmente aquelas do território brasileiro, tivessem pelo menos o mínimo de organização social, tanto na sua produção rústica, como na coleta na floresta e outros habitats favoráveis a sua sobrevivência e permanência destes povos.

Não há nada mais condizente, hoje, de que ter uma produção de pequena ou grande escala, as quais venham respeitar a natureza, facilitando com isto uma prática onde o próprio homem se veja com parte integrante deste ecossistema, juntamente com a água, o ar puro, e as matérias-primas, como peixes, crustáceos, mandioca, árvores de madeira de lei ou mesmo aquelas ínfimas, mas que são importantes para a natureza, tornando-as quase intactas, ou seja, incorporadas dentro de uma política ambiental e social que as ajustem aos interesses dos homens sem prejudica-la ou agredi-la na em sua totalidade.

Este entendimento, permite expressar, aquilo que conhecemos como produção sustentável, que no nosso entendimento, significa produzir outras matérias com aquelas da natureza sem que haja uma agressão única, constante e universal, dando possibilidade de ressurgimento e promovendo a sua recuperação no menor espaço de tempo, ou ainda, fazendo a captura de certos seres vivos, como os pescados, sem agredir seu habitat de reprodução ou respeitando época de desenvolvimento e desova. Ou mesmo ainda utilizando equipamentos/instrumentos que venham facilitar a captura apenas daqueles tamanhos aceitáveis no mercado consumidor.

Porém, é fundamental elencar alguns aspectos e fatores que vem nas últimas décadas definindo e redefinindo as políticas ambientais, pois a depredação do meio ambiente e consequentemente dos animais que ali vivem, se reproduzem e são capturados, devem ser olhadas não como algo travador ou engessador do desenvolvimento, mas algo que possibilita a melhoria do mercado, dentro de uma dinâmica de qualidade e quantidade ideais.

Neste trabalho de pesquisa e exposição dos recursos e das atividades comerciais da Região do Uruará e comunidades adjacentes, incluindo as regiões de Camapu, comunidades da região Ribeirinha (do Puru, inclusive) e outras, ressaltamos as principais, entre as quais se destacam, a produção do piracuí, a produção do queijo, a pesca do camarão, da captura do pescado, a exportação do açaí, do gado bovino, e da farinha de mandioca, da extração da madeira de lei; contando ainda com a produção de barcos (embarcações) e outras atividades vinculadas à economia local.

Aqui cabe apresentar, destacar e caracterizar a maior aglomeração urbana existente na Margem direita do Município de Prainha, localizada na Calha Sul ou Margem Direita do Amazonas do município de Prainha, como também é conhecida esta porção sul deste município e onde está localizada a Vila de Santa Maria do Uruará, hoje sede do distrito com o mesmo nome, e que se destaca não só pela sua posição geográfica privilegiada à margem esquerda do Rio Pará do Uruará, mas pela sua posição estratégica do final da possível PA – 372, a qual liga este espaço urbano à comunidade de Guaraná, no município de Santarém, precisamente na confluência da PA – 370 (CuruáUna) com a citada anteriormente, mas também denominada pejorativamente como “Estrada de Ninguém”. A qual, dista de Santa Maria do Uruará até a comunidade de Guaraná, aproximadamente 150 quilômetros de estrada de areia e barro, o que dificulta a trafegabilidade de veículos de todo tipo, inclusive nos dias ou período chuvosos. Esta estrada passa por núcleos urbanos bastante expressivos no que tange ao número de habitantes, como Comunidade de Igarapé – Açu, Itamucuri, Boa Vista do Cuçari, Jupindá e Distrito de Pacoval no município de Prainha; Santarém-Miri, Nova Aliança, Nova Esperança, Poço Branco e Guaraná no município de Santarém, o que permite que os moradores destes locais se integrem e convivam dentro de um processo de trafegabilidade entre estes espaços e a cidade de Santarém.

**CAPÍTULO I**

***1.SANTA MARIA DO URUARÁ E SUA EXPANSÃO URBANA: historicidade, características geográficas, aportes legais, resultados da ocupação e propostas futuras*** *[[4]](#footnote-4)*

***Artigo elaborado no ano de 2019 e 2020 em Santa Maria do Uruará – Prainha Pará.***

**Por: Sydney Pinto dos Santos (professor)**[[5]](#footnote-5)

**1.1 - OBSERVAÇÕES SINCRÉTICAS**

A região do Uruará no município de Prainha – Pará, localizada na Região Oeste do Pará, se confunde com o município com o mesmo nome (município de Uruará), o qual está situado a sua sede às margens da Rodovia Transamazônica; no entanto, a região do Uruará, que é uma das regiões da calha Sul do Município de Prainha, juntamente com outras regiões, como a do Guajará (devido ao nome do rio com a mesma designação); Região do Tamuataí, onde hoje está concentrada a Reserva Extrativista Renascer; a Região Ribeirinha que abrange a maioria das comunidades da área de várzea, especialmente aquelas localizadas à margem direita do Rio Amazonas no referido município; Região do Cuçari, devido à localização da Vila de Boa Vista do Cuçari e o Lago com o mesmo nome; e a região do Pacoval, situada na área do Rio Curuá, já limitando-se com o município de Santarém.

Santa Maria do Uruará, situada na Região do Uruará, é a vila - sede do distrito como o mesmo nome, outorgado em 10 de julho de 2018, conta com uma população de aproximadamente 8.500 moradores (contagem em 2022), sendo considerada uma cidade (sem reconhecimento), possui em seu entorno mais de 16 comunidades, sendo que a mesma torna-se um ponto estratégico, tanto geográfico, econômico e político, tendo em vista que a sua posição privilegiada na margem esquerda do Rio Pará do Uruará (100 km de curso d’água), em uma área de confluência entre a terra firme e a de várzea lhe possibilita uma dinâmica exclusiva quanto a movimentação de pessoas, tanto no seu entorno, em relação também a sede do município e com outros municípios, no caso Santarém e Monte Alegre, principalmente. Ressaltando também que, nesta vila “desembocam” três PA: uma que liga a Comunidade de Pau D’arco à Santa Maria do Uruará; a PA – 371 (Transuruará) que faz a conexão com as fronteiras dos Municípios de Uruará e Medicilândia nos limites sul; e a PA que sai de Santa Maria do Uruará até encontrar-se com a PA -370 (Curuá-Una) no município de Santarém Pará, em específico na Comunidade de Guaraná. Quando que, se pode ressaltar, esta última ainda não possui denominação própria registrada, apenas algumas alcunhas, como “Estrada de Ninguém”, Santa Maria do Uruará – Guaraná, ou ainda sendo possível ser denominada, futuramente, de PA – 372.

Mas, este trabalho procura demostrar em específico não os aspectos geográficos da região do Uruará, mas da expansão urbana da referida vila, a qual ganhou grande impulso com uma atividade que colaborou significante com o desenvolvimento de ocupação e geração de empregos e renda até meados de 2010, quando pós este período houve um evento contrário no que diz respeito a atividade madeireira. Pois a mesma é desenvolvida até o dado momento em duas frentes: uma com a retirada da madeira a qual é desdobrada aqui mesmo na vila pelas serrarias locais, o que gera emprego e renda, e esta madeira tem 4 destinos específicos: primeiro para exportação para outros estados e municípios; segunda, para servir de matéria prima aos estaleiros de construção naval (construção de embarcações de madeira diversas); terceiro, para a construção de casa dos mais variados tamanhos, tanto na própria vila, como também servindo as comunidades circunvizinhas; e quatro, servindo de matéria-prima para as movelarias aqui localizadas.

A outra frente é a retirada da madeira nos chamados projetos de manejo de extração de madeira, a qual segue em toras brutas para outras localidades do estado do Pará, onde este quantitativo alimenta as serrarias localizadas em outros municípios paraenses, dando um prejuízo sem precedentes à região do Uruará, visto que, a própria população observa que ao longo dos anos não há nenhum retorno positivo das madeireiras em relação à comunidade, a qual ficará com apenas como herdeira de impactos na área do meio ambiente, assim como a falta e o encarecimento da matéria-prima ás atividades locais que utilizam a madeira na sua produção: estaleiros, movelarias/marcenarias, serrarias de desdobramento de madeira e a estâncias de madeira à construção de residências e outros equipamentos .

Esta expansão urbana ganhou pulso na época do governo municipal Adson Pinho Cerqueira, quando este, juntamente com um grupo de pessoas visionárias em perceber a localização dinâmica e estratégica de Santa Maria do Uruará, começaram um trabalho de planejamento urbano e adotaram as especificidades de um ordenamento para uma futura cidade. O que levou o engajamento da população existente na época. Visto que, isto já tinha sido percebido pela gestão anterior, isto é, na administração de José Alfredo Hage, o qual, mesmo não tendo mais quaisquer ligações com as atribuições administrativas do município de Prainha, continuou o serviço de abertura, melhoria e aperfeiçoamento da infraestrutura da Transuruará, facilitando com isto a vida do agricultor/colono, que além da terra, precisava de um espaço para o escoamento de sua produção, onde merece destaque vários produtos cultivados na região da Transuruará, como, pimenta-do reino, feijão, arroz, cana-de açúcar, batatas de diversos tipos, farinha de mandioca, amendoim, banana, e outros que eram comercializados na Vila de Santa Maria do Uruará, ou exportados os excedentes para outros núcleos urbanos.

Isto, em tese, permitia um grande movimento de pessoas, tanto àquelas produtoras e moradoras da PA-371 (Transuruará), como dos moradores locais e àqueles que vinham de outras comunidades vizinhas, com o intuito de vender, comprar ou trocar produtos, inclusive, os pescadores das comunidades da área de várzea, que traziam pescados salmourados ou caças salgadas para permutar com produtos advindo da agricultura, inclusive com farinha e produtos confeccionados e produzidos paralelamente nas comunidades de terra firme da região do Uruará, como: paneiros, arcos, flechas, farinha de mandioca, hastes, canoas, remos, cuias, varas (para usar na pescaria e na armação de currais).

Logo, aqui vamos retratar o crescimento organizado de Santa Maria do Uruará, especificando os objetivos do trabalho organizacional da expansão urbana deste núcleo populacional da Calha Sul do Município de Prainha; lembrando as etapas que até o momento fizeram parte desta expansão direcionada dentro de 5 aspectos que posteriormente irão ser retratados em suas particularidades. Assim, um dos objetivos é esclarecer à população e ao leitor sobre o avanço populacional sobre o espaço ambiental de forma organizada; esclarecer os limites existentes estre os espaços que formam a estrutura do ambiente ocupado; promover a sensibilização da população acerca dos seus direitos e deveres sobre o espaço coletivo, assim com guarnecer aos loteadores, o respeito à legislação vigente do municípios e leis afins sobre o tema.

Quanto a justificativa deste trabalho, estar relacionada em se colocar em prática uma estrutura espacial urbana que venha futuramente contribuir com os próprios munícipes que aqui habitam, vivem e vivenciam as mudanças significativas e gradualmente do espaço urbano e suas modificações necessárias às produções diversas, às relações sociais, as relações econômicas, tendo em vista os aspectos e princípios norteadores em relação ao desenvolvimento e ao progresso social, político, econômico, educacional, cultural, entre outros campos que fundamentam a cidadania e as inter-relações sócio-democráticas da sociedade santamariense do uruará.

**1.2 - Historicidade de Santa Maria do Uruará quanto a seu desenvolvimento de ocupação, expansão e organização estrutural/espacial:**

**1.2.1 - As etapas que configuraram as transformações sócio-espacial**

**a) A primeira etapa** de fomentação da ocupação de Santa Maria do Uruará, está relacionada com a sua própria origem e seus primeiros habitantes, que remontam aos anos de aproximadamente 1910 a 1913, quando Fortunata Silva e os irmãos Joaquim Pereira Mendes e José Mendes aqui chegaram, estabelecendo-se como os primeiros a tomarem posse do espaço chamado Santa Rosa, o que posteriormente dar-se-ia o nome de Santa Maria do Uruará (devido ao nome do santo que se adotou como padroeira). Então nestes primeiros momentos da história de Santa Maria do Uruará (Santa Rosa), a estrutura de acesso e mobilidade estava apenas vinculada ao Rio Pará do Uruará e os caminhos rudimentares de acesso ao porto e entre as casas que oram existiam na época.

Com a mudança de local, onde passaram a se concentrar as casas e consequentemente as pessoas, verificou-se uma melhoria na organização espacial, tanto em relação ao posicionamento das casas e também em referências aos caminhos existentes entre as moradias. E, com o passar do tempo e a chega de mais pessoas no que conhecemos como a Avenida Santa Maria, os moradores viram a necessidade de melhorar o acesso, inclusive àqueles que direcionam as suas atividades, como a roça de mandioca, a produção de canoas de madeira bruta e a tiragem de palha e outras como madeiras de pequeno porte usadas nas atividades executadas nos rios, como as varas para caniço e a vara de “empurrar” a canoa no barranco.

**b) A segunda etapa** de organização espacial e infraestrutura de Santa Maria do Uruará, se deu quando a população aumentou e surgiram os primeiros equipamentos ou espaços “públicos” como, os campos de futebol, a igreja, o barracão, e assim também os espaços para a procissão religiosa, já que este evento proporcionava uma questão de organização social e também de socialização entre as pessoas. Desta forma, procuraram os moradores em relação aos caminhos entre as casas, ampliar os espaços, fazendo com que estes se tornassem mais largos, dando assim possibilidade de mobilidade e acessibilidade pública aos veículos da época, dos quais as carroças de bois eram as mais presentes. E que, os caminhos da casa até o porto, onde ficavam ancoradas as canoas ou “cascos”, foram também facilitados aos pescadores, como também as mulheres que lavavam suas roupas à margem do Rio Pará do Uruará, tendo em vista que o recurso da água era escasso.

c) **A terceira etapa** de organização espacial de Santa Maria do Uruará se deu na década de 70, motivada por inúmeras razões, dentre as quais podemos citar: aumento da população local, com pessoas advindas de outros locais, inclusive aqueles conhecidos como “moradores das ilhas”, e que subiram o Rio Amazonas e passaram a navegar pelo rio Pará do Uruará, até se fixarem nesta comunidade. E que engrossando o “caldo humano” perceberam a necessidade de melhorar suas condições de vida, onde primeiro teriam que ter acesso melhorado aos locais de suas atividades oriundas da agricultura e do extrativismo vegetal, como por exemplo, desta última, a tiragem de tábuas brutas de itaúba, pau-d’arco, e outras madeiras de leis, quando suas ferramentas principais eram o machado, o serrote de dois punhos, o terçado e outros. Sendo que a madeira era usada exclusivamente na construção de casas, vendas aos criadores de gado para fazer marombas na área de várzea, confecção de barcos e canos, remos e etc.

Desta forma, o caminho de casa até a área de produção e extração de matéria – prima, não era mais um simples caminho, porém uma pequena estrada, conhecida como ramais que davam acesso há vários outros ambientes, fazendo com isto uma interconexão maior entre os moradores daquela época e suas diversas atividades.

Se por um lado, o extrativista – morador usava o machado para obter o resultado de seu trabalho, passaram nesta época a surgir equipamentos mais sofisticados, inclusive o motosserra, o qual deu agilidade, precisão na “manufatura”, assim como ganho de tempo e espaço. Sendo que este instrumento ajudou a possibilitar a abertura de não mais estradas locais, mas o que viria a ser as primeiras ruas de Santa Maria do Uruará. Sendo que neste mesmo período, o agricultor que ocupou as zonas ou áreas próximas foram migrantes de outros estados, como capixabas, paulistas, goianos, cearenses, mineiros, entre outros, os quais puderam junto aos órgãos e entidades solicitar a melhoria dos serviços, inclusive melhoria de acesso para mais longe ir em busca de matérias-primas, assim como no deslocamento para suas “colônias”, nas quais eram produzidas farinha de mandioca, curueira, tapioca em rama, tucupi, beijus diversos e uma bem ínfima produção de legumes. No entanto, o processo de ganho passou ser mesmo o “beneficiamento” de madeira bruta, a qual usava o machado e dificilmente o motosserra, já que este último era para aquelas épocas um instrumento de luxo e status de que o possuía.

No mesmo tempo, o poder público tomou noção da necessidade de que existia a possibilidade de melhorar mais as condições na infraestrutura espacial da vila, quando no governo de Adson Pinho Cerqueira nesta década de 70 a 80 e mais algumas lideranças comunitárias se propuseram desenvolver este projeto de expansão e ordenamento espacial da vila, quando ficou determinado que seguindo no sentido Norte – Sul, as ruas seriam reconhecidas como “travessas” e teriam as medidas de 16 metros de largura; já no sentido Leste – Oeste, os logradouros teriam o reconhecimento como ruas ou avenidas, e que teriam as mesmas dimensões: 14 metros de largura. Já as quadras ficariam definidas em 60 metros de largura no sentido Norte-Sul no sentido Leste-Oeste, suas dimensões seriam de 120 metros, onde cada quadra comportaria 24 lotes de dimensão 10 metros de largura, por 30 metros de laterais ou comprimento. Porém, no tange a primeira medida estabelecida no plano de ação, dos 16 metros de largura definidos, foram ao longo do tempo perdendo esta característica, passando a maioria das travessas no sentido Norte – Sul a possuir apenas 14 metros, o que em alguns espaços ainda é notório perceber a antiga medida ou dimensão, por exemplo entre as ruas Felipe Patrone e a Rua Campos Sales, próximo à Serraria ACAIME.

Vale aqui ressaltar que, com a abertura da Transuruará, ou PA 371, com relevantes trabalhos encabeçados por José Alfredo Hage na época que era gestor do município, a qual liga Santa Maria do Uruará aos recantos das áreas ocupadas em direção Sul, principalmente até a última área habitada desta rodovia “estadual”, no Km 55, foi de grande relevância para que os processos de integração terrestre e assim como da movimentação de veículos tivessem uma outra dinâmica, estabelecido pelo melhoramento do espaço urbano e rural, no que se refere e inclui a própria rodovia, onde a mesma vinha a interagir, interligar e integrar, neste caso, com a Vila de Santa Maria do Uruará.

Diante deste processo de abertura de ruas e afins, a vila de Santa Maria do Uruará ganhou novos ares e novos moradores foram se alocando nas extensões em que se permitiam o crescimento da mesma. Sendo que, em dado espaço de tempo, e com a possibilidade de construção de outros equipamentos públicos com o da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ezilda Aragão Brasil, no ano de 1983 e entregue a comunidade em 10 de outubro do ano de 1984, quando o crescimento foi viável, tenho em vista que a construção deste educandário se deu na Rua Nossa Senhora das Graças, nome este dedicado e efetivado em homenagem a abertura da rua no mês de agosto, isto é, no mês da comemoração e festa da Padroeira do Município de Prainha.

Esta escola, pela sua localização e pela necessidade de aproximação dos alunos, permitiu com que seu envolto fosse tomado por novas construções, permitindo com isto um notável crescimento de imóveis nas ruas próximas, assim como se fez a necessidade de abertura de novos logradouros no sentido Leste-oeste, dando novas características a paisagem local.

Fato lembrar que por ser uma escola que oferecia níveis mais elevado, no que diz respeito as séries escolares, outros moradores de outras comunidades adjacentes, em razão de seus filhos, começaram a migrar para a vila de Santa Maria do Uruará, fazendo crescer consideravelmente o número de habitantes até meados dos anos 90.

Depois deste período e da construção de novo educandário na década de 90, o da escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Pereira Mendes, nome escolhido em razão e homenagem a um dos pioneiros da ocupação da própria vila, o crescimento continuou; tendo em vista para as áreas que se conhece como “Bairro da Paz” e o “Bairro da Baixada”, pejorativamente chamado, tendo em vista que a designação pelos comunitários mais reservados e mais tradicionais o definiram por “Bairro Santa Rita”, quando este ocupou uma boa parte da área do Sr. Pedro Viégas e do Sr. Gandor Calil Hage.

**d)** Esta pode ser considerada a **quarta etapa** de crescimento, a qual está vinculada ao êxodo proporcionado pelos moradores de comunidades próximas, como Porto Franco, Santa Cruz, Prosperança (Camapu), São Paulo e Beira Rio.

Já pós ano **2000**, a ocupação se deu especialmente em duas áreas: uma denominada de “Bairro do Bacabal” e do “Bairro do Mureru”, o qual foi ocupado por moradores de comunidades como Mato Grosso, Terra Preta, região do Puru, Palheta, e outras comunidades. Promovendo com isto o surgimento de uma nova dinâmica dentro do espaço ocupado, que foi o uso de veículos motorizados ou não pelo fato das distâncias existentes entre um ponto e outro.

Desde os períodos dos anos 90 é notório perceber a presença de uma entidade representativa que muitas vezes esteve à frente dos trabalhos de expansão urbana de Santa Maria do Uruará, tanto em questão de solicitações ou como parceira nas ações, que foi a AMOSAMUR – Associação de Moradores de Santa Maria do Uruará e Região, como podemos perceber na seguinte citação:

Assim sendo, o período histórico de Santa Maria do Uruará desde os anos de 1910, quando começou a se localizar os primeiros habitantes, perfazem vários períodos de desenvolvimentos, que teve sua culminância na década de 80-90, quando foram feitas o planejamento urbano da vila, proporcionando com isso a estruturação espacial que até os dias atuais se faz presente. Tendo a responsabilidade de manter este planejamento contínuo, dentro das medidas e dimensões anteriormente estabelecidas, a associação de Moradores de Santa Maria do Uruará e Região – AMOSAMUR; o Setor de Terras e Tributos do Município e o próprio Poder Público. O que proporciona aos próprios moradores condições viáveis de deslocamento, acessibilidade e mobilidade pública-urbana, tanto de pedestres, animais e veículos. (SANTOS, 2016, s. p.)

**e) A** **quinta etapa** pode ser considerada pós ano de 2005, quando as madeireiras se instalaram nas circunvizinhanças da vila, assim alguns instalando serrarias, como a Jauru e a Santa Maria, o que permitiu com os seus maquinários pesados, as chamados serviços de parcerias, nos quais eram atendidos para serviços pontuais, o que implementou melhorias na já estrutura definida do espaçamento e ordenamento espacial da vila, possibilitando em alguns casos a expansão de áreas que viriam a servir aos moradores, como no caso da área do senhor Benedito Luz Esquerdo, Ludinei Fuziel, quando estas áreas foram paulatinamente ocupadas seguindo o mesmo projeto de planejamento anteriormente consolidado: ruas com 14 metros de largura; quadras com 60 metros de largura por 120 metros de comprimento.

Neste período foi ampliado a também a área para o Bairro Santa Rita (Baixada), onde se deu prosseguimento as ruas já existentes. Assim como de outras para o lado Sul, conhecida como Bairro do Bacabal, próximo à área do Miritizal.

Depois de 2010, houvera dois momentos encabeçados pela AMOSAMUR em parceria com o Poder Público Municipal e com aqueles interessados em vender seus lotes. Assim sendo o primeiro momento com a demarcação preliminar do que viria a ser a Rua Miritizal (sentido Norte – Sul) e a Rua João Ferreira Gomes, que aos poucos vai se consolidando como espaço de circulação, pois apenas um mínimo espaço dela ainda é objeto de trafegabilidade de veículos e pessoas.

Como pode-se observar, nesta Proposta de Projeto de Lei de 2013, quando se propõem:

Proposta de Projeto de Lei de Nº 01, Prainha Pará, 01 de outubro de 2013.

“Dispõe sobre o Ordenamento Espacial de Áreas Planejadas, especificamente Santa Maria do Uruará e Áreas Adjacentes – Prainha Pará, e dá outras providências, embasada pela Lei de Nº 6.766/79, a qual ‘Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências’, da Lei de Nº 10.257/2001 e da Constituição Federal art. 182 e 183; da Lei de Nº 02/2009; entre outras complementares como Lei Orgânica do Município de Prainha e do Plano Diretor deste Município”. (SANTOS, 2013, p. 02)

Aqui começou a se traçar o marco regulatório sobre os espaços urbanos que viriam compor a estrutura espacial de Santa Maria do Uruará, no que diz respeito às ruas, travessas, avenidas e outros logradouros; assim como também abordar e enfatizar aquilo que anteriormente já se havia definido na década de 70 – 80, quanto a estruturação da vila dentro de um parâmetro que pudesse condizer com a proposta de planejamento e ordenamento, assim também para as futuras absorções à área já ocupada e planejada.

Observa-se que nos primeiros artigos desta proposta, existe uma definição bem descrita quanto ao tema, claro uma preocupação exclusiva do que era e o que deveria ser Santa Maria do Uruará quanto ao seu planejamento urbano e suas condições paralelas e conseguintes, como no caso da expansão urbana.

**Art. 1º -** A presente lei é direcionada ao Ordenamento Espacial da Vila de Santa Maria do Uruará e adjacências;

**§ Único:** adjacências compreendem áreas que serão posteriormente loteadas, inserindo estas na totalidade do Planejamento Espacial da Vila de Santa Maria do Uruará.

**Art. 2º** - Entende-se como Ordenamento Espacial a manutenção do espaço urbano previamente estudado, determinados e estabelecido, conforme estudos topográficos na Vila de Santa Maria do Uruará;

**Art. 3º** - A vila de Santa Maria do Uruará, compreende até determinado momento, uma dimensão de espaço de urbanização e planejamento de 4.000 metros de largura sentido Leste-Oeste, por 6.000 metros de comprimento, sentido Norte - Sul, equivalendo uma área de 24 km2. (idem, 2013)

Em 2014, em parceria da AMOSAMUR com o Poder Público (na gestão de Patrícia Barge Hage) se deu ampliação nas ruas definidas para Leste, ampliando o espaço e consequentemente sendo ocupada. Este processo contou com o apoio do Sr. Moacir Viégas Malaquias (Setor de Terras local), Helenilce Guedes Pereira, coordenadora da parceria e o professor Sydney Pinto dos Santos (AMOSAMUR). Sendo aberto mais de 5 km de ruas, tanto de aberturas das já definidas, como também daquelas já abertas e que precisam ampliar a sua continuidade, como se observou na questão da Rua 22 de Dezembro que foi estabelecida até ao Ramal São Paulo – Santa Maria, às proximidades do Campo do São Rosário (um trabalho coordenado pelo setor de terras local e a AMOSAMUR). Neste momento foram sendo definidas, a partir do Campo do São Rosário as outras ruas (sem definições nominais) no sentido de Sul para Norte, mas que já entraram dentro do planejamento, pois as mesmas foram demarcadas para que não houvesse, posteriormente, nenhum obstáculo ou situações “impeditórias”. Assim como também, se fez a abertura da Rua Miritizal (onde a mesma apresenta dois impedimentos de continuidade: entre a ruas 16 de Novembro e a Rua Rui Barbosa. Assim como precisa complementa-la nos trechos entre a Rua 07 de Setembro e a Rua 15 de Novembro. A rua João Ferreira Gomes ficou definida nesta época, só precisando fazer a sua abertura, no sentido Norte – Sul.

Entre os anos de 2014 e 2015, através da administração municipal, houve um trabalho de demarcação da área de Santa Maria do Uruará feito pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará), que colocou os marcos de delimitação do Distrito de Santa Maria do Uruará, os mesmos utilizados, atualmente, para indicar a área do distrito através da Lei Municipal de 099/2019. Nestes trabalhos estiveram presentes a equipe do ITERPA comandado pelo Dr. Ronaldo; Srs. Rony Miranda e Ítalo Damasceno do Setor de Terras do Município; a Associação de Moradores de Santa Maria do Uruará (AMOSAMUR) na pessoa de seu presidente e seu tesoureiro, professor Sydney Pinto dos Santos e Carmerino Ferreira Câmara, respectivamente; do representante local do Setor de Terras, o Sr. Moacir Viégas Malaquias; da assessoria da administração local, a Sra. Helenilce Guedes Pereira, o que contou com o total apoio da administração municipal, a Dra. Patrícia Barge Hage, na época, a qual não mediu esforços para que a eficiente equipe do ITERPA se deslocasse até o município de Prainha e consequentemente à margem direita, em especial à Santa Maria do Uruará, para fazer um notório e marcante trabalho de demarcação da área destinada à expansão, ocupação habitacional e urbanização da vila de Santa Maria do Uruará.

Neste mesmo período ficaram definidas, no planejamento de expansão, as ruas: Benedito Fuziel, Rua Alírio Peixoto, Rua Wilson Ferreira (sentido Leste – Oeste), e ruas: Dalva Diniz e Rua Onofre Malaquias (sentido Norte – Sul). Também teve a ampliação para a área do Cemitério São Domingos, quando as ruas que por lá passaram a fazer parte, eram as já definidas e transitáveis no sentido Leste – Oeste.

No início do de 2018, as ruas Bendito Fuziel, Alírio Peixoto e Wilson Ferreira, assim como da Rua João Ferreira Gomes esta no sentido Norte – Sul) já que estavam demarcadas em seus limites e dimensões espaciais, foram abertas por maquinários que possibilitaram a acessibilidade e mobilidade dentro dos seus “leitos”, o que agregou com isto a facilidade de transportar materiais com destino à construção de novos imóveis residenciais nesta área.

No que diz respeito a integração de novas áreas às já definidas, abertas e transitáveis, neste ano de 2019, precisamente no mês de novembro a AMOSAMUR, o Conselho Distrital e os interessados no loteamento houve a expansão de mais um loteamento na porção sul da sede do Distrito, quando se possibilitou as demarcações necessárias de mais três ruas, as quais foram automaticamente definidas seus nomes, não pelas datas de abertura como antes prevalecia, porém com designação de nomes de pessoas e cidadãos que ao longo dos anos contribuíram de alguma forma com o desenvolvimento social, estrutural ou desempenharam papeis de relevância na sociedade santa-mariense. Assim, as três ruas no sentido Leste – Oeste receberam as seguintes denominações a partir da Wilson Ferreira: Rua Florêncio Martins Vieira; Rua Felipe Viégas e Rua Maria Inês, as quais estarão fazendo parte do novo bloco de quadras e do loteamento a partir deste ano de 2019, facilitando a vida de quem por lá se alocará; com claro, as áreas que serão doadas em benefício do Distrito com objetivo de construção de novos e futuros equipamentos públicos, como escolas, posto de saúde, sistema de água, e outros, assim tornando a vida social dos comunitários mais integradas aos recursos e serviços públicos.

**1.3- DINÂMICA DO CRESCIMENTO, SEUS FATORES E FINALIDADES**

Dentro dos aspectos, fatores e finalidades discutidas para o planejamento, expansão urbana e ordenamento espacial de Santa Maria do Uruará, existem 7 (sete) que devem ser levados em consideração profunda, pois os mesmos, assim como definem, estabelecem, propõem, e, caracterizam as melhorias da sociedade de Santa Maria do Uruará, precisa se levada ao conhecimento da população para uma sensibilização com o espaço público, suas variações e significações, como também elencar o espírito colaborativo e cuidador do espaço em questão. Ei-los:

**1.3.1 - A função da estética urbana-espacial:**

A estética de uma cidade dentro de um planejamento espacial urbano delineado dentro dos conceitos de linhas e figuras geométricas facilita a ocupação, assim como permite ao cidadão participar ativamente do melhoramento do espaço, definindo suas construções dentro do espaço que lhes é atribuído por lote. Assim, os terrenos que seguem a margem do alinhamento contínuo, não só facilita a visão do transeunte, mas colabora para a apreciação da paisagem urbana com seus traçados retilíneos e organizados dentro da dinâmica de vivência e convivência humana.

Como percebemos:

Gradativamente, o ordenamento jurídico brasileiro começa a atribuir maior relevância ao combate à poluição visual, enxergando-a como um dos algozes da qualidade de vida almejada pelo texto constitucional, contudo, ainda é necessária a conscientização mais sólida de toda a coletividade acerca da premência de se conter a degradação estética da paisagem, a partir do conhecimento dos efeitos significativos que a percepção tem sobre o ser humano. (SANTOS, 2014, p. 4)

Assim, a estética paisagística, não apenas representa beleza ao espaço “nu”, mas fundamenta bem-estar, prazer, saúde e convivência e relação ativa entre os cidadãos que a utiliza e fazem parte deste ambiente. Ou seja, ela, a paisagem passa não ser um espaço apenas natural modificado, porém espaços que estão além do processo concreto, mas sim de uma realidade abstrata, facilitada e construída pelos planos e projetos nos pensamentos e fantasias e imaginação humanas, que as vezes ultrapassam qualquer projeto bem elaborado.

As cidades de Imperatriz (Maranhão), Palmas (Tocantins), Goiânia (GO), Aracaju (SE), Teresina (PI), Belo Horizonte (MG), Maringá (PR), e outras menores, são exemplos de cidades que seguem este modelo de ordenamento espacial, onde as ruas e afins facilitam os serviços, assim como e exclusivamente, permite a promoção paisagística, sendo modelos para outras cidades, distritos e futuras cidades ou núcleos urbanos. Desta forma, Santa Maria do Uruará, também procura se promover dentro deste processo que facilita a convivência do indivíduo com o espaço vivido, vivenciado e utilizado.

**1.3.2 - As condições quanto a segurança do espaço:**

Muito se tem discutido o porquê a “cidade” de Santa Maria do Uruará, tem que seguir com suas dimensões de larguras, que no alhar de muitos pessimistas estão muito largas para seu tamanho e categoria. Já para alguns mais otimistas, e por seguir um processo de crescimento contínuo e dentro de um planejamento admirável na Região Oeste do Pará, as dimensões das ruas quanto sua largura deve aumentar, assim que passar de 1,5 km nos dois sentidos, visto que com o crescimento do volume de pessoas, veículos, principalmente, esta dimensão passaria de 14 para 25 ou 30 metros de largura, o que futuramente “afrouxaria” este volume de circulação de veículos, permitindo uma melhor acessibilidade e mobilidade pública.

Desta forma, e nestes primórdios de elaboração e implementação das dimensões espaciais de Santa Maria do Uruará, que remontam a década de 70, estão vinculadas à proteção das áreas que compõem o atual conjunto urbanizado, impedindo, em caso de incêndios que, os focos não ultrapassem as ruas no sentido de alcançar outros blocos da outra margem da rua. Assim como também, no suposto incêndio, possam permitir que veículos ou viaturas de combate a incêndios, possam chegar o mais próximo possível, assim alcançando com êxito suas ações.

Assim, além de possibilitar esta segurança no que tange a questão de incêndios, possibilitará a circulação de equipamentos utilizados no combate deste, assim permitirá a circulação e manobra de viatura utilizadas para tal fim. Portanto, a largura das ruas do local em questão, tem uma finalidade específica quanto a proteção dos espaços que compõem o conjunto arquitetônico.

**1.3.3 - A mobilidade do serviço de policiamento ostensivo e do serviço de segurança pública**

A grande questão discutida nos grandes centros urbanos desorganizados estruturalmente quanto ao espaço urbano e suas particularidades de acessibilidade e mobilidade pública, está vinculada ao conjunto de crescimento desordenados, como por exemplos as favelas ou núcleos urbanos periféricos, os quais não seguiram uma lógica de ocupação de atendesse aos interesses da gestão pública, da sociedade em geral, e muito menos dos próprios ocupantes destes locais. Pois, o seu avanço desordenado implicou em outros fatores que poderiam de alguma forma atender aos serviços básicos da sociedade ali alocada e que interviu diretamente no terreno. Pois sem possuir uma estrutura local organizada, desenvolvendo aparecimento de ruelas, caminhos de acessos e outros recursos de deslocamento, acabaram por tirar a possibilidade de existir um processo mais presente, atuante, e que dentro de um espaço curto de tempo atendesse certas ocorrências vinculadas ao crime ou mesmo ao combate a este, inviabilizando a passagem de se fazer um Policiamento Ostensivo (PO) à altura da exigência do serviço, com viaturas ágeis e com deslocamento de possibilitaria uma circulação dentro do espaço ocupado, assim permitindo que o perímetro fosse atendido dentro de pouco espaço de tempo.

No entanto, as construções desordenadas em forma de S ou mesmo fechada em L, permite que os meliantes se dediquem a ocupar estes espaços, sabendo estes que muito difícil será a atuação das polícias, assim como o ambiente tornar-se-ia própria para a execução de rotas de fugas ou mesmo agravasse qualquer operação policial, visto que os ambientes com ruas estreitas, como também de becos, possibilita uma ação contrária, isto é, dos meliantes, de forma assegura nas estrutura local, fomentando um perigo a entrada e a ação policial.

Desta forma, aqui dentro destes exemplos, explicamos claramente e objetiva, o que poderia acontecer se, as ruas não fossem espaçosas, e que dessem condições a estes tipos de ações de segurança e prevenção aos atos criminosos. Visto que, com ruas estreitas, a polícia levaria muito mais tempo na execução de sua ação/operação, como também, exigiria constantemente um estudo prévio sobre as possíveis rotas a serem tomadas, evitando desta forma quaisquer tipos de ações por partes de criminosos ou emboscadas.

Logo, seguindo o padrão de organização espacial, fica claro e robusto que, o trabalho policial seria facilitado com a entrada e circulação permanente e ou quando se possível os meliantes poderiam ser abordados com mais facilidade e em curto tempo, tendo em vista que as condições de planejamento urbano, dando margem ao aspecto acessibilidade e mobilidade, seriam parceiras ao trabalho executado contra a criminalidade.

Dentro destas observações, é notório dizer que, Santa Maria do Uruará, segue um perfil, que dará e possibilitará este tipo de trabalho de segurança à população. Pois oferece as condições e medidas cabíveis e suficientes em seu “estruturamento” espacial para uma execução contínua, rápida e com resultados eficazes do trabalho das polícias, tanto no campo de preventivo, ostensivo e combativo ao crime. Pois:

O crime é uma coisa muito séria para ser deixada apenas nas mãos de policiais, advogados ou juízes, pois envolvem dimensões que exigem a combinação de várias instâncias sob o encargo do Estado e, sobretudo a mobilização de forças importantes na sociedade. O Estado deve mobilizar organizações que atuam nas áreas de saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e, naturalmente, da segurança. (FILHO, 1999)

**1.3.4 – Captação e destino de resíduos residenciais (circulação de veículos do serviço de limpeza)**

Neste contexto, aqui abordamos a questão dos resíduos sólidos e outros detritos que são produzidos do espaço de ocupação humana em Santa Maria do Uruará; pois como se sabe, existe uma preocupação muito grande quanto esta questão, já que sendo um serviço público e não haver um bom gerenciamento, poderá acarretar em diversos transtornos de cunho social, ambiental e de saúde.

Santos (2014), define o lixo como:

Art. 9º - Entende-se como lixo, todo rejeito proveniente de alimentação, restos de obras e construções, comércios, indústrias, hospitais e similares;

§ 1º - Para efeito desta lei existem quatro categorias ou tipos de lixo: hospitalar, comercial, industrial e domiciliar;

Portanto, as ruas foram definidas e planejadas com dimensões que venham a dar condições para que os veículos do serviço de captação, coleta e transporte de lixo produzidos em Santa Maria do Uruará, tenham condições de trafego e mobilidade até ao local onde se encontram os detritos, ora armazenados pelos moradores ou descartados na coletividade em recipientes distribuídos ao longo do trecho urbano. O que de todas as formas facilita o trabalho de quem opera esta atividade e dos moradores de forma geral. Não ocasionando transtorno quanto à coleta e o transporte do mesmo no espaço urbanizado.

**1.3.5 – Melhoria na distribuição dos serviços de energia pública e da rede de distribuição de água:**

Outro aspecto que é atendido pela organização espacial da Vila de Santa Maria do Uruará, dentro deste planejamento urano/espacial é quanto a distribuição dos equipamentos relacionados à distribuição do fornecimento de energia e água. Pois sem esta dinâmica peculiar existente, haveria um gasto muito maior de materiais, pois seriam considerados mais fiação para estabelecer a distribuição da rede em toda sua extensão, assim como um número muito maior de canos deveria existir devido a distribuição “tortuosa” da rede de distribuição de água.

Assim sendo, o planejamento urbano de forma que atenda a exigência de forma poligonal, mas que possibilite a distribuição destes equipamentos/instrumentos relacionados aos serviços de energia e água, é um fator que não só dar um sentido de organização espacial, mas também, ameniza os impactos negativos sobre harmonização do espaço e a estética em si. Em outras palavras, o processo retilíneo de postes e de distribuição das redes de encanação, exige na prática menos custos, materiais e tempo na sua execução.

**1.3.6 - Atendimento rápido do serviço de saúde aos comunitários:**

Um dos fatores que permitem que as ruas sejam estruturas da forma que estão e que podem sofrer significativas alterações, para melhor, estão relacionados ao atendimento à Saúde, no que concerne ao deslocamento da viatura (ambulância) até a residência onde poderá ocorrer os primeiros socorros de urgência e emergência. Facilitado pela passagem rápida do veículo nas ruas e acessos, depois claro do comunicado sobre o possível paciente.

Sabe-se que, para que se salve uma vida com precisão, existe um fator extremamente importante, o tempo. Pois, dependendo do atendimento que pode levar segundos e até minutos, podem responder uma eternidade neste último caso. Pois quando se trata de atendimento em casos que exigem urgência e emergência, se faz necessários outros fatores importantes para a execução de um serviço eficiente e necessário, como por exemplo, veículos capazes de chegar rápido ao local de primeiro-socorros, assim como para este um equipamento essencial a sua locomoção: ruas asfaltadas, com possibilidade de passagem imediata. Pois, sem ruas que venham atender encurtar o tempo o serviço de saúde seria ineficiente e poderia custar a vida de quem de imediato precisasse.

Logo, as ruas de Santa Maria do Uruará, foram planejadas e trabalhadas neste sentido: que possibilitem dar mobilidade e acessibilidade de tráfego rápido aos veículos que possam atender pacientes que necessitam de uma intervenção médico-hospitalar rápido e eficaz, no sentido de se fazer os atendimentos de primeiros socorros.

Sendo estas passagens bastantes expressivas no que concerne à passagem veicular no trafego, em Santa Maria do Uruará, apenas precisa-se de dois outros fatores: o de melhoria da estrutura, via pavimentação das demais vias de acesso, assim como mantê-las dentro do mesmo aspecto estrutural em uma visão futura.

**1.3.7 - Arejamento do espaço público-urbano:**

Outro aspecto relevante para que as ruas sejam de forma amplas e acessíveis sem interrupção em seu seguimento contínuo, expansivo e ocupacional, está relacionado ao arejamento e distribuição de ar em toda a sua extensão estrutural. Pois, as vias que são interrompidas bruscamente apresentam uma temperatura mais elevada, diferente daquelas que tem seu seguimento retilíneo contínuo.

Como a “entrada” do vento, na vila de Santa Maria do Uruará, na maior parte do dia se dar no sentido de Leste a Oeste, esta posição facilita que as ruas se tornem um ambiente arejado e agradável; assim como ocorre após as 18 horas, quando sua posição muda, para uma brisa leve de orientação Sul – Norte. O que torna um ambiente agradável de ponto de vista de amenização do calor, incendido pelo calor do Sol pela maior parte do dia sobre o solo, principalmente no leito das ruas pavimentadas.

Muitas cidades se tornaram “quentes” ou com temperaturas elevadas, simplesmente por ocorrer em muitas ruas a obstrução na sua continuidade e por ter sido projetadas não de acordo com a “entrada” do vento na área urbanizada. Provocando com isto uma temperatura acima do considerável em algumas áreas de ocupação urbanizada.

**1.4 - RESULTADOS DEFINIDOS DA OCUPAÇÃO HUMANA**

Os resultados da ocupação humana nem sempre foram positivos do ponto de vista da vivência e convivência entre os indivíduos ocupantes de determinado lugar ou área geográfica. Assim, percebe-se que, os cidadãos indivíduos tem suas necessidades e funções específicas de se aglomerarem em diferentes tipos de comunidades, e assim passam a se inter-relacionar uns com os outros dentro de um processo que podemos definir como interação e compartilhamento social convergente; onde estes tendem a assistir uns aos outros, embora sejam de classes e ou que nunca antes tiveram contato físico uns com os outros. Passam a viver dentro de um professo efetivo de colaboração e cooperação mesmo que às vezes seja de forma indireta ou inconscientemente.

Por outro lado, esta convivência gera todo tipo de situações ou conflitos, em qualquer momento, época e situação, sejam para melhorias da comunidade/sociedade, sejam para despertar outros aspectos que não são bem aceitos dentro do espaço habitado/ocupado.

Portanto, os transtornos existentes hoje em uma sociedade constituída são inúmeros e que se dividem em dois pontos: os positivos, como aproximação dos serviços básicos públicos, formação de associação para requerer estes serviços de forma imediata; implantação de inúmeros serviços que venham a atender os moradores/comunitários; solicitação de forma organizada de seus objetivos com finalidade de suprir suas necessidades; organização para enfrentamento dos desafios, e união para exigir seus direitos sociais. No entanto, quanto aos pontos negativos que ora surgem com os aglomerados são inúmeros e que tem grande impacto, tanto no aspecto cultural, social, financeiro, ambiental e moral. Pois, muitas pessoas por não conhecerem as normas e regras passam a viver como antes conduzia sua vida, sem limites e sem interagir de forma harmoniosa; além de problemas mais graves, como prostituição, tráfico de drogas, acúmulo de lixo, poluição do meio ambiente; ocupação desordenada, e muitos outros, mas que são relevantes dentro da vivência espacial.

Desta forma, a ocupação urbana em Santa Maria do Uruará, como falado antes, foi decorrente de vários fatores: criação da reserva extrativista nas proximidades, o que possibilitou o êxodo das comunidades adjacentes; possibilidade de muitos moradores e habitantes das comunidades vizinhas a darem continuidade aos estudos dos filhos; por ser um ponto estratégico entre a área de várzea e a região de terra firma, pois a área de várzea fornece um dos alimentos tradicionais e fundamentalmente importante na dieta e culinária dos habitantes, que é o pescado. Já a terra firma, consiste na transitalidade entre outros núcleos urbanos próximos, como Itamucuri, Boa Vista do Cuçari e Distrito de Pacoval, e um número expressivo de comunidades menores; assim como a possibilidade de deslocamento por vias terrestres através da PA – 371 (Transuruará), Ramal São Paulo- Santa Maria e a “Estrada de Ninguém”, possível PA – 372, que liga Santa Maria do Uruará ao Distrito de Santarém – Miri no município de Santarém.

Esta dinâmica espacial e de locomoção de pessoas, veículos e outros serviços, possibilitou, depois que se implantou o fornecimento de energia 24 horas na região em 2012, aumentou consideravelmente; pois ofereceu maiores e melhores condições de vivência para aqueles indivíduos que buscavam um lugar mais tranquilo, para uma convivência mais aprazível com o meio ambiente, assim como de lhes oferecer novos rumos e novas possibilidades no que diz respeito ao ganho de vida e geração de renda.

**1.5 - PROPOSTAS FUTURAS AO ORDENAMENTO ESPACIAL URBANO**

Assim, um lugar quando sofre as alterações em seu espaço, seja de caráter de expansão, ordenamento e organização espacial, também provoca outras mudanças necessárias e essências quanto aos serviços que esta comunidade deve desenvolver, não só os serviços públicos que devem aumentar, mais outros necessários como o comércio, o transporte, o abastecimento de todo tipo de produtos, assim como devem surgir novos equipamentos públicos que irão configurar e pertencer a estrutura arquitetônica e espacial do lugar em questão.

Portanto, mudanças são necessárias, essenciais e significativas para que abranja e se tenha como alternativas resolutivas às necessidades da população local e da circunvizinhança. Porém, neste mesmo contexto, há outros significantes não muito aprazíveis do ponto de vista da tranquilidade e do bem-estar, pois se as políticas públicas de desenvolvimento e estruturação falharem, haverá significativos empecilhos que podem geram maiores e notáveis desconfiguração daquilo anteriormente planejado. Por exemplo, se deve pensar com antecedência no aumento do fluxo de veículos dos mais variados tamanhos, assim como no quantitativo de “águas usadas”, sejam elas nas residências e/ou nos negócios comerciais e na indústria; assim como na produção do quantitativo dos variados tipos de resíduos sólidos.

No primeiro caso, o aumento do volume de veículos de todas as espécies, se ver necessário de um determinado tempo ajustar o planejamento com uma realidade futura, dando assim condições de transitalidade a estes veículos, sejam movidos a combustível ou não, o que se precisa é se pensar no “desafogar” deste volume de maneira dinâmica favorável; desta forma, ruas estreitas para os dias atuais não significam tanto do ponto de vista e análise sobre o comportamento da população é cada vez mais sedentária e inerte em seus deslocamentos, ou seja, existe a necessidade diária do uso de um veículo para seu deslocamento em relação as suas atividades diárias. Portanto, se faz preciso planejar ruas e afins nas cidades atuais que deem condições de suporto um número significativo de veículos; pois, planejar ruas mais largas, com espaços suficientes para calçadas aprazíveis de deslocamento, assim como para a implantação de canteiros centrais arborizados, e compondo ainda neste espaço, a construção de ciclovias e afins são alternativas para as cidades que se permitam ter um espaço mais amplo, agradável e acessível aos seus viventes.

No que tange para a ampliação e expansão urbana dentro de um planejamento de ocupação e uso para Santa Maria do Uruará, seriam ruas mais espaçosas a partir da atual situação que se encontra já a partir do que está definido e o que será planejado a partir do ano de 2020. Assim, ruas com 25 metros de largura, onde seriam compostas de duas pistas, mais canteiro central e as duas laterais dedicadas às calçadas. Sendo que: 2,5 metros seriam para cada calçada; 7 metros para cada via, e o canteiro central com 2 metros de largura e duas pistas de ciclovias, cada uma com 2 metros de largura. Assim, dando condições suficientes de trafegabilidade em um espaço amplo, teríamos uma conjugação de uma ocupação entre o social (movimento contínuo de pessoas e veículos) e o ambiental (canteiro central com árvores) designadas a amenizar o calor mais frequente nas cidades.

No segundo caso retratado no contexto anterior, que se define como o quantitativo de “águas usadas”, é necessário no planejamento no que diz respeito a construção de equipamentos que venham contribuir diretamente na despejo, coleta e tratamento de esgoto, o que nas cidades pequenas ou naquelas não planejadas, se tornam um grande empecilho e desafio a ser enfrentado, o que pode gerar outros transtornos, como aparecimento de insetos e outros animais transmissores de doenças, como ratos, pulgas, moscas, baratas, mosquitos, assim criando situações que poderiam muito bem serem contornadas no início da ocupação.

Assim, criar sistemas de coletas de lixo adequados ao tamanho e produção pela população, assim como construir sistemas de coleta e tratamento de esgotos ou águas usuais, seria uma alternativa de abrandamento nos futuros gastos de epidemias de doenças que tem o lixo e o esgoto a céu aberto como um ambiente de reprodução, manifestação e contágio, o que tornará muito mais oneroso a administração pública destes locais, além de se tornar um expediente negativo a ser combatido pelos órgãos de saúde.

No que se refere à vila de Santa Maria do Uruará até o ano de 2020, em relação ao despejo da aguas utilizadas nas casas, após seu uso nas diversas atividades do lar, as mesmas são direcionadas de forma completamente inadequada, já que as mesmas são despejadas nas sarjetas ou mesmo no espaço aberto das ruas que não são pavimentadas, e que, uma grande parte delas acabam infiltrando-se no solo e subsolo, podendo contaminar o lençol freático existente, e, tendo com isto a possibilidade de ser usada pelos habitantes, após ser captada, sem uma qualidade alguma de pureza e salubridade e outros aspectos relevantes.

Outro aspecto relevante quanto as águas usuais, são os seus direcionamentos ao rio Pará do Uruará, o qual é de suma importância para inúmeras atividades e deslocamento para a população das comunidades adjacentes que fazem parte da Região do Uruará, usando-o como espaço de transitalidade e também no transporte de mercadorias, produção da agricultura familiar, de pessoas e outros produtos relativos ao extrativismo animal e vegetal.

O que diz respeito a produção do quantitativo dos variados tipos de resíduos sólidos e sua destinação em locais apropriados e seguros, a expansão urbana, seu ordenamento e a implantação de serviços relacionados a isto, devem atender e adaptar-se desde já com os resíduos produzidos nas três atividades principais do espaço urbano; pois o lixo produzido atualmente já apresenta um expressivo volume, o qual merece um cuidado especial e uma atenção mais aprofundada.

No que diz respeito aos tipos destes resíduos sólidos em Santa Maria do Uruará, Santos (2014, p. 03 ) define que:

Art. 9º - Entende-se como lixo, todo rejeito proveniente de alimentação, restos de obras e construções, comércios, indústrias, hospitais e similares;

§ 1º - Para efeito desta lei existem quatro categorias ou tipos de lixo: hospitalar, comercial, industrial e domiciliar;

E ainda, sobre o lixo domiciliar, assim define:

§ 5º - Lixo domiciliar – é todo aquele produzido nos interiores das residências ou quintais das mesmas, assim como pelo proprietário em frente destas. Ficando fora desta categoria o lixo advindo pelo corte arvores ou plantas dos quintais.

1. O lixo domiciliar será de responsabilidade de captação, armazenamento e ensacamento pelo proprietário da residência;
2. O transporte e a captação deste lixo até ao seu destino será de responsabilidade da empresa que presta este serviço;
3. O lixo domiciliar, como folhas e restos de plantas em pequenas quantidades, só poderão ser queimadas a partir das 18 horas no intuito de não promover a perturbação do vizinho. (SANTOS, 2014, p. 04)

Como se percebe, desde algum tempo já existe a descrição e a preocupação com a questão dos resíduos sólidos que são descartadas nas diversas atividades deste lugar, inclusive sobre aquele produzido no espaço domiciliar, o qual apresenta características diferenciadas dos outros em sua composição. Onde também na proposta existe, inclusive, o horário para a execução de uma prática que, em tese é proibida em lei: a queima dos resíduos produzidos nos domicílios.

**1.6 - SANTA MARIA DO URUARÁ: Um núcleo urbano sem porto público**

Lamentável que, os transeuntes ou aqueles que chegam na sede do distrito de Santa Maria do Uruará, se deparam com duas situações, as quais ocorrem na maior parte, inclusive das sedes dos municípios que ficam às margens dos rios da Amazônia, como a falta de um porto público de embarque e desembarque de cargas e passageiros, o que dificulta esta transitalidade e também a maneira que poderia se arrecadar impostos com estes serviços.

O que se observa, são construções de particulares, usados como portos, os quais muitas vezes impedem a população de ter um espaço de escolha e uso para utilizar no embarque aos donos de embarcações de cabotagem que fazem as linhas entre este lugar e outras regiões ou mesmo outros municípios, como o de Monte Alegre, Santarém, e a sede do município (cidade de Prainha).

Logo, promessas não faltaram ao longo dos anos, inclusive de senhores que carregam no seu cargo político ou que pleiteiam isto, à construção de um porto ou uma hidroviária em Santa Maria do Uruará. O que permitiria, em tese, um serviço de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias de uma forma mais ordeira, coerente e acessível. Porém, ainda se fica na espera de que um dia isto venha a acontecer, e desta forma, organizar os serviços oferecidos pela via fluvial pertinente ao Rio Pará do Uruará, o qual deságua no rio Amazonas na margem contrário onde se localiza a sede do município.

Outro evento, bastante recorrente, é o acúmulo de lixo nas proximidades da margem do rio, e assim das construções habitacionais desorganizadas ou que não respeitaram os limites do rio ou que de certa forma não respeitaram a estética paisagista em consonância com o veio fluvial próximo. Acabando fazendo com que o rio seja um depósito de materiais descartados como pedaços de madeira, ferro e outros, como pneus, plásticos de toda ordem, garrafas e grande quantidade de elementos e resíduos sólidos trazidos pelas águas das chuvas. Sem contar claro, com as latrinas ou possíveis fossas cavadas no solo e que não seguem quaisquer cumprimentos legais estabelecidos, e assim sendo outro fator de contaminação das águas, como dos seus elementos vivos, como crustáceos e pescados, os quais ainda sobrevivem à poluição, a qual vem aos poucos estabelecendo à morte do rio em questão.

**1.7 - CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES DO CAPÍTULO**

# Levando em consideração o espaço urbano aqui descrito, não em todos os seus pormenores, penso que, o conhecimento acerca da expansão urbana tem seus motivos sociais, econômicos, administrativos, políticos e principalmente estruturais, e serem estudados, aplicados e consolidados a curto, médio e longo prazo, pois como sabemos, quaisquer ocupações humanas têm seus objetivos e finalidades ás vezes bem definidos, mesmo que a finalidade de uma sociedade em formação nunca venha corresponder a uma finalidade última e única que seja a de morada, mas sim de se inter-relacionar e se socializar de modo que sejam atendidas em um só lócus as suas necessidades básicas, através de serviços e outros itens básicos necessários à sua sobrevivência, bem-estar, de comunicação e formação como elemento interativo de um mundo sempre dinâmico dentro do processo de globalização. Ressaltando que, atualmente os limites do distrito de Santa Maria do Uruará está definido pela Lei de Nº 099/2019, de 10 de outubro de 2019 (Define o perímetro urbano do distrito de Santa Maria do Uruará e dá outras providências).

Porém, entendendo que, a convivência com o meio deve ter em tese um respeito com a natureza, onde o meio ambiente muitas vezes é o principal prejudicado por causa das ocupações humanas em suas aglomerações populacionais, se faz necessário desenvolver estratégias e ações que venham contribuir e amenizar o impacto das ações humanas sobre este espaço, e entre eles estão coleta de lixo adequado, serviços de coleta e tratamento de esgoto, não desperdício no fornecimento de água, acessibilidade e mobilidade através de ruas adequadamente pavimentadas e calçadas; arborização do espaço urbano onde existem equipamentos públicos, como praças, bosques, parques e canteiros centrais de ruas e avenidas; uso racional de espaços para os prédios públicos, tendo nestes um paisagismo que convenha a atender dentro de uma lógica sustentável, entre outros serviços que colaborem para a melhoria da vivência e convivência humana nos espaços urbanizados.

Desta forma, expandir uma área urbana, não é tão somente fazer a ocupação de terrenos disponíveis em áreas a serem loteadas a este fim, mas sim fazer um planejamento adequado o qual não atenda somente o momento primário da ocupação e expansão urbana, porém implementar políticas sociais e infraestruturais que possibilitem desde o início e até a longo prazo desenvolver condições viáveis de vivência, interações e relações de cooperação e socialização pessoais, provocando com isto uma ocupação ordenada, com caráter social, pessoal, estrutural, econômico, cultural, ambiental, político, estético, de saneamento ao local onde está sendo ocupado e desenvolvido. O que trará inúmeros benefícios aos viventes e ocupantes destes novos espaços urbanos.

É bom lembrar que, ao ponto que as áreas vão sendo expandidas e ocupadas pelas aglomerações urbanas, com o surgimento de novas áreas de comércio, de equipamentos públicos, e também de novas moradas, outros serviços devem ser implementados de caráter imediato e necessários a esta nova população ou sociedade, como água, luz, esgoto, coleta de lixo, equipamentos públicos de atendimento a sociedade (posto de saúde, caixas de atendimento bancário, de postagem, escolas, cartório, delegacia, e outros), os quais serão fundamentais para que haja uma interação mais adequada entre a sociedade localizada e seus representantes: sejam políticos, associações de moradores e outros órgãos de apoio. Onde as solicitações destas demandas devem serem feitas de maneira consistente através de indivíduos que tenham a capacidade e a habilidade suficiente de diálogo e interação consequentemente nas relações das mesmas em tempo hábil.

Pois, se assim não for, dentro de um projeto capaz de ser atender as necessidades de organização que vão desde os princípios de loteamento até as ocupações e implantações dos serviços paralelos fundamentais, estes novos núcleos populacionais poderão desenvolver inúmeros problemas e desafios que podem gerar muito mais dificuldades no futuro, que entre os quais podemos citar: ruas estreitas demais, impedimento de circulação do ar pela bloqueio das ruas; inviabilidade dos serviços de expansão de rede de água, de energia e esgoto; inviabilidade do trafego de veículos necessários a atender a comunidade de maneira ágil e eficiente, como: veículo de bombeiros, da polícia, da saúde, da coleta de lixo e da proporia manutenção da rede de energia.

Portanto, ordenar e se utilizar dos espaços planejados, não significa apenas ocupar, morar e desfrutar das benesses de vivência e interação social, é também participar ativamente e significativamente das melhorias dos serviços básicos destinados à coletividade, o que de certa forma refletirá positivamente nos aspetos modeladores e modificadores da sociedade, como educação, saúde, economia, infraestrutura, comércio, saneamento, segurança, mobilidade e acessibilidade urbana, assim como o respeito e interação como o meio cultural e ambiental.

**CAPÍTULO II**

**2 . PRODUTOS LOCAIS, SUAS CARACTERÍSTICAS, PROCESSO DE PRODUÇÃO E MERCADO CONSUMIDOR**

**2.1 - PRODUÇÃO DE QUEIJO (“MANTEIGA E COALHO”)**

A produção de queijo é feita exclusivamente do leite tirado de gado bubalino e bovino; quando após a retirada é armazenado em baldes de plásticos ou alumínio, sendo o mesmo fervido em recipiente específico. Quando após a fervura forma uma pasta compacta que, dependendo do tempo de fervura e o acréscimo de alguns ingredientes como a banha do leite e sal, e acondicionada em outros recipientes menores, que darão forma ao mesmo.

Outra forma de produção é do queijo de coalho, onde se possibilita que o leite se coalhe por dois processos: o uso do soro fermentado ou mesmo a utilização rudimentar no uso do estômago de certos animais, como do próprio boi ou da capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*). Sendo que a massa é coalhada e colocada em uma saca para em seguida ser prensada em um recipiente de madeira, quando a massa é colocada uma saca para extrair o máximo de soro, que após algumas horas ou dias é retirado para armazenamento e cozimento. Esta saca, pode ser de pano, de rafia, ou ainda sendo substituído por um pano limpo e apropriado à atividade.

A produção de queijo na região do Uruará, se dar exclusivamente na região de várzea, onde na época do verão estão concentrados os maiores números de rebanhos de gado, pois, devido a pastagem ser farta, possibilita uma maior quantidade de leite, assim como a engorda do rebanho; outra área de produção é nas estradas: na PA – 371 (Transuruará) e na Estrada que liga Santa Maria do Uruará à Santarém (Curuá-Una).

Esta produção de forma artesanal dar um toque de peculiaridade aos produtores, os quais muitas vezes utilizam-se de forma rudimentares que vai desde o confinamento dos bezerros, passando pela ordenha nas primeiras horas da manhã, até a sua produção na fervura da massa em fogão a lenha, até o uso de recipientes e armazenamento, como baldes e sacas de plástico.

Ressaltando que, pelo sabor e consistência da massa, o queijo de “manteiga” é o mais preferido pela população consumidora, pois mesmo sendo o seu preço e valor mais caro, é um ingrediente preferido no café da manhã, juntamente com a farinha de mandioca como complemento. Já o segundo produto, conhecido como queijo de “coalho” por ser mais salgado, e ter sabor diferente do primeiro, tem pouca saída no mercado consumidos, apesar do preço ser mais ameno.

Assim, a produção do queijo, seja ele de leite ou manteiga, ou o de “queijo de coalho”, é um produto que abastece mercados como da cidade de Santarém, Monte Alegre, Santana (Amapá), e até mesmo em pequenas quantidades o de Manaus (AM), dando assim ênfase naquilo que se produz de gênero alimentício na Região do Uruará e comunidades adjacentes.

**3 - PRODUÇÃO DE FARINHA DE PEIXE (PIRACUÍ)**

O *piracuí*, etimologicamente pode ser oriundo do tupi: pira = peixe, e do tupi kuí = muito fino, logo piracuí, farinha fina de peixe, e que é produzida do Amazonas até mais ou menos município de Almeirim no Pará. Atividade praticada por pescadores que vivem nas regiões de várzeas, próximas às margens do Rio Amazonas e outros menos expressivos onde se concentram os lagos e consequentemente a sua matéria prima principal: o acari ou cascudo, cientificamente conhecido por *hypostomus plecostomus,* pescado muito comum na Amazônia que varia, quando adulto, entre 30 a 50 cm de comprimento. Sendo o mesmo muito utilizado na famosa “piracaia de acari”.

Esta é uma atividade que merece destaque e respeito quanto a sua produção, armazenamento, e comercialização, pois implica em uma dinâmica muito complexa e desafiadora; pois implica em vários processos ou etapas que estão em consonância uma com a outra; isto porque, está inserida também na atividade da captura do pescado (acari ou cascudo). Quando assim podemos destacar as notáveis e complexas etapas:

3.1 – Confecção dos apetrechos ou teçume da rede

O principal apetrecho utilizado é a malhadeira em malha de tamanho específico (45 ou 50 mm), o que possibilita a captura de um pescado que esteja em tamanho adequado de acordo com a legislação ambiental vigente, como também atendendo os acordos de pesca das diferentes comunidades. Quando muitas vezes esta captura em quantidade se processa mais no verão amazônico, quando as áreas lacustres estão sujeitas a baixa da água, o que possibilita os cardumes a se juntarem em pequenas lagoas. No entanto, nesta época o transporte do pescado se torna um transtorno, pois devido a distância até o local da produção torna-se um obstáculo a mais nesta atividade.

3.2 – Captura e transporte da matéria-prima:

Existem dois momentos para a captura do pescado (acari ou cascudo), o qual é utilizado na produção da FARINHA DE PEIXE ou PIRACUÍ; a primeira é o deslocamento em embarcações com a redes; em seguida a identificação ou localização de concentração dos cardumes de acari, muitas vezes localizados no inverno em ambientes próximos a aningais ou mesmo barrancos (vegetação aquática) as quais servem de alimento para este pescado, quando a sua alimentação é constituída principalmente de lodo no fundo do lago ou área lacustre ou lodo concentrado na vegetação. Após a primeira etapa constitui-se da despesca da rede, quando são separados os peixes pretos (acari) dos peixes brancos, que são outras espécies capturadas no momento; que são descartadas do processo, mas utilizadas para outros fins. Neste processo de captura são utilizados vários instrumentos ou “apetrechos” como: cacete, luva, tirador, terçado, e outros como cuia, sacas. Pois devido a carapaça lixante do pescado, implica em pequenos incidentes, como perfuração dos dedos, das mãos ou mesmo o lixamento contínuo das palmas das mãos, o que pode ocasionar lesões como ferimentos. Assim, alguns cuidados devem ser seguidos, evitando desta forma quaisquer lesões no pescador.

3.3 – Separação primária do pescado:

A parte primária do pescado (acarí) utilizada na produção do piracuí, consiste na parte do meio do pescado (ventre e costas) e a parte traseira (rabo), onde está concentrada o maior volume de carne da espécie em questão.

Após a captura do acari e o transporte até o local de produção, faz-se a separação da parte principal ou daquela que será utilizada no “assamento” ou cozimento da matéria prima. Assim, da posse de um terçado ou facão e um cacete o pescador abate o peixe, facilitando a retirada da parte anterior ou da cabeça do pescado, a qual é destacada e descartada em local específico, dependendo da época de produção do piracuí ou farinha de peixe, pois esta parte do pescado por ter uma estrutura óssea bastante expressiva não é usada no processamento. No entanto, há algumas décadas, esta parte era cozida e depois servida como alimento a suínos em cochos de madeira ou em de plásticos, o que era considerado como um suplemento alimentar bastante nutritivo aos porcos.

3.4 – Assamento ou Cozimento da Matéria – Prima:

Após a retirada da cabeça do acari, e retirada uma parte das vísceras, assim como lavada e retirado o excesso de sangue em agua corrente, quando a parte interessada do pescado é colocada em paneiros de talas de palmeiras da região ou sacas para conduzir até a cozinha ou barracão de produção para que em seguida são colocados em barris para cozimento ou em grelhas para o assamento da carne do peixe. Cada processo com seu tempo de duração que varia muito, dependendo da altura do fogo ou mesmo da madeira utilizada para o “brasamento”. Quando vale ressaltar que, para estes dois processos são utilizadas madeiras, as quais são adquiridas em serrarias locais (madeira refugo) ou mesmo retiradas das matas próximas (matas ciliares em que os galhos estão secos).

3.5 – Aquisição de materiais (acessórios) para o cozimento:

Aqui vale destacar alguns materiais e acessórios que são utilizados na produção do piracuí, que entre eles estão: madeira para o assamento ou cozimento; tambores de latão para o cozimento; grelha para o assamento; paneiros para o transporte; sacas de diferentes matérias para o armazenamento; remos e rodos para movimentar a matéria-prima no forno; forno, para a etapa de processamento, refino e trituração da massa; canoas, malhadeiras e motores para a captura do pescado; cuia, luvas, e outros acessórios auxiliares.

Os tambores ou utensílios usados no cozimento da carne de acari são adquiridos no mercado, inclusive os mais utilizados são os de 200 litros, os quais são de flange que serve como tacho de cozimento e os de plásticos, utilizados para o armazenamento da carne pós cozimento ou assamento. Já a grelha é feita de vergalhões de pequenas dimensões que é de forma quadrangular, posta em cima de uma estrutura que serve de suporte (em jirau no inverno), feita de barro em forma de forno rústico e ou na época do verão um buraco cavado no chão com largura e altura específicas, onde serão colocadas as madeiras que serão acesas e dependendo da etapa de produção da farinha de peixe ou piracuí terão seus fogos em tamanhos específicos.

3.6 – DESCASCAMENTO OU SEPARAÇÃO DA MATÉRIA – PRIMA PÓS COZIMENTO OU ASSAMENTO

Após o processo de assamento ou cozimento da carne do pescado, com uso de luvas e outros acessórios dar-se o processo de separação da carne do pescado das partes não utilizáveis como o excesso de espinhas e também das “cascas” que fazem a cobertura da carne do acari, uma carapaça que substitui as escamas que outras espécies possuem. Esta separação se dar com o uso de uma colher ou mesmo com as mãos protegidas por luvas, e são colocadas em vasilhames ou recipientes específicos que depois serão derramados no forno principal para a torragem e produção da farinha de piracuí. Ressaltando que, o acari cozido tem sua vantagem na hora da separação da carne, pois por estar mais maleável, facilita o desdobramento e manuseio, em detrimento ao acari assado em grelha, onde a carapaça está mais segura entre si e com uma carne mais firme, com pouca concentração de água.

3.7 – PROCESSAMENTO DA TORRAGEM NO FORNO (PRODUÇÃO DA FARINHA DE PEIXE)

Após separada a carne do restante não –utilizáveis (cascas e excesso de espinhas) e munidos de alguns equipamentos necessários para a produção de farinha de peixe (piracuí), a carne é colocada no forno, espécie de recipiente de forma retangular com pouca altura, que varia entre 18 a 25 cm de altura em suas bordas, e espalhada dentro do recipiente o qual recebe fogo por baixo com sentido de receber as temperaturas exatas para esta etapa de secamento, onde são evaporadas os excessos de água contida nas carnes do pescado. Desta forma, os executores da atividade, munidos de rodo, remo e soquete de madeira, vão triturando a carne que no início tinha a consistência pastosa, e que, com a perda da água, vai se “soltando”, ganhando nova textura, dinâmica e visibilidade, que com o tempo exposto a tempera exata, vão ganhando outros aspectos, como cor, mobilidade e leveza. Pois assim, retirado o excesso de água, que depende muito do processo anterior, se cozido ou assada a carne, conterá pouca ou muita água, o que determinará o tempo de exposição no forno. Onde esta massa é mexida de um lado para o outro evitando com isto que a mesma “grude” no fundo do forno, caso contrário podendo assim “queimar”, e tendo ao final um gosto diferente do desejado. Lembrando que, aos poucos a carne em processamento vai recebendo os cuidados necessários, como por exemplo, o quantitativo de sal suficiente para que se tenha no final um sabor na medida, além claro, de receber um quantitativo para a conservação futura do produto. Assim, o artesanal ou confeccionador do piracuí deve ter estes instrumentos em mãos: remo, cuia, soquete ou batedor e rodo, para que se tenha os cuidados necessários com a produção e no final se tenha um produto de qualidade e notável. Como falado, a torragem da farinha de peixe ou piracuí tem o tempo específico, a qual depende dos processos anteriores: cozimento ou assamento do pescado; pois no primeiro caso, no cozimento, há uma grande quantidade de água na carne, o que possibilitará um tempo maior no forno; já no assamento da carne, pelo fato de pouca existência na constituição da carne do pescado, o tempo na “fornada” é bem menor. Ressaltando que, no produto final, a cor dourada no piracui indica um produto de primeira qualidade, pois é um indicativo de que a matéria-prima usada foi exclusiva do acari; em detrimento com a cor esbranquiçada, é um indicativo de que houve uma mistura de carne de outras espécies de pescados.

3.8 – ESFRIAMENTO E ENSACAMENTO DO PRODUTO FINAL

Após alguns minutos, após a retirada do produto do fogo onde foi cozido ou assada a matéria-prima do piracuí (o acari), este segue para o esfriamento, o qual se dar de forma natural, o qual pode ficar entre o período de 2 a 3 horas desaquecendo; e que seguirá para o ensacamento em sacas de 25 a 30 quilos deste produto em sacas com capacidade para 6º quilos. Assim, quando as sacas são fechadas com costuras de outros fios, seguindo para o armazenamento à espera dos compradores, muitas vezes feita por comerciantes ou por atravessadores, os quais podem ir nos locais de preparo ou o produtor do piracuí se dirige até os espaços de venda, que entre eles varia, podendo ser um comércio, ou embarcação que transporta o produto até os espaços de comercialização no atacado.

3.9 – DO ARMAZENAMENTO, VENDA DO PIRACUI E SUA COMERCIALIZAÇÃO NOS CENTROS URBANOS

Pelo fato de que muitas vezes a demanda se torna maior que a procura, muitos comerciantes e mesmo atravessadores do produto, procuram armazenar uma grande quantidade, no sentido de esperar uma melhor época para a venda do produto, o qual é feito nas grandes cidades do Oeste do Pará ou conduzido muitas vezes para outros centros urbanos, como Macapá no estado do Amapá ou Manaus no estado do Amazonas; lembrando que, as grandes cidades e também as pequenas que mais recebem esta produção e em todas as épocas e períodos são: Santarém (maior volume), Monte Alegre, Porto de Moz, Belém, Almeirim, Santana e outras.

O preço do quilo varia muito, dependendo da qualidade do produto, cor, textura e época de comercialização, pois na época do inverno o preço torna-se mais elevado devido a duas situações: a falta de matéria-prima, por causa da expansão da área de pesca, devido ao inverno amazônico, quanto a diminuição da produção, pois existe neste período a época do defeso da espécie, o qual possibilita a produção e criação de novos peixes desta espécie; ou seja, se torna necessário a preservação do pescado; pois só assim será possível a produção em larga escala em outro ano.

3.10 – A DEFASAGEM DA ESPÉCIE E A PRODUÇÃO DE BAIXA QUALIDADE

Ao longo das décadas, um fator chamou a atenção dos pescadores, consumidores, atravessadores e comunitários que sempre conviveram e consumiram a farinha de peixe ou piracui como alimento; pois devido ao uso de malhas das redes não compatíveis, isto é, menores daquelas permitas por lei (45 a 50 mm), houve uma redução no quantitativo da matéria-prima, pois o tamanho do pescado influencia muito na qualidade e na quantidade a ser produzida anualmente e/ou no período específico, o que levou aos produtores a acrescentar na produção outras espécies como aruanã, traíra, piranha, bocó, cojuba e outros menos expressivas, o que muito caracteriza pela cor do produto final, uma cor esbranquiçada em vez de dourada, assim como também pelo tamanho das espinhas encontradas, as quais não são características da espécie acari ou cascudo (*hypostomus plecostomus*) da família loricariidae. Porém, existem alternativas que vem compensando a produção, como aumento do período do defeso, e também a proibição no uso de malhas menores que a exigida ou daquelas que tradicionalmente fizeram parte da captura, produção, armazenamento, venda e consumo desta iguaria tão apreciada na culinária amazônica.

3.11 – DO USO NA CULINÁRIA E NO CONSUMO COMO ALIMENTO

O piracui sempre fez parte da culinária dos amazônidas, inclusive como complemento alimentar, pois além de ser de fácil preparo, leva menos tempo, além de possibilitar o uso de diversos temperos complementares que dão um sabor e gosto muito característicos, permitindo assim, uma degustação do produto. Lembrando que depois da “catação das espinhas” é levado ao fogo para o aquecimento em temperatura ideal e a gosto, quando serão acrescentados outros ingredientes na farofa como: cebolinha, coentro, pimentão, pimentinha, tomate, cebola de cabeça. Sendo que além da farofa de piracuí, existem outras receitas bastante chamativas e apreciáveis, como: bolinho de piracui, no qual é acrescido água, batata cozida ou pó de farinha de mandioca ou trigo, ou misturar com ovo e colocar na frigideira em óleo com temperatura ideal. Este bolinho de piracui, é muito apreciado como tira-gosto em bares e restaurantes, onde as porções servidas, por ser uma iguaria, em termos excêntrica e nova, torna-se um pouco cara, pois seu preparo necessidade de experiência e saber lidar com os ingredientes complementares, como cebolinha, cebola de cabeça, alho, pimentão, cominho, coentro, ovo de galinha batido e outros. Saber também a temperatura exata e o tempo de cozimento, assim como os tamanhos das poções que serão “fritas”. Lembrando que de 1 quilograma de piracuí é possível fazer um quantitativo expressivo de porções de bolinhos de piracuí, que no seu degustar pode ser acrescentado maionese, extrato de tomate a gosto, ou outros complementos de mesa, onde possibilitará uma interação mais degustável entre o apreciador tradicional da cozinha amazônica e as novas possibilidades de receitas, como é o caso do piracuí e suas diversidades criativas.

Além destas receitas existem outras do “tempo da vovó”, que em uma delas denominada de mojica de piracuí, em que consiste na fervura de um quantitativo de água, na qual será acrescentada um porcentual de piracui “catado” (retirado a espinha), e colocado temperos a gosto: pimenta do reino e cominho moídos, pimentinha, cebola de cabeça, cheiro-verde, tomate; que após um período de fervura, tona-se uma massa pastosa adequada para ser servida, podendo ser consumida com arroz ou com farinha de mandioca a gosto.

A farofa de piracuí além de ser consumida com arroz, pode também em muitos casos ser consumida com banana, as quais são colocadas juntas em fatias, acrescida de farinha de mandioca, arroz e outros, de acordo com o gosto do apreciador da receita. Além de ser temperada com óleo vegetal ou banha de leite ou gordura suína, que após serem “aquecidas” ao fogo são acrescentadas ao produto, assim como verduras como cheiro-verde cortado e também cebola-de-cabeça, além de pimentinha-cheirosa e tomate em algumas situações ou a gosto do consumidor, dando com isto gosto e sabor palatáveis e inconfundíveis da culinária cabloca amazônida, em especial da região Oeste do Pará, onde se destaca o município de Prainha, em especial a região ribeirinha deste município, e também a região do Camapu – Uruará, como também do Anema, Guajará, Outeiro e outras.

3.12 – DO TRANSPORTE DO PRODUTO E POSSIBILIDADES DE VENDA NO MERCADO EXTERNO

Quanto à maneira de transporte do produto das diversas regiões que produzem o piracui no município de Prainha, inclusive na região ribeirinha, sempre foram feitas por botes ou canoas motorizadas que levam o produto até um ponto específico de embarque no barco de passageiros o qual irá conduzir o produto até os centros de negociação e venda. Assim, são embarcados um quantitativo expressivo deste produto, com o intuito de ser absorvidos pelos mercados consumidores maiores.

Este embarque e transporte se dar em sacos que variam de peso, entre 25 a 30 quilos cada um, que depois são fracionados em pequenos pesos no sentido de atender o consumidor final, e variando muito no preço, dependendo da distância do mercado no qual é negociado, por exemplo, no mercado em Santarém um quantitativo com 300 gramas é muito diferente o preço que no mercado consumidor manauara.

Há muitos anos, as empresas de transporte de passageiros e mercadorias, fizeram e fazem o transporte deste produto, que saindo do Porto de Santa Maria do Uruará (calha Sul do Município de Prainha) vai fazendo o embarque do produto em pontos específicos como: Terra Preta, Mato Grosso, Tamataí, Socoró, Vira Sebo, São Joaquim, São Sebastião, Aparecida, São Judas, São Miguel, Ipanema e outros menores. Ressaltando que a produção não só ocorre em específico na região do Uruará (rio), porém na Região do Anema, Guajará, Puru, Vira Sebo, Camapu, Ipanema e uma parte no Itamucuri e Cuçari. Quando a produção do Itamucuri e Cuçari, e Pracubal atende exclusivamente o mercado da cidade de Monte Alegre, segunda maior cidade do Oeste do Pará.

As principais empresas que fazem o transporte deste produto entre os pontos de embarques e os mercados consumidores são: Grupo Furtado Navegação; Grupo Monteiro Navegação; Empresa de Navegação Guedes; Grupo Flexa; Empresa de navegação Bons Amigos; Grupo Vitória Navegação (via fluvial), e outras na Vila de Boa Vista do Cuçari; e a empresa Monte Sião (transporte terrestre).

3.13 – O PRODUTO NO DEBATE ACADÊMICO E NO USO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

No ano de 2012, no polo da Universidade Federal do Pará – UFPA, em Almeirim – Pará, no componente curricular de Gastronomia, fora apresentado por um grupo de acadêmicos do município de Prainha, inclusive de Santa Maria do Uruará, uma proposta para a alimentação escolar, a qual pudesse atender quanto as aspectos quantidade, valor nutritivo e aceitação pelos discentes, e que tivesse alguma relação coma produção familiar local; sendo então apresentado por esta equipe o uso do piracui, quando da ocasião fora colocado na apresentação e para degustação das outras turmas dos outros cursos que se encontravam no local; sendo aceita na integra, no entanto, por não haver um registro do uso e de reconhecimento como alimento, ficou no esquecimento, até que no ano de 2019, no primeiro semestre, já no município de Prainha (Câmara Municipal) fora novamente apresentado a proposta por outras pessoas, que no momento tiveram o aval de centros universitários, câmara de vereadores, representantes da sociedade, direções de escola e órgãos de vigilância sanitária, quando em audiência e presença de muitos conselhos escolares, se possibilitou a introdução deste produto na alimentação escolar, o que ainda está em processo de transição e teste. O que poderá alavancar a economia local, visto que a produção está concentrada na região, e também incentivar uma maior produção dentro dos moldes legais e aceitáveis pelos órgãos de vigilância e fiscalização. Falta os discentes se adaptarem a esta nova possiblidade alimentícia e sabor de um produto da própria realidade a qual estão inseridos.

Por outro lado, foram detectados três desafios, que ora foram detectados: 1 – o declínio do principal pescado e matéria-prima do piracuí (o acari); o uso atualmente de outros pescados na produção deste, o que possibilita um produto de baixa qualidade, visto a apresentação de uma “nova característica” ao produto e a regularização dos produtores, sabendo que se trata de uma produção artesanal sem nenhum vínculo legal no que diz respeito aos protocolos legais de produção, armazenamento, mercado e consumo.

**4 - PRODUÇÃO DE AÇAÍ E COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO IN NATURA**

A produção do açaí na região do Uruará e mesmo na Margem Direita (calha Sul) do Município de Prainha, está ganhando nos últimos anos uma maior dimensão, tanto no aspecto de quantidade, qualidade, volume, mercado, textura e aparência, além do aspecto da produção no que se refere aos cuidados necessários para a produção em vinho. Pois além de ser exportado em caroços, há hoje uma grande demanda em forma de vinho, aquele em que os caroços são batidos em máquinas especificas, ensacadas, transportadas, negociadas e consumidas.

Ressaltando que, os locais que atualmente apresentam uma maior produção e que merecem destaquem são: Região do Tamataí, Região do Uruará (Caraxió e Açu), Itamucuri, Boa Vista do Cuçari, Pacoval, onde são extraídos os caroços das palmeiras do açaizeiro (*euterpe oleracea*), e separados os caroços em paneiros confeccionados de tala de palmeiras ou palhas, que são transportados até os locais de preparo, que antes passam pelo processo de “choque térmico” para matar quaisquer possibilidades de manifestação de doenças como a de Chagas que muitas vezes o seu hospedeiro (barbeiro ) se faz presente nas áreas de “apanhações” do açaí. Ou muitas vezes, o produtor apenas coloca os caroços em água morna, que depois são retirados o excesso de resíduos indesejados como folhinhas e pequenos galhos, como caroços “mortos”, para seguirem para a batedeira.

Assim, na batedeira, equipamento feito de um funil metálico, que é movido dentro um outro equipamento (o descascador), os caroços são separados do suco/polpa, e são separados para serem descartados em locais adequados ou servem de adubos. Quando o suco cremoso é separado e colocado em sacos plásticos de 1 litro, em seguida colocado em isopores com gelo ou em freezers para armazenamento e conservação.

Lembrando que na apanhação do açaí há uso alguns acessórios essenciais, tanto para a segurança, como para a mobilidade do apanhador no momento da extração dos cachos do fruto no açaizeiro, no caso, a peconha ou pecunha, feita de folha de palha ou da folha do açaizeiro ou mesmo de sacas de sarrapilha ou ainda de pano em bom estado. Este instrumento possibilita ao apanhador uma grande segurança tanta para a subida, descida ou para se movimentar entre as palmeiras quando necessário da passagem de uma para a outra. O deslocamento de subida é feita em “saltos” dado pelo apanhador, que em poucos segundo, dependendo da altura da palmeira, já se encontra junto ao cacho, onde este é analisado e apanhado, caso estiver “paráu”, o mesmo é deixado de lado por não apresentar as características e qualidades necessárias para a produção do vinho/polpa.

**4. 1 - Do consumo do vinho do açaí e suas peculiaridades**

Mesmo não sendo um dos produtos mais notáveis da economia de Santa Maria do Uruará ou mesmo da Calha Sul do Município de Prainha, mas que aos poucos vem fazendo diferença em quantidade, consumo e comercialização, o açaí é muito apreciado juntamente e como complemento nas alimentações diárias, como por exemplo, servido junto com farinha de mandioca e apreciado com peixe frito, quando as espécies mais servidas são o pirarucu, o tambaqui, pacu, tucunaré, e outras; já incrementado com peixe assado, o açaí é consumido em pirão com curimatã, jaraqui, tambaqui, mapará, pescada e outros pescados.

Sendo que esta mistura de farinha de mandioca e vinho do açaí, é conhecida como pirão. Esta mistura, é muito consumida no almoço, visto que, pelo seu valor nutritivo e substancial, é um expediente evitado em outras refeições como o jantar.

Outra forma de consumo do vinho de açaí *in natura* é aquela em que se mistura com farinha de tapioca, açúcar e o vinho em si, que servido em tigelas facilita a sua degustação. Mas, percebe-se que, além deste é utilizado em sorvetes, sucos, saladas e outras iguarias.

Na vila de Santa Maria do Uruará, existe um evento específico em função do AÇAÍ, quando a escola Ezilda Aragão Brasil, no mês de outubro ou novembro, promove o Festival do Açaí, quando no momento são oferecidos aos participantes uma série de receitas que envolve o açaí como principal ingrediente nas iguarias deste festival, que juntamente com peixes fritos (pirarucu) principalmente, fazem a diferença nesta programação socioeducativa, mas com o envolvimento de toda a comunidade local.

**CAPÍTULO III**

**5. UMA ABORDAGEM SOBRE AS ATIVIDADES PESQUEIRA E SEUS PRODUTOS**

**5.1 - CAPTURA, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO CAMARÃO**

O camarão de água doce, conhecido cientificamente como *macrobrachium amazonicum*, presente em quase toda a totalidade do território nacional. Até o ano 2005, segundo fonte de pescadores, esta espécie era apenas usada como isca para algumas espécies, entre ela a pescada ou para o tucunaré, quando o pescador artesanal munido de uma linha e um anzol em sua extremidade, usava para captura destes pescados anteriormente citados, e tendo como isca o camarão. Já em algumas situações esporádicas, a captura do mesmo feita com o uso de uma poronga, ou mesmo de uma lamparina de querosene, colocadas no banco central de um bote ou canoa a remo, eram capturadas pequenas quantidades com fim de serem consumidos, depois de fervidos em panelas, onde na água era acrescentado sal a gosto, em seguida retirada o excesso de agua e deixado para escorrer a salmoura e depois descascados e consumidos. Esta “descascação”, consistia na retirada da cabeça do camarão, do rabo e da casca da parte central do corpo do camarão. Sendo em seguida consumidos com molho de sal e limão, ou mesmo apreciados como tira-gosto, ou ainda consumido com açaí. Lembrando que, o camarão de água doce, é usado como complemento essencial na iguaria muito conhecida no Brasil e apreciada pelos paraenses e outros povos de outros estados brasileiros, neste caso no tacacá, goma de tapioca dissolvida e cozida e depois servida com tucupi, mastruz e camarão, quando este último com seu gosto salgado, dar um tempero a mais na iguaria, tanto como expressando um sabor inconfundível e apreciável.

5.2 – A captura do camarão

A captura do camarão de água –doce (*macrobrachium amazonicum*) é feita de maneira artesanal, quando os pescadores e pescadoras se utilizam de alguns apetrechos de captura extremamente necessários e importantes. Que entre os quais estão: matapi, a luva, a isca, canoa movida rema ou motor rabeta, cuia, linhas, varas, sacas, barris de latão, paneiros, remos e outros como a laterna ou lamparina.

5.2.1 – O matapi como instrumento principal:

Sendo o principal apetrecho usado na captura do camarão, pois é um “paneiro aquático”, que serve como armadilha. Feito de talas de palmeiras e cuidadosamente costurado, é constituído de 3 partes: as entradas laterais, onde o pescado adentra, o “salão” onde está a isca e também o suporte que ajuda a afundar ou submergir (no caso uma pedra ou ferro), e a comporta, por onde são retirados os camarões na despesca. Ressaltado que as talas são entrelaçadas e costuradas dentro de um padrão em que se deixa um espaço para a saída da água e também em tamanho ideal onde os crustáceos menores ou aqueles com tamanho que não são bem aceitos poderem escapar, ficando só os de tamanho que terão preferência no consumo e no mercado.

5.2.2 – a preparação e processamento do camarão:

Após a captura, o quantitativo é lavado em água corrente, depois de retirado do fundo da canoa, e são transportados até o local de fervura, que pode ser em um barracão rudimentar ou mesmo nas cozinhas das casas dos pescadores, onde os camarões são colocados em tambores de latão ou zinco onde serão fervidos em tempo variável, com acrescento de água e sal, sendo depois retirados do utensílio e colocados em espaço para resfriamento da fervura escorrer o excesso de água; quando em seguida são depositados em sacas plásticas para o seu armazenamento e transporte.

Nesta preparação tem as etapas intermediárias, que são, após a colocação da água nos tambores, arrumação da lenha (quando feito em fogão rústico), em seguida o acréscimo do sal, e o movimento de mistura, que é feito com uma pá de madeira ou um pequeno remo, o qual possibilita a mistura e assim ajudando no cozimento.

5.2.3 – a comercialização do camarão:

Após serem “enxugados”, os camarões são ensacados e depositados em locais específicos em que facilitará o escorrimento do excesso de salmoura; quando são embarcados nos porões das embarcações que fazem o trajeto do local do armazenamento até os centros comerciais. Que entre os principais na Região Oeste do Pará, estão o de Santarém e Monte Alegre; já se referindo aos maiores para onde são exportados, pode-se destacar o de Belém, Manaus e Macapá, este último via a cidade de Santana.

5.2.4 – o consumo:

Já no ambiente comercial nas cidades, o camarão sofre uma alta do preço em razão de vários fatores, e quando são vendidos em quantidades menores, depois consumidos de várias maneiras pelos apreciadores deste alimento. Muitas vezes servidos nos bares e restaurantes como tira-gosto. No entanto, no Estado do Pará e outros da Região Norte, o camarão, após descascado é utilizado em várias maneiras, é uma delas mais presente e tradicional, assim dizendo, é o tacacá, onde ele é servido no complemento da goma, junto com outros ingredientes constituintes. Porém existem outras de cunho gastronômico que levam mais trabalho, mas que o camarão se faz ou se apresenta como adjuvante, é o caso do bobó de camarão, lasanha de camarão, pizza de camarão e até mesmo em sanduiches, onde uma pequena porção é acrescentada, dando o traço e gosto típico do camarão.

Lembrando que, quando se trata da culinária do Estado do Pará, o camarão é muito apreciado juntamente com outro produto, o açaí, onde os dois são consumidos como complemento um do outro, dando notabilidade naquilo que consideramos como característica única e tradicional de um povo que valoriza a sua cozinha e suas diversas iguarias, com características e sabores inigualáveis.

**6 - HISTORICIDADE, CAPTURA E EXPORTAÇÃO DE PESCADO NA REGIÃO DO URUARÁ-CAMAPU**

Segundo Santos, (2010, p. 17), explica que:

Dada a influência nativa da história da Comunidade de Santa Maria do Uruará o de Município de Prainha, os traços culturais e sociais hoje existentes são reflexos de sua formação sócio-histórica. A pesca, nesse sentido, se configura atualmente como uma das maiores heranças culturais dos nativos em Prainha e principalmente na Comunidade pesquisada. Contudo, hoje ela não é vista apenas como uma atividade cultural ou que garanta ao ribeirinho sua satisfação física e material. Ela vai muito mais além daquilo que se propõe. Ganhou características nove as, passando do caráter artesanal para a perspectiva comercial e empresarial, e nesse contexto, tem engendrado muitos conflitos na região.

Levando em consideração a enormes variedades de espécies de pescados existentes na região do Uruará-Camapu, principalmente na região conhecida como Rio Pará do Uruará (porção da várzea) onde o principal expoente ou ponto de referência e o Rio Pará do Uruará com seus lagos e lagotes em suas margens e na região dos lagos (Região do Camapu), esta última, uma área que é composta por inúmeros lagos e lagoas, como: Miuá, Miuazinho, Formiga, Lago do Vento Fresco (lago do Veado), Caxipá, Munguba, Lago Grande do Camapu, Fartura, Samambaia, Garça, Lago da Ilhinha, Manoel José, Compridinho, Lago do Palheta, Camaleão, Mutuquinha, Mutucão, Lago dos Bichos e outros.

6.1 - Características anteriores do espaço lacustre:

Aqui faço um pequeno esboço do que era a realidade desta grande área pesqueira, quanto as suas características no que diz respeito as espécies e também sobre a vegetação ali outrora constituinte. Não por ter vivido a realidade, porém por dois momentos e motivos: primeiro por ter convivido e me informados com pessoas de gerações diferentes; segundo por ter em um dado momento da minha história ter vivenciado como “pescador” esta atividade tão importante para a vivência, sobrevivência humana e atividade comercial da região.

No que se sabe, esta “depressão lacustre” está sujeita a dois movimentos das águas amazônicas, dos volumes das chuvas e suas variáveis: que são o inverno e o verão amazônico. Quando na época da cheia torna-se um só corpo lacustre constituinte, que abrange desde a região que se conhece como Socoró até os confins do Lago da Fartura. Onde as águas do Rio Amazonas, via Rio Pará do Uruará, preenche toda esta bacia, que são levadas pelo Rio Camapu e seus diversos igarapés que dão acesso aos leitos de lagos e lagoas.

Assim, a área que compõem esta bacia lacustre do Rio Uruará – Camapu, era constituída por grandes “florestas” de aningais, ingazeiros e outras árvores e arbustos de pequeno porte, e a enorme variedade de outros “barrancos” menores, como: pomonga, premembeca, caraparu, rabo de rato, canarana, mata-pasto, murim, agapés, vitória-régia, apé e outros.

Estes aningais tinham forma fixa, onde eles estavam entranhados na parte terrestre, tornando-os permanentes no ambiente, onde no inverno estavam seguros no fundo dos lagos, margens de igarapés, lagoas ou mesmo rios. No entanto, existem outra forma, em que os aningais se formaram em cima de compostos de capim e barrancos em decomposição, que aos poucos foram se compactando com poeira e outros materiais, formando uma plataforma flutuante, onde possibilitou o surgimento de outras espécies. Sendo que estas plataformas flutuantes se deslocam na época do inverno de um lado para o outro, dependendo do vento, da corrente da maré ou mesmo do processo de subida e baixada da água nesta área lacustre.

Sendo que muitas vezes, além de carregar as espécies vegetais, também serviam para “carregar” espécies animais como cobras, capivaras, camaleões, ratos, jacarés, ninhos de pássaros, tracajá, cabeçudo, caranguejos, uruás, e outros de tamanhos menores, mas que são importantes para o ciclo e a cadeia alimentar ali existentes. As vezes estas ilhas flutuantes, encalhavam próximas aos tesos, ou mesmo eram interceptadas por alguns obstáculos, como casas, currais, cercas, árvores fixas e outros, ficando por ali por anos a fio. Temporais fortes eram um aspecto que sempre contribuíram para que estas ilhas flutuantes de aningais e em épocas de invernos grandes ou de águas cheias, como são conhecidas, fossem arrancadas de seus lugares de surgimento e “navegassem” a esmo, provocando pânico em moradores em pescadores. Nos primeiros porque as benfeitorias como casas, currais e cercas estão sujeitas a serem derrubadas ou danificadas; já os segundos, porque suas redes (malhadeiras) poderiam nunca mais serem encontradas, depois que uma ilha passasse por cima.

Além destes tipos de vegetação que predominavam no inverno, o qual serviam como refúgio, proteção, procriação e desova dos peixes e outros animais, existiam outras, mas mais especificas da época do verão, como: as várias gramíneas, juquiri e malva, que neste período serviam de agasalho, procriação e espaço para outras espécies de pássaros, como: patos do mato, garça, mergulhão, marreca, paturi, piaçoca, rolinhas, ariramba, socós e outros.

Vale ressaltar com veemência que, até a década de 90 em seu início a vegetação ali existente tinha suas funções básicas para a população das varies espécies de animais e peixes, quando das principais estava a retenção da maior parte da água, onde estes aningais ao tocarem o solo ao baixar da água serviam como barreira natural, impedindo que as águas dos lagos descessem via rio Camapu – Uruará, impedindo também que os cardumes viessem em migração pelo rio Pará do Uruará até encontrarem o Rio Amazonas , o que facilitava a sua captura. Assim, antes, a área de lagos ficava com um grande volume de água, fazendo com que os peixes em sua maioria ficassem retidos em sua área de procriação, dando possibilidade assim, de se ter um pescado de qualidade e quantidade suficiente para o verão todo e assim para os anos que se seguiam.

Porém, dentro desta constatação, vale constatar que dois fatores foram negativamente fundamentais para o processo de destruição da vegetação que predominava na região, e, que ao longo dos anos foram perdendo seu quantitativo e sua importância no que concerne a promoção da vida lacustre. Um deles foi a inserção do gado bubalino na região, que com sua capacidade de adaptação de áreas alagadas, procura de alimentos às grandes distância, robustez no deslocamento alagado e de vegetação, acabaram por “fracionar” grandes áreas de pântanos na região lacustre, o que facilitou sua saída para o Rio Amazonas, em pequenas “ilhas fluviais” levadas pelas força da água via Rio Pará do Uruará, diminuindo consideravelmente o quantitativo de vegetação que segurava a água na época do verão ou mesmo impedia que os peixes em seus cardumes se deslocassem de sua área de habitação e desova.

Outro fator negativo que contribuiu, foi o fogo acionado muitas vezes de forma criminosa, o qual devastou grandes áreas de pântano constituído de aningais, assim como possibilitou a morte de milhares de animais, entre os quais se mais notou foram: tracajás, capivaras e jacarés. Um crime sem precedente que até os dias atuais é sentido, pois a presença destes animais quase que é inexistente. Pela aproximação da área lacustre do Uruará-Camapu, que é formada de terra várzea com a terra firme, muitos bandos, inclusive de capivaras se deslocaram, convivendo com outros tipos de animais daqueles de outrora, como tatu, paca, anta, cutia, veado. Já os de jacaré dos tipos, açu, tinga e una e foram quase que dizimados, encontrando-os, raramente, em algumas áreas de predominância de pântanos permanentes ou de áreas alagadas na época do verão. Quanto ao período de acasalamento,

Dentro desta abordagem, em épocas que remontam, em especial as décadas de 80 e 90, no que diz respeito a captura, processamento, armazenamento e comercialização de pescado e outros artigos da caça e pesca nesta região do URUARÁ-CAMAPU, destacamos a salmoura de pescado e carne de caças, que diante as dificuldades existentes, servia como uma alternativa viável de sobrevivência ao pescador artesanal, tendo em vista que seus apetrechos rudimentares de pesca e caça, estavam concentradas no arco e flecha (zagaia, bico, sararaca), arpão, caniço, cacete, anzol (tiradeira e de linha longa) e pequenas redes, chamadas de malhadeira-mole.

Esta atividade executada dentro de uma dinâmica do remo e canoa, além de outros como toldo de japá (feito de palha, cipó e pedaços de madeira bruta) e do fogareiro, permitia que o pescador passasse mais de uma semana longe de sua residência, as vezes remando vários dias até chegar ao melhor local para “mariscar”. Este mariscar, nada mais era do que a atividade pesqueira daquela época, onde o sal, a lamparina, o fogareiro e o tabaco para espantar os carapanãs a noite, eram algo que não podiam faltar na atividade de mariscar.

Bem verdade que nesta atividade, a concentração não estava apenas na captura de pirarucu, surubim, tambaqui e pirapitinga, peixes maiores, e seu processamento (salga), mas, também, a atividade conjugada da caça a capivara e do jacaré, quando suas carnes eram também salmouradas e armazenadas para depois serem vendidas nos poucos comércios existentes ou aos regatões que até então serviam como troca entre as mercadorias que eles traziam e as mantas de carne de peixes e caças processadas pelos pescadores artesanais. Quando ao chegarem as suas residências colocavam os pescados e as carnes nos varais para que ao sol, pudesse sair mais o excesso de salmoura, sendo depois recolhidas, dobradas e armazenadas em locais para este fim, e por último, aguardar o comprador, que muitas vezes se dava por dinheiro em espécie ou pela troca com mercadorias ou instrumentos/equipamentos para a caça e a pesca.

Assim, a região de lagos da área do Camapu foi por muitos anos e até décadas um grande referencial aos que se dedicavam a atividade pesqueira, onde a caça e a pesca artesanal eram executadas na base do remo, vela e vara de empurrar. Permitindo com isto um processo de seleção, controle e conservação das espécies a serem capturadas. Quando homem, animais de várias espécies, incluindo peixes e espécies vegetais conviviam em completa e perfeita harmonia; possibilitando o bom convívio e o respeito ao processo de criação, desenvolvimento e captura do que era necessário e o suficiente à sobrevivência do homem simples, leigo, mas conhecedor das leis naturais que regiam o processo da caça e pesca.

Lembrando que muitos destes produtos que os pescadores daquela época adquiriam para a sua atividade eram: pilhas para lanterna, querosene, anzóis, linhas de variados tamanhos, remos, chapéus, tabaco, arpões, pólvora, chumbo, espoleta, algodão, facas e facões (terçados) flechas, farinha e sal, dentre outros que variavam de importância na pesca e caça, como no caso de lonas, sacas e latas.

Com estas aquisições feitas no comércio local ou mesmo nos barcos dos regatões que apareciam de dois em dois meses ou mais, criava-se um vínculo vicioso, onde o pescador dependia dos produtos para sua casa, como também aqueles que seriam utilizados na atividade; e o “comerciante” dependia do produto advindo da atividade da pesca ou do “mariscar” para que assim movimentassem um comércio ainda muito ínfimo e embrionário, porém fundamental para a sobrevivência de ambas as partes. Ou seja, sem o produto advindo da atividade pesqueira não haveria a necessidade da marretagem, e assim sem os produtos do comércio fluvial, o pescador ficava quase impossibilitado de desenvolvê-la.

Como observa Santos (2010, p. 16) sobre a grande importância do pescado na mesa do pescador e dos lugares que tem esta relação com este tipo de alimentação:

Como se vê não é engano dizer que a pesca habita a alma de nossa gente. Pode até ser que ao turista mais desinformado fique a impressão o que o destino provável seja apenas o Pantanal ou Amazônia. Mas seria um engano. Seja as águas frias do Espírito Santo, os riachos paulistas do interior ou os ribeirões mineiros, aqui neste Brasil nunca tem caboclo, índio ou ribeirinho que ficasse sem peixe bom para pescar.

6. 2 - Características atuais do espaço lacustre e a nova dinâmica de captura

Como advento e aparecimento de vários equipamentos e acessórios na atividade pesqueira, entre eles as diversas redes de pescar e seus variados tamanhos, tanto comprimento, como no tamanho da malha, assim como canoas mais leves e de fácil deslocamento fluvial, e principalmente do motor rabeta, o qual possibilitou mais agilidade e alcance e deslocamento às longas distâncias em pouco tempo, a pescaria ou atividade pesqueira, ganhou outras dimensões, dinâmica e flexibilidade na sua execução.

Pois, dimensões pelo fato de se adquirir novos e precisos acessórios à atividade, assim, como o aumento do mercado de pescado ser mais promissor no que diz respeito a absorção do quantitativo pescado; dinâmica, porque possibilitou o pescador ser mais ágil na atividade, levando pouco tempo para lançar a rede, assim como despesca-la, como também facilitando chegar mais perto dos cardumes em pouco espaço de tempo, facilitando a sua vida quanto ao tempo que ficava fora do ambiente familiar; já flexível, tendo em vista a presença do geleiro praticamente próximo de sua casa, comprando inúmeras espécies de uma só vez, assim como pagando em espécie o quantitativo fornecido pelo pescador ao geleiro; também, facilitou porque o geleiro fosse o próprio fornecedor dos chamados “arreios” de pescaria, permitindo com isto que o pescador não tivesse um gasto extra ao se deslocar para as compras deste apetrechos/acessórios nos centros urbanos, como as malhadeiras, por exemplo.

Como cita Santos (2010, p. 11):

Evidentemente, se houve um aumento de embarcações denominadas de geleiras, consequentemente, houvera um aumento significativo de pescadores nessa atividade, causando um enorme desequilíbrio na quantidade de pescado, como também na qualidade. Quando se observou que, as diferenças de malhas das redes de captura, tornou-se um problema gravíssimo, isto porque se contribui para que se capturasse peixes que estavam ainda em fase de desenvolvimento. Porém, houvesse ainda a pesca predatória, realizada, inclusive na época do defeso, ou simplesmente no período da piracema, quando os peixes se reúnem em cardumes maiores, facilitando com isso à sua captura nos principais lagos existentes na região ou mesmos nos rios.

Os dias atuais, em relação a atividade pesqueira na Região que compreende o Rio Pará do Uruará e Camapu, são basicamente caracterizados pela presença assídua e constante do geleiro, que é um comprador intermediário do pescado na área de captura, que o armazena e transporta a demanda comprada para a sua posterior comercialização em um posto comercial existente em uma cidade ou centro urbano da região Oeste e até mesmo de outros Estados da região Norte; onde o principal equipamento é o barco geleiro, o qual é composto por uma embarcação movido a moto a óleo, onde na sua composição existe uma caixa fixa chamada de “urna” ou uma caixa móvel que é colocada dentro do espaço da embarcação; ou ainda, é caracterizado por vários isopores de tamanhos variados, conhecidos como “cubas”, onde são armazenados os peixes juntamente com gelo para a sua conservação e preservação da carne dos mesmos.

Na dinâmica da captura do pescado que ocorre em duas ocasiões: no inverno e no verão amazônico, quando o primeiro, corresponde de janeiro a ao final de julho, e o verão o restante do ano; assim, no inverno a “pescaria” com malhadeiras é feita de maneira parada, e que depende do espaço ou mesmo das características dos lagos e rios, muitas vezes mais fundos que os outros, e as vezes rasos também; o que define como serão distribuídas as boias nas malhadeiras, permitindo que elas afundem ou não, ou que atinjam o solo lacustre. Já no verão, como as lagoas e lagos tendem a secar ou ficar com as águas baixam, e muitas vezes os peixes ficam presos nestes ambientes, as redes ou malhadeiras são distribuídas em forma oval, quando são recolhidas (ponta com ponta) pouco a pouco, prendendo os cardumes que aos poucos vão se malhando e sendo despescados; já também existe o processo de arrasto, em que em forma de maia lua, as malhadeiras vão sendo puxadas carregando consigo os pescados de acordo com o tamanho da malha, tendo em vista que os pescados menores, escapam por entre as malhas.

Outro aspecto observado na captura do pescado na época do verão, são as grandes distâncias existentes entre onde fica o local de despesca e captura e o “paradeiro” do barco geleiro, ou mesmo de uma embarcação intermediária de transporte. Pois, os pescadores munidos de canoas e seus acessórios pesqueiros, tende a desloca-los até o ambiente propício ou onde estão concentrados os cardumes; assim carregam nas costas as canoas-botes ou se utilizam de uma carroça para a execução do transporte das embarcações, que as vezes estão quilômetros de distância entre um ponto e outro, tornando um processo penoso e demorado. No entanto, com a assídua presença das motocicletas, hoje se tornou muito mais fácil, já que as mesmas (quem as possuem ou alugam) são utilizadas no transporte do pescado capturado. Possibilitando com isto ganho e 3 pontos básicos: maior quantidade transportada, alcance de em menos tempo dos pontos de pesca e pesagem, ou mesmo retirando o processo do pescador de transportar em carroças ou mesmo nas costas e cabeças o quantitativo de pescado capturado.

6.3 - Mortandade do pescado no espaço pesqueiro do Camapu:

Este é um processo natural que, devido o “abaixamento” rápido das aguas lacustres, o que impede a saída dos cardumes para locais mais profundos ou mesmo os rios, e também, a evaporação da água devido ao calor do verão amazônico, os cardumes presos nas lagoas e lagos estão sujeitos a morrem por causa da temperatura da água ou por pela seca completa do espaço onde ficaram retidos, pois se os mesmos não foram capturados a tempo, terão este triste fim, o que poderá comprometer outro ano/período, tanto em quantidade como também em qualidade (tamanho). Porém, como foi citado anteriormente, este é e foi um processo que se alterou consideravelmente pela falta da quantidade de vegetação que impedia que as águas vazassem rápido da região lacustre. Pois, quanto mais vegetação de aningais e outras, mais água ficava retida na área pesqueira, o que possibilitava a vivência e sobrevivência dos cardumes e espécies, como também colaborava com a locomoção dos pescadores na época do verão amazônico.

Ou tipo de mortandade de pescados, que ocorre quase todos anos, e na época do inverno, está relacionado à composição da água, a qual ficando infestada por algas microscópicas ou não, as quais retiram o oxigênio da água, o que leva ao processo denominado pelos pescadores de “aiua”, que nada mais é que pela falta de oxigenação da água o pescado vem â tona para tentar receber uma dose extra de oxigênio, ficando com a cabeça de fora ou uma parte do corpo, acabando assim se tornando presa fácil aos pescadores, botos e aves, tento em vista que a falta deste gás deixa-nos “tontos”. Valendo lembrar que, por observação as espécies mais afetadas são aqueles de “peixes de água profunda”, como pescada, surubim, mapará, arraia, douradas, bacus, charutos e outros tipos de bagres e mandiís. Porém, neste período, aparecem boiando de “aiua”, grandes cardumes de pacus, tucunarés, tambaquis, acaraçu e curimatã, que por alguma razão são difíceis de serem capturados com as redes paradas;

As águas pretas durante o inverno amazônico nas áreas lacustre é um indicativo de que aquelas áreas na época do verão foram queimadas, assim caracterizando as águas com tom escuro, o que também indica uma água pobre em oxigênio, porém concentra cardumes de algumas espécies muito fortes as intempéries como o acari (principal produto do piracui), do tamuatá (outra e pequena espécie de cascudo) e acaraçu, mas não são exclusivas delas. Geralmente estas águas-preta, com odor característico e gosto salobra, estão próximas de “boiados” e aningais que em sua parte foram queimados na época do verão, quando permanecem por um longo período com estas características, amenizadas quando as águas começam a “baixar” nestes locais, e que as vezes são substituídas por novas plantas da mesma espécie. Sendo que, as gramíneas também estão propensas a este processo de queima na época do verão.

6. 4 - Seca e a dinâmica do pescado: emigração e permanência dos cardumes.

Os grandes cardumes, que com a baixada das águas ficam presos e as vezes acabam morrendo nestes ambientes são os de acari, carauaçu, arraia, acará, pescada, cutimatá, “bocó”, tamuatá, traíra, uruanã, pirarucu, tucunaré, jiju, mandiis, entre outros pescados, que, por falta de sorte por não encontrarem os canais dos igarapés que dão acesso aos rios, acabam ficando presos nestas lagoas que aos poucos suas águas vão ficando rasas devido a evaporação rápida, o que facilita a sua captura de forma mais rápida, pois não há outra saída, tanto para o pescado e seus variados tamanhos e espécies, como ao pescador, que procura as maneiras mais eficazes para captura-los e transportá-los até ao local de pesagem e conservação, neste último caso o uso de gelo em grandes recipientes que servem para o armazenamento e conservação do pescado até ao seu posto de venda.

É neste período que, devido a facilidade da captura de grandes quantidades de pescado que as geleiras são abastecidas mais rapidamente, pois os peixes estão mais concentrados nestes ambientes rasos e de pouca água, o que permite que os pescadores artesanais sejam mais agem nesta atividade, assim possibilitando duas situações: a primeira tentar retirar o maior quantitativo em pouco tempo, evitando com que exista a mortandade de um quantitativo maior; segundo, facilitando o abastecimento em curto período das “geleiras”, as quais podem dar várias viagens entre a área pesqueira e o centro consumidor. Este processo faz com que o pescador atue num ambiente hostil, onde a água não é potável, está contaminada por grande quantidade de bactérias, por causa dos pescados mortos, assim como os riscos de peixes como piranha, traíra, arraia, e mandiis, e outros perfurantes, o que poderá desencadear um grande risco a saúde do mesmo, sem contar a insolação, o consumo de água não tratada e também o risco de desidratação pela falta do consumo desta. Nesta situação ainda se pode destacar ainda, a presença de animais que implicam algum perigo a vida do pescador, como gados soltos nestas áreas, assim como serpentes como sicuriju (*Eunectes*) (não-venenosa), comboia, jararaca e jaracaca d’água, ainda a presença de poraquês, os quais podem desmaiar um pescador com sua descarga elétrica, podendo levar ao óbito por afogamento o pescador. Sem contar a grande quantidade de baratas d’agua que ferroam, as frieiras pela exposição contínua da agua com as dobras do corpo e também o famoso cauixi.

Todos os pescadores são ímpares em falar que onde há grandes cardumes de pescado no verão amazônico, é uma época de bamburrar ou fazer fartura, pois como são fáceis de serem capturados, há a possibilidade de se extrair uma grande quantidade de uma só vez, facilitando a vida dos mesmos por vários meses, já que o quantitativo capturado neste período equivale há muitos meses o que seria capturado no período do inverno amazônico ou das águas cheias.

Vale ressaltar que, o pescado capturado neste período não é, muitas vezes, de boa qualidade, pois implica em um período em que os mesmos não estão se alimentando ou que devido ao contato com o barro ou lama, passam a ter algumas características peculiares, menos sangue e tamanhos não adequados para a comercialização com o geleiro, o que por vezes são descartados ali mesmo sem dó e nem piedade. Um exemplo clássico disto, é a menos apreciação e procura por algumas espécies, como a aruanã, traíra, tamuatá, acarí e alguns tipos excêntricos como peixe-cachorro, sarda, piranhas e outros, como bacu e bocó, quando os geleiros falam que no comércio “não tem saída”.

A presença de cardumes de piranhas, neste período, é mais assíduos em canais ou em trechos dos rios onde há o despejo de sangue, com aqueles bombeados pelos barcos geleiros e também onde há a concentração de pescadores de acarí, quando pela retirada do bucho e da cabeça desta espécie, implica a concentração de piranhas, o que torna um empecilho e transtorno aos pescadores de “peixe-branco”, pois as mesmas além de atacarem os peixes malhados nas redes, também, cortam as malhas com seus dentes afiadíssimos, causando prejuízos de toda ordem ao pescador. Onde este prefere procurar os lugares de água corrente, ou onde se apresenta cardumes de peixes maiores, pois mesmo assim, ainda existem a presença delas, visto que no próprio verão todos os cardumes, devido ao nível da água, ficam concentrados.

A dinâmica da captura neste período do verão, é bastante exaustivo, pois muito diferente da época do inverno, quando os pescadores acordam mais cedo devido as distâncias existentes das áreas de pesca ou as lagoas onde estão os cardumes e o local de pesagem, no caso onde fica ancorado o geleiro. Às vezes sendo quilômetros de distância entre estes dois pontos, implicando em uma situação um tanto desagradável que, pelo sol “escaldante” desta época, o pescado capturado, logo nos primeiros momentos tendem a ficar com a carne “cozida” ou como conhecida “peixe moído”, observados pelas guelras com características esbranquiçadas, o que podem levar ao descarte deste pescado, ou ainda pelo “toque” na textura da carne.

Nestas grandes distâncias, após a captura do pescado, os mesmos são colocados em sacas de plásticos de 60 quilos, que depois são transportados em carroças, lombos de cavalos ou por mesmo nos ombros e cabeça dos pescadores, o que neste último caso requer um esforço a mais. Sabendo que quanto ao espaço, se dar por meio de caminhos “feitos, por rebanho de bois, trilhas que são feitas pelos próprios pescadores, ou transportados através de lamaçais, terroados, ou terra seca partida pelo sol, ou ainda atravessando espaços alagados de pouca profundidade.

Neste período os cardumes são capturados em redes que apresentam malhas de acordo com a espécie preferida a ser capturada. Como também, são cercados os cardumes nos “poços” quando as malhadeiras são puxadas pelas cabeças até ir tornando um círculo diminuto, o que possibilita ir “apertando” os cardumes em sua capacidade de malha-los, tendo ainda neste processo a “batição” dá água para espanta-los e assim eles se malharem mais rapidamente, o que facilita a despesca da malhadeira.

Já na época do inverno, utiliza-se mais o processo de rede “parada, onde as malhadeiras são esticas em espaços de 50, 100 ou 200 metros ou até mais, afixadas suas pontas em duas varas, as quais impedem que elas se desloquem com a correnteza da água, e que são indicadas nos lagos ou regiões profundas por bandeirolas ou boias que permitam sua identificação. Também existe o processo de “bobuiar” que, nos rios ou nas áreas de grandes correntezas ou profundidades as malhadeiras são soltas em uma ponta indicada por uma boia maior e outra sua outra extremidade está nas mãos do pescador, e que dependendo do quantitativo de boias secundarias (distribuídas na extensão do corpo da malhadeira), a rede pode afundar ou não, o que depende de vários fatores, entre eles está a posição do cardume em relação à lâmina de água, a profundidade do espaço ou área de pesca e ainda os obstáculos existentes na profundeza do leito do rio, os quais são evitados, pois causam enormes prejuízos.

6. 5 - Depredação e mudança no estilo de captura:

Com o passar do tempo, e se baseando nas histórias de pessoas e pescadores mais antigos, hoje se tem uma visão e analise sobre de quão rico já foi este espaço pesqueiro que corresponde a área do Camapu-Uruará, assim também a região ribeirinha (de várzea) da margem direita do Município de Prainha – Pará. Quando as mesmas concentraram enormes cardumes, assim como possuíram espécies em qualidade e quantidade inimagináveis. Pois, segundo alguns mais antigos pescadores, ainda em vida, relataram o quanto de fartura tinha outrora, mas com o passar das décadas, e a inserção de procedimentos, instrumentos/apetrechos e equipamentos, possibilitou consideravelmente a diminuição dos cardumes, ou até quase o desaparecimento de algumas espécies que vão de pescados, crustáceos, quelônios, crocodilianos e outros, como pássaros.

Relatos dão conta de que os peixes para a alimentação eram escolhidos, dos maiores aos melhores, e eram pescados no “quintal da casa”, pois devido grande quantidade existente, nem se precisava ir muito longe para se conseguir o almoço ou janta. Além de se contar com uma infinidade enorme de espécies durante todo o ano, fosse no inverno, fosse no verão. Que além destes tinha grande quantidade de capivaras, cabeçudos, jacarés, tracajás, ovos de marrecas, patos, e também de outros pássaros e dos quelônios durante a desova, a qual sempre ocorria na época do verão, quando as águas baixavam e propiciavam os melhores ambientes para a postura. Assim, o homem ia dividindo o espaço e suprindo daquilo que a natureza lhe oferecia de maneira ordenada e respeitosa, sem depredar ou agredir pela devastação. Apenas competia com outros animais, como no caso dos ovos, com o jacuraru (*tupinambis teguixin*) e alguns pássaros e cães apreciadores de ovos de pássaros e tracajás.

A inserção do búfalo (*Syncerus caffer*) na região foi um dos fatores devastadores na região que compreende a área pesqueira da região do Camapu-Uruará e a região Ribeirinha, pois sendo um animal robusto e de grande resistência ás intempéries meteorológicas e da natureza de forma geral, os rebanhos aqui inseridos proporcionaram uma grande devastação da vegetação, inclusive àquela que impedia na época do verão a vazão da água em sua totalidade ou parcialmente oriundas dos lagos e lagoas que compunham a grande área de pesca, e consequentemente a saída da maioria dos cardumes ali concentrados. Assim, a ação dos bubalinos na época do inverno nesta área ocasionou o afrouxamento dos conjuntos de pântanos formados em especial por aningais, ingazeiros e buritizeiros (*Mauritia Flexuosa*) que surgiram em cima de plataformas que acompanhavam a dinâmica e movimento das águas no seu sobe e desce no inverno, assim eles os búfalos, passaram a rasgar em seus deslocamento em busca de alimentos, estes grandes blocos em pequenos pedaços, os quais tiveram grande mobilidade de deslocamento e “fuga”, inclusive em períodos de temporais e na estação em que as águas começavam a fugir pelos rios no verão.

Esta saída destes pequenos pedaços de pântano através dos rios, inclusive pelo Rio Camapu, e depois pelo Rio Uruará e desembocando no Rio Amazonas, não só levava consigo as vegetações constituintes, mas também inúmeras espécies que ali por acaso se encontravam, como lagartos, uruás, cobras, insetos diversos (abelhas), jacurarus, algumas espécies de socós, garças e piaçoca, que pela obtenção de alimentos neste habitat, acompanhavam as espécies que também faziam parte da sua cadeia alimentar. Desta forma empobrecendo ainda mais este ecossistema.

Se já não bastasse a pesca predatória aplacada pelos pescadores, pelas grandes perdas na época do verão forte, o qual provocava a mortandade de peixes, ou mesmo os processos naturais provocados pelas algas na diminuição do oxigênio da água, assim como o crescimento do rebanho do gado bubalino, existiu um mais pernicioso e destruidor ora muitas vezes provocado pela ação direta e criminosa do homem: os incêndios na época do verão. Quando, segundo informações daquela época as queimadas nesta época tinham alguns objetivos, entre os quais: dar acesso aos pescadores aos novos lagos, facilitar a pesca e a caça, inclusive do jacaré e a captura do tracajá; “favorecimento” de renovação da vegetação e das gramíneas utilizadas pelos rebanhos criados soltos na época do verão.

Este processo criminoso, se dar principalmente na época que as águas baixam nas áreas pesqueiras ou na região de várzea, quando a vegetação de todas as espécies ficam suscetíveis a ação do sol, e assim ressecando, tornam-se um combustível essencial para a propagação do fogo em larga escala, que as vezes ultrapassam os limites atingindo grandes áreas de pântanos e vegetação que cobrem as áreas alagados, deixando que os animais que se refugiam nesta vegetação mais fáceis de serem capturados com grande facilidades pelos predadores.

6.6 - Alternativas viáveis (proposta de Intervenção à piscicultura):

Para se desenvolver ações que venham realmente contribuir com a revitalização da natureza e de seus inúmeros habitats, precisaria tomar posições radicais; pois, com o aumento da população local, assim como o aparecimento de novos apetrechos utilizados na pescaria ou atividade de captura do pescado, a primeira seria a sensibilização da população quanto à necessidade extrema da conservação e preservação da natureza, permitindo com isto uma garantia fundamental da vivência e permanência das futuras gerações locais.

Outra alternativa, seria ser a exclusão dos rebanhos de bubalinos localizados na região, já que este tipo de animal, além de compactar o solo, possibilita na época das cheias das águas do inverno amazônico a depredação das vegetações aquáticas, impossibilitando a manutenção dos esconderijos das espécies aquáticas, inclusive as dos peixes, as quais além de não conseguirem se procriar, não se desenvolvem, e ficam muito expostas a ação predatória dos pescadores.

Se por um lado, a manutenção do rebanho de gado bubalino na região, permite afugentar os cardumes, e a destruição da vegetação aquática, o homem também é um elemento extremamente pernicioso do ponto de vista de não respeitar a legislação ambiental e nem a época do defeso, pois além de desenvolverem técnicas de pescaria não adequadas com os preceitos regimental e legal, acabam por não obedecer o que lhes é por dever e obrigação na época da desova, migração , procriação e defeso das diferentes espécies que interagem num processo migratório entre as áreas alagadas e lacustres da região do Uruará e do Camapu e outras da região até ao Rio Amazonas, o qual serve por um bom período de refúgio, até a subida novamente no início do inverno destes pescados. Neste interim, na época do verão, o Rio Pará do Uruará que além de servir de meio ao entre estes dois habitats, também serve de local de “depósito” para muitas espécies, no entanto, quando as águas baixam, elas são atacadas pelos tamanhos diversos de redes e suas malhas, as quais muitas vezes não condizem com a permitida a certas espécies, colocando em risco todo um ciclo de reprodução anual. Além de que, já há histórico de uso de explosivos por parte de alguns pescadores na região que corresponde a extensão do Rio Pará do Uruará (inclusive na área de várzea), que se utilizam deste expediente proibido por lei nesta atividade, o que permite a matança de todos os tamanhos de pescados, e um desperdício incalculável, visto que após a detonação os peixes atingidos no raio da explosão tendem a afundar o que dificulta seu apanhado, e é claro, o dano é geral a outros tipos de seres vivos co-existentes neste espaço.

Outra situação ou estratégia que poderia dar certo seria o “desafogamento” ou diminuição da pressão das atividades relacionadas à pesca, que consistia na abertura de espaços de criação de peixes na área de várzea, já que a mesma é propicia, já que possui os dois momentos fundamentais para o desenvolvimento da piscicultura em larga escala: inverno (época das cheias na várzea) e verão, período de seca ou do “abaixamento” das águas, principalmente de final de julho ao final de janeiro, quando as águas começam a ocupar estas áreas de terras baixas no município e na região.

Pois, vale ressaltar que a região do Camapu, Uruará, e da Ribeirinha (Purus, Anela, Guajará) apresentam aspectos favoráveis para a escavação destes lagos artificiais, os quais ficariam sob a guarda e responsabilidade do responsável ou responsáveis pelas etapas, que seriam: manutenção, vigilância, período de vigência do crescimento dos alevinos, reposição, despesca e venda; já que na prática se tornariam donos dos espaços ora construídos sobre o espaço definido.

Isto se tornaria tão fundamental aos três aspectos: social, econômico e ambiental na região, pois, para diminuir a pressão da atividade pesqueira em cima da área natural, acredita-se que em poucos anos, os pescadores tradicionais e artesanais ´procurariam adquirir espaço na área de várzea para abertura do espaço (lagos) e fomentar sua própria criação de pescado; assim como o geleiro e a população teriam um pescado na qualidade e na quantidade, já que o tamanho e o quantitativo na produção seriam eficientes. E quem sabe, tornando-se um centro exportador de pescados e suas variadas espécies para outros estados e municípios através de associações de pescadores/piscicultores ou entidades de compras e venda como as cooperativas pesqueiras.

Pois como se observa quanto ao declino da qualidade do pescado, destacam-se:

Dentre os grandes problemas que ocasionam o desaparecimento das espécies, como diminuição na sua quantidade e tamanho; apresenta-se o tamanho da malha das redes de captura do pescado nos lagos e rios da região; ocasionando com isso uma diminuição da oferta do pescado em períodos do ano nas comunidades que tem o pescado como fonte alimentícia.

Outro fator colaborador para que haja este declínio está relacionado à pesca em grande quantidade e que não vão para o consumo interno, mas para outros núcleos consumidores, como a cidade de Santarém, e que hoje, o transporte é feito por “cubeiros” e caminhões-frigoríficos que deslocam-se do município anteriormente citado. Provocando com isso, um desequilíbrio na compra e venda aos donos de “geleiras” do município de Prainha; assim como possibilitando um escoamento da renda e da circulação de valores na região onde a área pesqueira está contida. (SANTOS, 2016, p. 16)

**6.6.1 - PISCICULTURA: UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA PROMISSORA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÀVEL NA REGIÃO**

Quando nos referimos a sustentabilidade, os primeiros nomes que nos vem em mente são natureza e meio ambiente. Porém, sustentabilidade vai muito além de preservação da natureza e conservação do meio ambiente, ela abrange questões como a “identificação de uma necessidade e a elaboração de ações práticas” que vem gerar resultados positivos em determinada sociedade; e para tanto, o homem como instrumento com habilidades e competências eficazes e eficientes, tem toda uma gama de conhecimento de como colocar estas ações em prática, as quais podem em, curto, médio e longo prazo, darem resultados positivos e coerentes, inclusive na questão da atividade pesqueira e suas particularidades na Margem direita do Município de Prainha – Pará, em especial nas regiões compreendidas como Uruará- Camapu, Ribeirinha e outras onde a pesca é bastante acentuada durante os dois períodos que compreende a captura do pescado: o inverno e o verão amazônico.

Diante disto, percebe-se que a pressão da atividade pesqueira sobre o meio natural é contínua, predatória e embalada numa dinâmica expressamente capitalista, pois possibilitada pelos pescadores, geleiros, cubeiros e mesmo os consumidores, não se leva em conta os tamanhos de pescados, nem sua quantidade, nem qualidade, nem maneiras como são capturados e nem mesmo o respeito ao período compreendido ao defeso, o que leva uma defasagem expressiva sobre o pescado da região.

Desta forma, entende-se que a criação (piscicultura) de pescado em lagos cavados nas áreas de várzea e mesmo nas margens dos rios e igarapés maiores, tornar-se-ia uma atividade lucrativa em três aspectos; social, econômico e ambiental, e assim cultural.

Cultural, porque a base alimentícia dos ribeirinhos e dos habitantes das comunidades que perfazem ou constituem esta grande região, tem como base o pescado *in natura*, ou mesmo em forma de farinha de peixe (piracuí). Pois, é uma alimentação contínua, menos onerosa e também do ponto de vista de saúde e bem-estar, saudável; apenas se varia no preparo e na espécie consumida no dia a dia.

Social, pois, os ganhos se tornam necessários, já que é uma atividade de troca ou escambo em algumas situações quando o dinheiro não se faz presente; então a permuta entre peixe e outras mercadorias e notável entre as pessoas. Por exemplo, o pequeno produtor da agricultura familiar que produz farinha de mandioca faz a troca com pescado; ou mesmo de apetrechos usados na pesca como remos, canos e outros são às vezes utilizados na troca com pescados.

Econômica, pois a atividade pesqueira figura-se e se destaca como a principal atividade de cunho do extrativismo animal, quando geleiros, cubeiros são os compradores e exportadores do pescado da região para outros municípios ou estados; além dos consumidores locais. Ressaltando que nesta atividade, também se destaca, a produção da farinha de peixe (piracui) e a pesca do camarão, que são as duas atividades paralelas a atividade pesqueira (peixe branco), e que dão grande repercussão à economia local. Pois, comunidade como a de Porto Franco, situada há dois quilômetros da Vila de Santa Maria do Uruará é a principal vila de pescadores da região, com grande concentração de números de pescadores, vinculados a atividade para dois fins: a captura para atender o Distrito de Santa Maria do Uruará, e, também o abastecimento dos barcos geleiros de variadas tonelagens e aos “cubeiros”, sendo que estes últimos armazenam e transportam o pescado no gelo em recipientes de isopor, mas de pequena capacidade.

Quanto ao aspecto ambiental, esta atividade “desafogaria” a pressão dada ao meio natural, quando a atividade pesqueira é executada durante o ano todo, sem nem espaço ou intervalo, para que haja a desova, reprodução e a procriação das inúmeras espécies de pescado que habitam esta região. Pois, quando na época do verão aos cardumes se deslocam para as áreas mais fundas, porém, mais estreitas, o que permite e facilita a captura em grande quantidade e variedades. Sendo que a grande vantagem dos cardumes é quando as aguas começam a dar sinais de baixa, e os mesmos se dirigem pelo leito do Rio Pará do Uruará e conseguem alcançar o Rio Amazonas, o qual serve de refúgio para muitos deles, até voltar o período das cheias das áreas que posteriormente se transformarão e lagos e possibilitarão que os cardumes se espalhem, dificultando assim, por um período aproximado de 5 a 6 meses a ação direta e predatória dos pescadores; reiniciando depois tudo de novo.

Portanto, a abertura de lagos artificiais nas áreas de várzeas para a criação de peixes das mais variadas espécies, como tambaqui, curimatã, pirapitinga e pirarucu, seria uma das alternativas para os pescadores, ou mesmo pessoas interessadas em se tornar um criador de peixes na região, pois como existe uma grande área de terras baixas, composta principalmente de argila, facilitaria a criação por causa do movimento do vai e vem das águas, assim como apropriado à escavação e manutenção do espaço.

Este processo de criação em lagos artificiais, abrangeriam diversas etapas; entre elas a primeira a identificação da melhor área; segunda orientações técnicas acerca da criação e produção; obtenção de recursos e escavação do empreendimento; aquisição de equipamentos a este tipo de estrutura; aquisição de alevinos; manutenção e aperfeiçoamento do espaço (plantio de espécies vegetais que viessem dar segurança ao solo); produção e espera pelo período de despesca; e comercialização.

Isto nos permite, levantar hipóteses acerca dos mais variados benefícios secundários que poderia trazer a atividade aos moradores da região, inclusive no que se refere a geração de emprego e renda. Pois, cada “lago” artificial necessitaria de pessoas para interagir na atividade em si, como para a manutenção, despesca (captura) e outras relacionadas ao empreendimento.

Este tipo de atividade deveria partir do interesse do proponente ou de algum órgão como a Secretaria e Agricultura e Pesca, a qual poderia implantar este projeto como uma forma de Política Pública de desenvolvimento econômico e ambiental. Pois, a própria entidade poderia seria responsável pelas orientações técnicas, assim como orientar sobre os caminhos viáveis a obtenção de recursos via parcerias público-privado, ou instituições bancárias que venham fomentar e apoiar este tipo de atividade econômica.

Em tese, os ganhos quanto a implantação da piscicultura na região Uruará-Camapu/Ribeirinha, possibilitaria uma mudança comportamental do cidadão, inclusive do pescador, onde estes passariam a tornarem-se micro-empreendedores, e não mais ligados a uma atividade que atualmente só olha para o lado da extração contínua, sem muitas vezes, contribuir com uma contrapartida mínima à natureza e a sociedade.

De acordo com Santos (2016, p. 17), destaca que:

Neste sentido, entende-se que a criação em tanques ou viveiros de pescados, proporcionaria uma diferenciação na dieta e cardápio do consumidor local, assim como possibilitado um dinamismo maior com a atividade pesqueira e as diretrizes relacionadas ao meio ambiente, da não promoção da captura desordenada e nem do uso proibidos de equipamentos por leis ambientais e pesqueiras. Além disso iria fomentar renda à região, como gerar emprego e circulação de divisas

**CAPÍTULO IV**

**7. DA PRODUÇÃO ARTESANAL E AS MANUFATURAS LOCAIS: Caraterísticas, resultados e possibilidades futuras**

**7.1 - PRODUÇÃO DE POLPA DE FRUTAS**

Esta é uma atividade ainda muito sensível quanto a sua oferta, demanda e produção, pois são poucos os produtores que desenvolvem esta prática na região; pois podemos considerar que, esta produção ainda é muito ínfima devido à vários fatores, como: baixa produção, falta de incentivos financeiros, falta de orientação técnica e agronômica aos produtores, assim como orientação quanto ao armazenamento, transporte e comercialização. Lembrando que, o mercado consumidor, é muito promissor e tem uma vantagem muito grande, por estar perto em se falando de logística e proximidade com o mercado. E, o que mais oferece estas condições, são os de Monte Alegre e de Santarém que são cidade ou centros urbanos que necessitam desta matéria – prima na produção de sucos, sorvetes, cremes e outros produtos gerados a partir da polpa de frutas.

Porém, se houver um olhar mais aprofundado e sensível quanto ao desenvolvimento da agricultura na região, por parte da gestão pública ou mesmo de interessados que queiram promover esta atividade em grande escala, percebe-se que espaço (terreno agricultável) e boa vontade haverá por parte de muitos cidadãos, os quais perceberam a necessidade de sair do comodismo e utilizar de forma ordeira e comercial a produção de polpa de frutas.

Ressaltando que, mercado consumidor existe, e é claro para receber grandes quantitativos da produção de polpas de frutas e das mais variadas espécies, como: acerola, muruci, goiaba, cupuaçu, manga, graviola, entre outras espécies que aos poucos são plantadas e que já demonstram razoável aceitação do mercado no Distrito de Santa Maria do Uruará.

**8 - PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA**

Segundo a professora Helena Guedes, a qual defendeu em seu Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, tendo como tema a produção da farinha de mandioca na Região do Uruará, em especial à comunidade de Floresta do Uruará, esclarece que no processo:

é realizada a mistura feita manualmente, por mais ou menos 30 minutos, logo em seguida coloca-se em prensa ou tipiti para enxugar e empeneirar. Após tudo isso o forno de zinco ou cobre já deve estar aquecido para a torragem, que é feita com remo de madeira. Sendo que esse processo durará mais ou menos duas horas, para que se torre; que depois de torrada é empaneirada ou ensacada. Assim sendo, estará pronta para a comercialização ou consumo da própria família. (PEREIRA, 2010, p. 30)

No entanto, a produção da farinha de mandioca na Região do Uruará (Santa Maria do Uruará), desde 2000 teve uma queda significativa, pois aqueles produtores rurais que se ocupavam com esta atividade de grande relevância ao comércio local, passaram a produzir muito pouco, ou simplesmente não produziram mais nada. E, isto vinculada às mais variadas razões, dentre as quais podemos citar: migração para a área mais urbanizada da região (vila de Santa Maria do Uruará); a incerteza quanto a sua permanência sobre a terra (criação da Reserva Renascer na margem direita do Rio Pará do Uruará); satisfação com os repasses dos recursos via políticas assistencialistas; ingresso em outra atividade produtiva (aparecimento de empresas madeireiras e serrarias); desenvolvimento de outra atividade mais lucrativa, como o comércio, a pesca e a pecuária; escassez da própria terra, quando o cuidado sobre as culturas desenvolvidas, (plantação de roças) não mais eram suficiente ao novo estilo de vida; incapacidade da nova geração de executar as mesmas atividades que os antecessores (pais) faziam ou criavam. Assim como, falta de incentivos ou de recursos destinados aos projetos à agricultura familiar; como a inexistência de projetos que visem a fomentação desta atividade econômica, a qual tem uma história vinculada aos costumes, a cultura local, e as relações econômicas da região, sem contar com seu papel fundamental na alimentação do caboclo, não só o local, mas de toda a Região Amazônica.

Ressaltando que, a produção da farinha de mandioca ou “farinha puba”, passou a se concentrar o seu quantitativo, apenas em uma comunidade, a de Igarapé Açu do Uruará, pequena vila localizada a 12 quilômetros de distância da sede do Distrito de Santa Maria do Uruará, onde os principais fatores para que também houvesse um declínio deste produto nesta localidade, estão: a mudança para outras atividades comerciais; o baixo preço do produto em diversas épocas; a mudança de comportamento das novas gerações de pessoas; falta de incentivos através de políticas públicas direcionadas à produção ou agricultura familiar, entre outros.

Com toda esta defasagem, o “monopólio” da produção da farinha de mandioca na margem direita do Município de Prainha - Pará acabou passando para outra região do município, a do Cuçari – Itamucuri, onde existe uma expressividade muito grande nesta atividade, a qual possibilita transportar e embarcar para outros municípios várias toneladas por semana. Abrangendo assim as mesas dos consumidores até de outros estados como o Amapá e o Amazonas. Sendo que este transporte se dar através de barcos ou navios que fazem os transportes de mercadorias, pessoas e produtos da região, onde o mais próximo porto para que seja feito este processo de embarque/transporte é o de Monte Alegre.

Assim, o dinamismo da produção da farinha da mandioca, na região do Cuçari, se dar primeiramente seguindo as etapas preliminares, que depois passa pela produção, venda e revenda, transporte e consumo.

**8.1-** **A PRODUÇÃO DA FARINHA DA MANDIOCA NA REGIÃO DO URUARÁ: Uma atividade que está perdendo seu valor cultural, artístico, sentimental e identitário**

Por: Sydney Pinto dos Santos[[6]](#footnote-6)

**Introdução**

Às vezes ficamos pensando sobre os valores que a natureza tem para o ser humano; seja a terra em si ou as atividades/produções sobre ela, seja a água (pluvial e fluvial), sejam pelos animais, sejam pelos produtos in natura que esta oferece. Mas que, em dado momento as características de produção e execução nas atividades, como por exemplo, dos utensílios tradicionais utilizados na produção da farinha da mandioca, vão perdendo seus valores e significados, assim que novas tecnologias vão sendo gradativamente inseridas.

Como expressa Braga (2012, p. 154):

Essa ideologia conservacionista... pode levar a uma exploração limitada dos recursos (naturais). Isto significa dizer que existem populações que simplesmente seguem regras culturais locais para o uso e apropriação dos recursos naturais, e estas, por sua vez, é que se definem como sustentáveis. Trata-se de uma relação que ultrapassa a consciência conservacionista e se expressa como uma fonte de vida.

Assim, vale destacar que a produção de farinha de mandioca, muito comum na Amazônia e nos estados da região Nordeste, por muito tempo, desde de nossos antepassados, os silvícolas brasileiros, além de trabalharem rudimentarmente a terra, também produziam seus próprios utensílios e/ou apetrechos ligados à produção desta tão notável, eficiente e valorosa atividade ligada hoje, a produção na agricultura familiar, o que significa muito mais do que o fato de não-agressão à natureza, mas expressa=se um espirito de respeito e interação entre estes agentes.

Estas características ligadas à produção da farinha de mandioca vão se perdendo, que se retratou anteriormente, quando novos elementos tecnológicos ligados à produção vão sendo paulatinamente introduzidos, no sentido de aprimorar a produção, reduzindo o tempo como também, elencando ganhos no quantitativo e qualitativo do produto oriundo da natureza.

Porém, vale ressaltar que, embora existam, não só na atividade da agricultura, como também na pesca, destes novos instrumentos, muitas comunidades denominadas tradicionais da agricultura familiar, resistem consideravelmente a estas “novidades”, seja pelo ônus, pela falta de orientação técnica e uso do equipamento, seja por manter os elementos tradicionais da produção.

Em meados do ano 2000, era vigente observar a produção expressiva da farinha de mandioca na Região do Uruará, município de Prainha, principalmente nas comunidades do chamado Alto Rio Pará do Uruará, dentre as quais se destacam: comunidade de Santa Cruz, Beira Rio, São Paulo, São Raimundo, Floresta, Monte Sinai, Pedra Branca; como outras, como a comunidade de Igarapé – Açu, onde nesta última, ainda a produção é presente em pequena escala, em proporcionalidade com a população atual consumidora.

Nestes tempos de 2000, os barcos a motor de pequeno calado que desciam o rio, partindo da comunidade de Floresta do Uruará, tinham como carga, o produto advindo da agricultura, e o principal era a farinha de mandioca, que lotava as embarcações contornando o Rio Pará do Uruará, até a vila de Santa Maria do Uruará, localizada no médio Uruará, onde eram vendidos os sacos com 60 quilos aos comerciantes locais, ou mesmo aos chamados atravessadores, quando estes, compravam razoável quantidade para exportar via fluvial para outros centros urbanos, como Santarém, Monte Alegre, Porto Santana (Amapá), Breves, e até mesmo a cidade de Manaus (Amazonas).

Assim este produto, que era transportado via barco a motor ou mesmo em canos a remo pelo Rio Pará do Uruará, ou ainda em carroças de boi, no caso da produção da comunidade de Igarapé Açu, eram ás vezes trocadas também por produtos de primeira necessidade, entre os quais se podem destacar, o arroz, o feijão, o açúcar, o óleo de soja e sabão, fazendo com que até a presente data ainda existisse o processo de escambo nesta região, embora o dinheiro em espécie vigorava e circulava em grande volume. Todavia, pela necessidade do agricultor/produtor, o mesmo acabava se subordinado ao ato, pela agilidade e o uso necessário destes produtos em sua rotina diária. Sabido que, além destes produtos, a troca acontecia também por instrumentos utilizados diretamente no espaço de produção como, cordas, terçados, foices, limas, botas, chapéus, sacas para empacotamento, facas, e outros apetrechos.

Como pode observar nas palavras de Pereira (2010, p. 38-39), sobre a produção da farinha de mandioca na Comunidade de Floresta:

é um sistema ou processo que tem suas várias implicações ecológicas, já que existe a derrubada de uma grande área de mata virgem. Quando podemos chamar todo esse desmatamento, e que consiste na prática de roçagem e derrubada da área em que será efetuada o plantio do roçado de mandioca, com isso há todo um processo que necessita de diversas formas de planejamento e técnicas. Lembrando ainda que, todo o processo de plantio, necessita de mão-de-obra especializada.

Nas palavras da autora, percebe-se que a mesma, refere-se ao tratamento preliminar da produção relacionada à farinha de mandioca, que vaio desde a preparação do terreno, passando pelo plantio, à espera e o período de colheita e execução da atividade, dentro do espaço destinado a esta atividade, mas nos dando uma dimensão enorme da dinâmica e complexidade da atividade, como do manejo e das técnicas utilizadas. Muitas delas passadas de geração em geração, dentro de um processo conhecido como conhecimento empírico.

Segundo Dos Santos (2016, p. 18), destaca sobre a produção na região do Uruará:

na região do Uruará, se concentra o extrativismo vegetal (extração de madeira) e o extrativismo animal (pescado). Fazendo com que a própria produção da farinha de mandioca se torne escassa em determinadas épocas do ano, tornando o produto mais oneroso ao consumido nesta época de escassez.

Esta escassez já se vem fazendo presente ao longo de décadas, precisamente, desde o ano de 2000, quando algumas características atitudinais dos próprios moradores foram mudando, em relação a agricultura familiar local, como por exemplo, passaram a alocar seus filhos para outros centros ou núcleos urbanos, assim desfazendo-se da mão – de – obra “auxiliar”, ficando os mais idosos, ou aqueles que anteriormente cultivavam ou praticavam a produção da farinha de mandioca; o que de certa forma declinou este repasse de conhecimentos e informações entre gerações.

Outro fator importante, o qual contribuiu para o declínio da produção da farinha de mandioca na região do Alto Rio Pará do Uruará, foi a criação da Reserva Renascer, a qual criou uma indecisão e incerteza futura para os moradores das comunidades locais; quando muitos destes produtores, se deslocaram com suas inteiras paras a vila maior da região, no caso, a Vila de Santa Maria do Uruará, criando assim um “vácuo” em relação à produção advinda da agricultura familiar na região. Um verdadeiro êxodo, um verdadeiro inchamento do núcleo urbano que se viu de uma hora para outra oferecer condições de ingresso e sobrevivência para seus novos moradores.

Neste contexto, ainda podemos destacar, a transferência de renda aos “mais necessitados, quando a maioria desta população passou a se conformar com o recebimento dos valores advindo dos programas federais, elevando com isto um tipo de “conformismo”, tipo com “isto dar para viver, mesmo que seja pouco”. Notadamente, um progresso pouco satisfatório e infeliz; visto que, as pessoas, acreditavam que esta transferência de renda seria o suficiente para viver, em vez de produzirem na terra, o que dava muito mais recursos financeiros para suprir suas variadas necessidades sociais.

**8.2 – Uma análise perceptiva através considerações complementares**

Percebe-se que com os passar dos tempos, algumas atividades, inclusive àquelas ligadas as comunidades tradicionais, e que tem a produção local como economia de subsistência, vão aos poucos perdendo seus valores, sejam eles culturais, interacionais com a natureza e o meio ambiente, sejam os pela inserção de novas tecnologias na sociedade e nas atividades ditas “manuais”, sejam pela falta de interesse dos mais jovens de seguir a laborar o que seu pais faziam. Não importa a causa, o que importa são os registros notáveis e dentro de uma lógica, nem que seja do saudosismo e do conhecimento empírico, o que muitas vezes ficam gravadas nas memorias daqueles que ainda pertencem a uma geração da oralidade e do “contar de histórias”, ou famosos causos.

Ainda assim, estas são vivencias que devem e precisam serem estudadas e pesquisadas pelos centros acadêmicos e universitários, com a pretensão de elencar elementos históricos que tiveram grande sentido na evolução do homem, este ser que sempre conseguiu retirar o suficiente do meio ambiente, olhando seus limites e assim, respeitando a terra em si. Pois sabemos que as mudanças são inevitáveis, e com isto acabam desaparecendo os vestígios desta vivência e boa convivência do ser humano com a natureza, porem que precisam ser resgatados, pois enfatizam a harmonização do homem em relação a sua própria sorte e sobrevivência como elemento natural e consequentemente social.

Mas é sabido que, no bojo das transformações existentes, independente do campo, o homem certamente vai ser o propulsor destas “reformas”, as quais são importantes, quanto eficazes para o notável e eficaz relacionamento com o meio, no sentido amplo de respeita a natureza em detrimento com as produções, mesmo que seja aquela aqui abordada como objeto deste estudo: a farinha de mandioca.

**9 - PRODUÇÃO DE MÓVEIS EM MARCENARIAS/MOVELARIAS**

Atualmente a produção nas marcenarias do Distrito de Santa Maria do Uruará está voltada especificamente para a área de movelaria, quando os mais e diversos tipos de móveis produzidos nestes espaços estão voltados a atender o mercado interno e o externo quando se trata de outros municípios da região Oeste do Pará, inclusive. Assim, a produção que já vem há mais de duas décadas se fazendo presente como uma das atividades da economia local que nos últimos anos ganhou impulso por vários fatores, entre os quais podemos citar a divulgação das produções de movelaria nas redes sociais, passaram a ganhar espaço no mercado consumidor, sendo introduzidos nos mais diferentes lares ou imóveis residenciais ou não.

A produção de movelaria no Distrito de Santa Maria do Uruará, em décadas de 90 estava apenas vinculada a produção de remos às canoas da região, carteiras para escolas, bancos para sentar de variados tamanhos e mesas. Mas que não passava de algumas dezenas no decorrer da produção mensal. Já nos dias atuais, a produção ganhou novos modelos, desenhos e também em qualidade, visto que se passou a produzir outros móveis como camas, guarda-louças, guarda-roupas, cômodas, escrivaninhas, criados-mudos, mesas de tamanhos variados e formas, cadeiras, redes de madeiras, caixilhos para portas e janelas, e outros como suporte/cabide de roupas, balcões, cadeiras e estantes de variados tamanhos

Além das variedades produzidas, os móveis ganharam estilo e desenhos com formas que remetem a traços ou linhas rústicas, mas que dão ao móvel um tom diferenciado de um para o outro, e que muitas vezes depende de quem o encomendou.

Por outro lado, para se produzir estas peças, existem as mais variadas etapas, que vão desde a aquisição da matéria-prima que é a madeira de lei, passando pelo desenvolvimento do projeto da peça, o corte, usinagem, colagem, furação, pintura e armazenamento. Pois são ações necessárias e fundamentais para que no final se tenha um produto seguro, bem apresentado, fiel à encomenda e duradouro, além da beleza e da estética elaborada para cada um através dos desenhos que o compõem. Além disto, o acabamento com a pintura feita com verniz ou selador possibilita leveza, durabilidade e segurança em outros ambientes.

Vale aqui ressaltar que as principais madeiras de lei utilizadas para a confecção destes móveis no Distrito de Santa Maria do Uruará, são o acapu, o cedro, a ipê, o pau-d’arco, angelim, andiroba, jacarandá, mogno, cedrorana, itaúba, jatobá, meracatiara, macacauba, sucupira, marupá, entre outras espécies que dependendo de sua dureza, densidade e leveza, favorecem uma beleza indescritível ao produto final. Permitindo com isto agregar valores na produção dos imóveis, os quais são definidos pelo tipo de madeira utilizado (as vezes mais de um no mesmo móvel), tamanho, utilidade, peso, e características afins, como o desenho ou traços inseridos e complexidade de montagem.

Pois, muitos produtos advindos desta atividade de movelaria, torna-se dispendioso pelo fato de que muitos são constituídos de inúmeras partes, e que leva tempo para a confecção e montagem do mesmo. Onde são utilizadas variadas ferramentas na sua produção e acabamento.

Os principais mercados recebedores dos produtos produzidos nas marcenarias/movelarias de Santa Maria do Uruará, estão concentradas na própria região Oeste do Pará, quando se destacam as cidades de Prainha, Monte Alegre, Santarém, e de outros estados, como Santana e Macapá no Amapá. Sem contar o mercado local, que é o principal adquirente dos produtos desta atividade que a cada dia vem crescendo em números de ambientes de produção, volume de encomendas, qualidade e valorização de mercado e preço.

Sabendo que, hoje, o Distrito de Santa Maria do Uruará conta com 11 unidades de produção de móveis de variados tamanhos, tipos, modelos e estruturas, e que funcionam geralmente em um espaço (barracão) de variados tamanhos coberto de telhas e estrutura de madeira. Os quais são localizados em espaços (terrenos) com área para alocação e armazenamento de moinhas e outros extratos (pedaços) de madeira, que são restantes da fabricação de móveis, os chamados “refugos”, e que podem posteriormente dois destinos, como a queima e destino a outros locais distante da área urbanizada.

Entre os principais equipamentos e instrumentos utilizados na produção de móveis, são a furadeira, serra tico-tico, parafuseira, trena, graminho, formões, riscadores, plainas, grampos martelo, marreta de borracha, nível, serradeira, desempenadeira, e outras utilizados na pintura, como pinceis, broxas, rolos e aplicadores com uso de gás (pistola de pintura), lixas variadas.

Quanto a origem da madeira de lei fornecida e utilizada para a construção de móveis nestes ambientes de marcenaria/movelaria, é adquirida de fornecedores da própria região do Uruará, sendo esta área muito rica na existência e extração de inúmeras espécies vegetais de grande qualidade e aceitação no mercado de móveis. No entanto, a extração que era antes feita na proximidade do Distrito de Santa Maria do Uruará, percebe-se que está cada vez mais longe. Quando antes eram feitas em torno de 5 a 8 quilômetros de distância, hoje encontra-se entre 30 a 70 quilômetros de distância ou mais, o que possibilita várias consequências, como a dificuldade no transporte, a extração de um quantitativo expressivo de espécies nobres, assim como o encarecimento do produto final. E, isto se deve a extração desenfreada por madeireiras que extraem a madeira para dois destinos específicos: alocação para o desdobramento de madeira em serrarias para exportação e para a exportação em toras (o maior volume).

Assim, entende-se que, a produção moveleira no Distrito de Santa Maria do Uruará, além do crescimento expressivo quanto a produção e a encomenda, que é uma consequência positiva; teremos possivelmente dois possíveis processos negativos futuramente, devido ao custo de transporte e a escassez das espécies de madeira de lei, que será o aumento do preço final do produto, assim como a diminuição da produção em madeira de boa qualidade.

**10 - CONSTRUÇÃO NAVAL DE EMBARCAÇÕES NA REGIÃO DO URUARÁ**

Esta é uma atividade que perdurou por muitos anos e ainda perdura, e foi uma das bases para o reconhecimento da produção naval na região, quando barcos de cabotagem, barcos geleiros, de transportes de mercadorias e outras menores usadas no deslocamento de pessoas e também na atividade pesqueira, eram encomendadas aos “engenheiros” da construção naval da região; os quais muitas vezes, recebiam encomendas de outros municípios e até mesmo de outros Estados da Região Norte do Brasil. Sendo que estas embarcações, construídas de madeira eram produzidas em larga escala, principalmente na década de 80 e 90, perdendo espaço ultimamente para aquelas construídas ou fabricadas de placas de ferro, o que possibilita uma durabilidade muito maior, mas em contrapartida são muito pesadas, em detrimento das de madeira, que são levem, menos onerosa em sua construção, e a matéria-prima em abundância na Amazônia.

Os estaleiros da Região do Uruará, geralmente localizados às proximidades das margens do rio ou mesmo rios, o que facilita a sua descida, após a conclusão da construção da embarcação à área fluvial e permanência das mesmas no ambiente destinado: o fluvial.

Na construção das embarcações além dos carpinteiros navais que atuam diretamente na confecção, tendo experiência na operação de motosserras quando promovem a confecção das peças menores, as quais serão encaixadas uma a uma de acordo com o desenvolvimento e as etapas da construção, tem-se dentro deste processo os conhecidos calafates e os pintores. Pois, os calafates, são trabalhadores que fazem a segunda etapa na embarcação pós período de construção do “casco”. Estes trabalhadores têm muita experiência no uso e manuseio de massas, tintas, algodão, pinceis, e produtos que darão seguridade ao processo que tem como função a não entrada ou infiltração das águas no interior das embarcações. Ou seja, o seu trabalho consiste em “tapar” e impedir que as embarcações sejam invadidas pelas águas exteriores, o que teria, caso entrassem, o alagamento da embarcação ou mesmo a danificação de instrumentos e equipamento dos interiores, como máquinas, bombas e sistema elétrico.

Já os pintores, após a calafetação, são os especialistas que usarão os tipos de tintas de acordo com as partes da embarcação que entram em contato com a água ou não. Assim, são várias os demãos de tinta no casco, o qual tem contato direto com a água; já nas partes como convés, balaústre, paredes de camarotes, banheiros, cozinhas, sala de máquinas, toldo inferior, tem um tratamento diferenciado do primeiro, tendo em vista o contato menos direto com água.

Assim, desde a escolha do terreno para servir na alocação do estaleiro até a “arriada” n’agua da embarcação, as etapas da construção naval de embarcações de madeiras, são inúmeras; das quais vão desde a instalação ou adequação do espaço para a construção e montagem; passando pela elaboração do projeto que depende do tamanho da embarcação; da aquisição do tipo de madeira que será utilizada na construção do casco, que são adquiridas muitas vezes, antes mesmo do início da construção; instalação dos equipamentos que darão suporte ao processo, como plainadeiras, motosserras, construção de depósitos guarda-equipamentos-instrumentos; em seguida, passando pela etapa de suspensão da quilha, confecção dos braços, instalação do talha-mar; passando pela “dobragem” das madeiras feitas ao fogo; laminação e talhamento das tábuas em tamanhos adequados para os encaixes perfeitos. Assim, ainda no casco recebem-se estruturas como as longarinhas, sobre-quilha, cavernas, e outras, as quais darão à embarcação equilíbrio e sustentação sobre as águas e a navegação do mesmo.

Por outro lado, construir uma embarcação de madeira vai muito além de um projeto de engenharia, mas sim de um dom e de qualidades desenvolvidas por poucos cidadãos que desenvolveram esta habilidade ao longo do tempo, repassado e aperfeiçoado através da tradição, costume e da necessidade vivida pela sociedade local ou mesmo de outras regiões, como é o caso da construção de embarcações destinadas as atividades de deslocamento (canoas), de pesca (barcos geleiros), de transporte de passageiros (os de cabotagem), de transportes animais (balsas boieiras), e outros menores e com diferentes finalidades.

Assim, as habilidades do construtor naval, perpassa os conhecimentos de qualquer projetista e do arquiteto de náutica, pois seus conhecimentos vão desde saber as diferentes espécies e dos tipos de madeiras utilizadas na construção, conhecendo sua durabilidade, densidade e seu teor maleável. Assim como, conhecimentos sobre ferramentas e equipamentos, conhecimento de marcenaria e carpintaria, como de pintura e calafetagem, além de saber do funcionamento das máquinas que comporão a estrutura de maquinário como o motor de propulsão propriamente dito e do timão. Ou seja, não é apenas um construtor, mas sim um aglomerado de conhecimentos que englobam: náutica, engenharia, carpintaria, pintura, matemática, calafetagem, desenho, botânica e outros conhecimentos.

Como falado anteriormente, os estaleiros da região do Uruará, assim e principalmente da Santa Maria do Uruará, estão perdendo espaços e números de encomendas, pois a construção com placas de aço ou mesmo aqueles construídos com fibra, nos últimos anos veem se destacando no mercado. Assim, existem outros fatores e aspectos que também têm contribuído para que haja um declínio na produção de embarcações de madeira; entre os quais se destacam, escassez na obtenção de madeira de lei, muito usada na construção naval, e que entre as quais se destacam o cedro, a itaúba e muracatiara, que por sua leveza, resistência e maleavelidade são as mais preferidas; e também a distância da extração, o que encarece o transporte, a plainação e o valor das toras ou das pranchas, o que depois são embutidos no valor da construção da embarcação, o que de alguma forma afugenta as encomendas.

Um dos exemplos de embarcação construídas na Santa Maria do Uruará, e que ganhou notariedade na imprensa, foi a do B/M Almirante Barroso, com grande capacidade para 100 pessoas, assim como de cargas, e que em um fatídico acidente foi a pique no ano de 2009 no Rio Amazonas, entre as cidades de Prainha e Monte Alegre, ocasionando a morte de 6 pessoas; sendo depois reformado, meses depois do acidente, no mesmo espaço que fora construído em Santa Maria do Uruará.

Grandes nomes da construção naval em madeira se faz notar em Santa Maria do Uruará e nesta regiões descritas, não apenas pela sua habilidade em trabalhar com madeira, mas por causa do conhecimento empírico, no entanto, muito respeitado por engenheiros da área; que vai desde o conhecimento da madeira mais apropriada a cada embarcação, suas dimensões, uso de equipamentos/instrumentos, até mesmo dos produtos para o acabamento final, no caso da calafetagem e pintura, sem contar ainda da mecânica naval e “timoragem”, visto que tem que ter o conhecimento do timão em consonância com o mecânica do motor.

Assim, entre os nomes, que mais se destacaram neste período, na construção naval em madeira estão: Antônio Gomes (Tuíca); Agrinaldo Miranda (Norte); Roberto Miranda, Gabriel Guedes, José Raimundo Carvalho, Beny (Vira Sebo), e outros que estão mais para a produção de embarcações para atender as localidades próximas.

**11 – EXTRAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MADEIRAS**

Como se sabe, esta atividade está relacionada com o uso do extrativismo vegetal nas suas mais diversas e variadas formas. Servindo de suporte às outras atividades paralelas e essenciais à vida e a sobrevivência da espécie humana, dentre as quais podemos destacar, a construção de embarcações, móveis, cercas para o gado e outros animais, canteiros para plantação de diversas, paredes de casas e barracões. Assim como na construção do próprio ambiente de morada, pontes para dar acesso, e uma infinidade de uso da madeira.

Ou seja, o extrativismo vegetal na sua forma bruta ocorre desde os primórdios da existência humana, quando hominídeos, acredita-se, obtinha estes recursos para elaboração ou fabricação de instrumentos e outros materiais para a sua sobrevivência como espécie, uso, organização social e outras finalidades afins.

Porém, a extração da madeira atualmente vem comprometendo consideravelmente o meio ambiente e o modo de vida das antigas famílias, assim como também trazendo suas consequências em relação a sua comercialização, extração e desdobramento. Pois, cada vez se torna mais raro as espécies nobres de madeiras, as quais são utilizadas para os mais diversos fins.

**11.1 - QUANTO AO PROCESSO EXTRATIVO DAS MADEIRAS**

O que destaca esta atividade é o extrativismo *in natura* da madeira em áreas denominadas de “projetos extrativistas”, os quais estão localizados em distâncias e locais específicos da Região do Uruará, em torno que varia entre 55 quilômetros chegando até 150 quilômetros dista da sede do Distrito de Santa Maria do Uruará.

Os quais apresentam a seguinte dinâmica: pós aprovação do projeto, a empresa madeireira marca as árvores que supostamente apresentam os tamanhos adequados ao corte, assim entre o período de julho a dezembro os comboios com os maquinários pesados (, caminhões-julietas, tratores de esteira, pá mecânica, motos niveladoras, skidder e outros) e outros de suporte, como caminhonetes, carros pipas, carros tanques de combustíveis e de suporte mecânico). Ou seja, todo um arsenal de “guerra” contra a derrubada da natureza nativa aos meses que correspondem ao verão amazônico, visto que, se torna o período mais seco e assim com maior possibilidade de trafegabilidade dos “caminhões-julietas” pelas vicinais e estradas, no caso desta última, a de maior utilização e circulação é a PA -371 ou simplesmente Transuruará, que se estende em sentido Norte-Sul, tendo Santa Maria do Uruará se ponto chave, ou seja, onde existe porto de embarque e desembarque de equipamentos pesados e também de embarque de toras brutas de madeira extraídas.

Porém, vale ressaltar que, os maiores prejudicados por esta atividade de transporte de madeira via Transuruará, acaba sendo o pequeno colono ou o pequeno agricultor rural, os quais moram ás margens da mesma. Sendo que, o peso das toras em cima dos caminhões transportadores, acabem por danificar seriamente o leito da estrada e consequentemente de trafegabilidade de espaço de circulação, sem fazer os reparos necessários para que haja na época do inverno uma transitalidade de quem realmente necessita desta estrada nas suas atividades diárias (compra de mercadoria, combustível, assim com venda de produtos da agricultura na vila polo).

Assim, as áreas dos projetos de extração de madeira, geralmente funciona como um pequeno entreposto de circulação de pessoas e equipamentos pesados, dentre os mais organizados encontra-se a cozinha, refeitório, dormitório, garagem, oficina, parte administrativa, banheiros coletivos, área livre para circulação, depósitos de equipamentos diversos como motosserras e EPIs. Existem outros “projetos” que até pista de pouso de aviões existem, facilitando assim uma coisa crucial que é o atendimento ao trabalhador em caso de acidentes graves, fazendo o transporte do mesmo até recursos mais eficientes e apropriados.

Desta forma, entende-se que, existem várias equipes com atribuições diferentes neste contexto de extração de madeiras em toras. Onde estão as de pesquisa e identificação; de suporte (cozinha) e administração, de suporte (abastecimento) e apoio mecânico nas estradas, da equipe de extração (serradores e maquinistas), de transporte, de embarque e armazenamento nos portos intermediários e de transporte fluvial.

Quando se especifica em relação aos “portos intermediários”, se faz necessário uma abordagem sobre os principais pontos e portos de embarque de madeiras em toras brutas. Sendo que os principais estão localizados: no Rio Pará do Uruará (Santa maria do Uruará), onde o volume embarcado é bastante expressivo, as vezes confundindo o volume com aquele que são direcionados ás serrarias locais, que utilizam a medira bruta para o desdobramento para os diversos fins. Neste rio o volume de carga e quantitativo é bastante grande quando se fala do qualitativo de madeiras, pois por possibilitar uma navegação mais tranquila no que diz respeito à profundidade do rio, largura, sem muitas curvas e sem corredeiras torna-se um percurso essencial ao transporte da matéria-prima desta atividade.

Mesmo que se utilize os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), existe a ocorrência de muitas mortes nesta atividade, muitas vezes ocasionados pela imprudência e negligência do próprio trabalhador/operador na área de extração, no entanto já houveram casos com terceiros, ou seja, com trabalhadores das empresas madeireiras e habitantes. Sendo que os mais notáveis na última década foram ocorridos por: árvores caídas em trabalhadores nas áreas de extração; de máquinas que com problemas mecânicos; na estrada, de transportadores com moradores e acidentes envolvendo pessoal do administrativo, entre outros.

Isto é algo que reflete negativamente junto à população, visto que a extração de madeira tem um vínculo muito grande com a comunidade, quando os comerciantes locais se tornam uns dos grandes fornecedores para estas “empresas” de extração de madeira nas áreas de projetos, os quais estão localizados a uma boa distância da sede do Distrito de Santa Maria do Uruará, servindo ,este último, como um entreposto de abastecimento de inúmeros produtos que variam desde o pescado, passando pelas padarias, combustível, peças automotivas, serviços de oficinas e outros. Assim como, em casos especiais ou situações de urgência e emergência, estas empresas já utilizaram, por muitas vezes, o aeródromo da sede do distrito, uma pista de pouso com mais ou menos 800 metros de comprimento, a qual está situada na parte mais alta do espaço urbanizado desta localidade.

**11.2 - Dos acidentes ocorridos nesta atividade**

Ao longo dos anos, os acidentes foram também algo que sempre se mostraram presente quanto a execução desta atividade na região ou nas vicinais que dão acesso às estradas dos projetos de extração de madeira.

Houveram alguns que ceifaram a vida de comunitários, que possibilitou uma repercussão muito grande e envolvimento da população, que revoltada fechou estradas, impediu o embarque de madeiras em toras, ou seja, criou-se um clima tenso entre madeireiros e moradores.

Sabendo que, o último acidente desta natureza, envolvendo veículos prestadores de serviços às empresas madeireiras e moradores, ocorreu no final de 2019, o que no final das contas, o que resultou mesmo foi simplesmente a reparação material e financeira à família da vítima; mas não ocorrendo o que se espera da justiça ou dos órgãos fiscalizadores: que seria a paralização da atividade ou ainda uma fiscalização mais rígida em relação a atuação das empresas e suas formas de ação. Inclusive sobre a natureza.

**11.3 - QUANTO AOS ESPAÇOS DE DESDOBRAMENTO DA MADEIRA**

A atividade de desdobramento da madeira em toras executados nas serrarias locais têm uma finalidade tanto econômica como social, provocando um dinamismo de interação entre a atividade em si e a sociedade local. Pois:

as serrarias, que somam em número de 06 (seis) possibilitam a contratação de um grande número de mão-de-obra, possibilitando assim a geração de trabalho e divisas; assim como fazendo uma conexão de grande relevância com o comércio local, gerando com isso uma renda de “valores circulantes” de grande expressividade à vila de Santa Maria do Uruará. (SANTOS, 2016, p. 20)

No entanto, o número de serrarias para o desdobramento de madeira diminuiu significativamente a partir de 2017, ficando apenas duas funcionando, pois foi considerado um duro golpe à economia local depois de denúncias sobre o “funcionamento ilegal” de outras. Pois enfraqueceu tanto a questão de gêneros alimentícios ao pessoal da mão-de-obra destas empresas, quanto ao quantitativo de vínculos empregatícios, assim como ao declínio na geração de renda.

Porém, vale ressaltar que, levando em consideração que neste período, as denúncias foram dirigidas exclusivamente às empresas de desdobramento de madeiras (serrarias) e não as empresas madeireiras de exploração in natura, indicou que tinha dois viés de interesse: fechamento dos ambientes que produziam benefícios diretos e constantes à comunidade (elencado por interesse da politicagem); e dar continuidade ao interesse dos grandes madeireiros que por ventura, além de financiarem algumas bases na campanha e partidos eleitoreiros, o que garantiria seu espaço de extração na região, com isto tendo a permissibilidade de trocas de pequenos favores, como doação de suas máquinas para a recuperação de vicinais e estradas, mas de forma esporádica.

**11.4 - QUANTO A UTILIZAÇÃO DA MADEIRA E SEUS FINS PRÁTICOS**

Santos (2016, p. 20), enfatiza que, quanto a finalidade das madeiras desdobradas:

São muitas as espécies que são desdobradas, como por exemplo, o ipê, a itauba, pau-d’arco, angelim, cedrorana, e outras, as quais são transformadas em ripas, ripões, tábuas, caibros, esteios, pranchas, vigas, vigões, que são direcionadas à construção de casas, palcos, cercas, coberturas, embarcações e para os trabalhos nas marcenarias, estaleiros e outras atividades de carpintaria em geral.

Estas madeiras, especialmente aquelas desdobradas nas serrarias, são direcionadas para o mercado interno no sentido de construção de casas, barcos, cercas, currais, caibramento de construções diversas, movelaria, forros e outros. O que faz com que haja um uso flexível e dinâmico deste material de tão grande importância para a economia e a subsistência dos moradores da região do Uruará.

A utilização de madeira bruta desdobrada ou em forma de pranchas de madeira, tem também outros destinos, que são utilizadas para a construção de canoas de “fundo bruto”; construção de marombas, botes, remos, quilhas e longarinas de embarcações de madeiras, trilho para puxar embarcações, trapiches e pontes de madeira e caixarias nas construções de alvenaria. Ou seja, um infinidade sem-fim dos variados tipos de madeiras, e tamanhos e formas, assim como das espécies.

Porém, um percentual desta madeira desdobrado nestas serrarias, são destinadas à exportação aos mercados consumidores de outras regiões, estados e até mesmo para outros países, que neste último caso, são direcionados ao mercado internacional as espécies de madeiras mais raras e de grande valor comercial, assim de acordo com a sua densidade e durabilidade. E, que entre as espécies estão: cedro, mogno, ipê vermelho, jacarandá, angelim e sua variáveis, muiracatiara, acapu, cumaru, maçaranduba, e outras espécies nobres.

Segundo Santos (2019, p. 03), uma das alternativas para que se pudesse possibilitar uma contribuição mais expressiva e maior na sociedade local, gerando em suma emprego e renda, assim como amenizar o impacto da retirada desenfreada da madeira em toras, seria:

Art. 14 - As indústrias madeireiras ou empresas desta atividade ficarão proibidas de retirar em sua totalidade a madeira em toras a partir da vigoração desta lei, ficando um percentual a ser beneficiado nos locais apropriados.

Parágrafo Único: No que tange o artigo anterior e para a sua consolidação, as madeireiras deverão instalar instalações (edificações) de beneficiamento na região, ou vender seus excedentes para os proprietários aqui instalados para posterior beneficiamento local.

Todavia, quanto a extração da madeira na região do Uruará, o problema paira sobre o processo de extração, transporte e embarque de madeira bruta, isto é, em toras, as quais são uma constante na região e acabam não deixando absolutamente nada como contrapartida à sociedade local. Pois a retirada se baseia na questão legal dos chamados projetos de extração sustentáveis, onde são retiradas apenas as árvores com tamanho, comprimento e diâmetro adequado, assim das espécies permitidas pela lei ambiental. Porém, sabe-se que não é isto que realmente ocorre, pois existem três grandes destaques nesta situação: 1 – as empresas legalizadas se utilizam de documentos legais para invadir outras áreas de concentração de espécies valiosas; 2 – passam a comprar um determinado quantitativo dos chamados “bufeteiros”, que são pequenos madeireiros irregulares que agem paralelamente, os quais vendem a extração e acabam sendo este quantitativo “excedente” inserido dentro daquele legalizado; 3 – neste contexto, não só se vende os tipos de espécies definidas, mas árvores de madeiras nobres que ainda estão em processo de crescimento, dando assim, um prejuízo grandioso e irreversível ao local onde está sendo extraído estas espécies. Levando assim a degradação ambiental e também a inutilização do espaço ou mesmo sendo este utilizado posteriormente para outras atividades predatórias, como a plantação de outras culturas ou a possível utilização do espaço para a implantação de grandes áreas de pastagem à pecuária.

**12 - CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE AS ATIVIDADES DESCRITAS**

Dentre as atividades ou produções aqui destacadas e retratadas de forma bem peculiar e com suas características, muitas estão ligadas ao extrativismo animal como a produção da farinha de piracuí, do camarão, a extração e exportação do pescado e a produção do queijo; e outras relacionados ao extrativismo vegetal, como a produção do açaí, da polpa de frutas, da produção nas movelarias/marcenarias, da construção de embarcações em madeira, e, claro da própria extração da madeira para o desdobramento local ou vinculada a retirada e transporte em toras, como também se insere neste meio a produção da farinha de mandioca.

Umas com uma interferência muito grande na economia local, como a extração de madeira, o pescado, a produção e exportação de farinha de peixe (piracuí) dão uma dimensão muito grande quanto a movimentação da economia local; estas claro, somadas a outras atividades como o comércio, aos serviços diversos e aos transportes, inclusive o aquático, quando este último se tornou uma notariedade na região por dois motivos específicos: o intercâmbio comercio e serviços entre os municípios próximos à região; e o segundo fator, relacionado a constituição da geografia, onde a predominância na hidrografia é caracterizada pela presença de rios e áreas de lagos e espaços temporariamente alagados (inverno amazônico), o que possibilita o uso maior e mais constante do transporte aquático feito em barcos, lanchas, ferry boat, canoas, botes, bajaras movidas a moto rabeta.

Todo este dinamismo e as características peculiares da região, tanto da área constituída de terra firma, como àquelas constituídas de terra de várzea, faz a região aqui destacadas neste trabalho como ímpares e propulsoras de outras futuras atividades comerciais que podem dar certo, diante do incentivo através de políticas públicas voltadas para a produção, seja na pecuária, na piscicultura, na agricultura e/ou na fomentação das pequenas fábricas de móveis e embarcações de madeira.

Assim, volto a expressar categoricamente que, a produção do pescado na possibilidade da “piscicultura em áreas de várzeas” com a criação de espécies pesqueiras da Amazônia, em lagos cavados, seria uma atividade promissora do ponto de vista social, cultural, econômico, comercial e ambiental; pois, pela grande área existente de terras baixas, as quais alagam por um período de 6 meses ou mais, traria não só ao município, mas a toda região oeste do Pará uma produção sem precedente, tanto no sentido qualitativo, como no quantitativo. Quando, se destacaria a suprir mercados de toda a região; e o que mais importante, seria anular ou diminuir a pressão feito sobre o meio ambiente natural, que atualmente é depredado através de vários fatores perniciosos utilizados na atividade pesqueira, que vai desde o aumento do número de pescadores, passando pelo desrespeito à época do defeso, até o uso de materiais e equipamentos proibidos nesta atividade, que entre outros estão, o número inadequado do tamanho da malha, como citado anteriormente ou explosivos nos cardumes.

Entretanto, outras atividades, como a extração da madeira e que é exportada em todas, precisa de uma atenção, apesar de ser atividade que está passivamente vinculada ao movimento comercial local, pouco tem trazido de benefícios à sociedade local, pois, como se sabe a longo prazo, a matéria-prima desta atividade irá ficar cada vez mais escassa, distante e difícil de se restabelecer na natureza, o que trará enormes prejuízos a população q ou aqueles que aqui tem suas atividades relacionadas ao uso da madeira, como as movelarias, serrarias locais, marcenarias, estaleiros e a população que encontrava na madeira uma alternativa mais acessível e menor custo econômico na construção de suas residências.

Dentro de um espaço ou de um futuro não tão distante, se faz necessário que a sociedade local, assim como seus representantes legais, tenham uma postura mais eficiente e coerente quanto algumas problemáticas que poderão surgir quanto as atuais atividades econômicas e produtivas, ou ainda que se tenha uma atitude consistente quanto as grandes e possíveis alternativas e possibilidades que novas atividades possam oferecer de melhor à população de Santa Maria do Uruará, da região ribeirinha ou mesmo a toda margem direita (calha sul) do município de Prainha.

Porém, a população local precisa se ver não mais como um agente receptor ou mediador de alternativas para a produção regional e/ou das atividades desenvolvidas nos diversos campos de produção, mas sim como um povo criativo, fomentador e promotor de alternativas que venham futuramente colaborar com o espaço, em especial à Santa Maria do Uruará, no engrandecimento como sociedade organizada e capaz de atender com proficiência suas necessidades futuras, organizando-se e planejando suas potencialidades produtivas, as que estão em desenvolvimento, as que já são atuantes ou aquelas que poderão ser o sucesso do progresso e desenvolvimento de um povo.

**13 - GLOSSÁRIO**

**AIUA** – Processo em que os peixes vêm à tona d’água para suprir a falta do oxigênio na época em que as algas se proliferam nas áreas lacustres, o que facilita a sua captura pelos pescadores, sem muito esforços. Tipo de embriaguez dos peixes pela falta de oxigênio na água.

**ANINGA** – Vegetação que perfaz uma grande parte das áreas lacustres, constituída por um tipo de arbusto que se adapta bem às áreas alagadas, e servem como “boias” às malhadeiras,

**ANINGAL** – Conjunto de aningas, local onde estas plantas (aningueiras) se concentram, juntamente com samambaias e outros tipos de vegetação características de áreas alagadas.

**APÉ** – vegetação aquática de tamanho pequeno, a qual muito apreciada na alimentação de suínos criados na região de várzea. Vegetação muito presente em região lacustre, servindo de esconderijo, alimentação aos peixes e dando características ao ambiente aquático por sua beleza.

**BAIXÕES DE VÁRZEA** – diferentemente das lagos e lagos, geralmente compreende uma faixa de terras baixas entre um teso e outro, onde há concentrações de água, vegetação, e às vezes pescados de pequeno porte, como tamuatá, jiju, traíras, sardinhas, aracus e acarás.

**BOBUIAR** – sistema de soltura da rede onde uma extremidade é afixada em uma boia maior e indicativa e a outra está nas mãos do pescador dentro de uma embarcação. Sendo que seu deslocamento se dar de acordo com a corrente da água no espaço; processo usado principalmente nos rios.

**CANARÃNA** – vegetal que cresce às margens dos rios e lagos, a qual possui características urticárias, sendo seu talo contido de pequenos esporos que causam coceira no corpo se não forem retirados das roupas onde se concentram. Muito apreciado por gados criados nas marombas das várzeas.

**ESPINHEL** – estrutura com linhas e anzóis dispostos distantes uns dos outros, usado para pescar tipos específicos de bagres de águas profundas ou de correntezas como a pirarara, o jandiá, o filhote, surubim, piraíba e outros.

**MALHADEIRA** – Estrutura feita de linha de nylon ou de linha de algodão e polietileno, com diferentes tipos de malhas de acordo com o cardume, e altura específica a atender as épocas e regiões de pesca.

**MANDIORANA** – espécie de arbusto característico da área de várzea com caule leitoso, e apresenta lindas flores rosadas. Considerada erva venenosa ao rebanho bovino. No inverno, na sua concentração, ótimo refúgio aos cardumes de pescados.

**MARISCAR**: atividade de pescador artesanal que envolve a caça e a pesca, principalmente através da salmoura. O mesmo que pescar, mas de forma artesanal.

**MAROMBA** – construção na várzea sobre a água onde se alocam os animais (porcos, cavalos, bois e outros) na época do inverno. Servindo de abrigo enquanto a água perdura sobre a terra.

**MARRETAR** – comprar e vender mercadorias. Geralmente se usa para os vendedores que utilizavam barcos a motor para que, andando nas comunidades ribeirinhas, pudessem vender seus produtos aos moradores.

**MURERU** – planta aquática que serve de esconderijo, alimentação e para ambiente reprodutivo para as diversas espécies de pescados, aves e crustáceos, quelônios e outros animais (insetos).

**PIRACAIA** – processo rústico onde se faz um fogo à lenha ou carvão com uma grelha improvisada, onde se colocam os acaris ou cascudos, que depois de assados são apreciados, sem muita cerimônia, com farinha de mandioca e tucupi. Podendo ser desenvolvida em qualquer espaço livre, seja embaixo de uma arvore, à beira do lago ou rio, ou ambiente natural que oferece as condições e as matérias-primas possíveis.

**POMONGA** – vegetação fina, cortante e densa que está presente nas áreas alagadas de várzeas; serve também para a alimentação dos animais retidos nas marombas, na época do inverno amazônico,

**PREMEMBECA** – vegetação que cresce e se desenvolve às margens dos lagos e rios da Amazônia, a qual pela sua composição como o talo macio, serve de alimento aos peixes herbívoros. Excelente alimentação para a criação de suínos na várzea.

**RABO DE RATO** - capim que se desenvolve mais na época do inverno, com muitas flores e bastante água na sua composição; muito usado na criação de gados nas marombas na época do inverno.

**REGATÃO** – Comerciante que por via fluvial saia vendendo produtos ou trocando por outros produtos advindos da pesca artesanal.

**TERROADO** – espaço de campo na área de várzea que no verão se caracteriza pelo chão rachado devido a seca por causa da evaporação da água das áreas alagadiças, como os baixões e lagoas, ou mesmo às margens dos rios e igarapés da várzea.

**TIRADEIRA** – espécie de linha com vários anzóis, disposto um ao lado do outro com variada metragem, a qual está amarrada em uma boia fixa ou vara com identificação na margem do rio.

**REFERÊNCIAS**

BRAGA, Tony Marcos Porto. **Conhecimento Tradicional: Conceitos e Definições**. In: SOUZA, M. F. M.; MORAIS, Andrei Santos (orgs.). Origem e Evolução do Conhecimento – OEC. Vol.1. UFOPA, - Santarém- PA, 2012.139 – 160.

FILHO, Cláudio C. Beato**. A Violência Disseminada: Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial.** Perspectiva, Vol. 13. – São Paulo, 1999.

PEREIRA, Maria Helena Guedes. **AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DE FLORESTA**.UCB, - RIO DE JANEIRO - RJ, 2010**.**

SANTOS, Sydney Pinto dos. (Org.) **SANTA MARIA DO URUARÁ - SÍNTESE/RELATÓRIO DO MINI-ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO DA VILA DE SANTA MARIA DO URUARÁ E REGIÃO DO URUARÁ - 2015 – 2016**. Prainha/PA, 2016

\_\_\_\_\_\_\_; **PROPOSTA DE PROJETO DE LEI DE Nº 03 DE 25 DE MAIO DE 2014 – SANTA MARIA DO URUARÁ – PRAINHÁ PARÁ[[7]](#footnote-7),** Santa Maria do Uruará, 2019. Disponível em:

<https://www.webartigos.com › artigos>

SANTOS. Sydney Pinto dos. **Proposta de Projeto de Lei de Nº 01: Ordenamento Espacial de Santa Maria do Uruará e áreas Adjacentes.** Santa Maria do Uruará - Prainha, 01 de outubro de 2013.

SANTOS, Felipe Augusto Rocha. **Função Estética da Paisagem Urbana: o direito fundamental à beleza paisagística**. JUS.COM.BR. 2014. https.//jus.com.br.

SANTOS, Sydney Pinto dos Santos. **Código de Postura, Conduta e Ajuste dos Moradores da Área Urbanizada e Adjacentes da Vila de Santa Maria do Uruará – Prainha Pará.** Prainha/PA, 2014. Disponível em: [www.webartigossydneypintodossantos](http://www.webartigossydneypintodossantos).

**ANEXOS**

**CAPÍTULO V**

****

**AMOSAMUR – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTA MARIA DO URUARÁ E REGIÃO – C.N.P.J./M.F. DE Nº 23.042.104/0001-64.**

**Professor Sydney Pinto dos Santos (Organizador)**

**RELATÓRIO ACERCA DO ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO DO URUARÁ – PRAINHA – PARÁ 2015 -2016**

**SANTA MARIA DO URUARÁ - PRAINHA PARÁ**

**2015-2016**

**Colaboradores:**

**Coordenação do Setor de terras Local (Moacir Viegas Malaquias)**

**Coordenador do ADEPARÁ (Acrísio de Melo e Silva)**

**Diretores de Escolas (Elinelma Castilho de Morais e Regina Maria Pereira Marques)**

**Agente de Tributos (Francisco Esquerdo)**

**Coordenador do Matadouro Local (Benedito Silva)**

**Representante do Comércio em Santa Maria (Vanuza Miranda)**

**Associação de Moradores do Beira- Rio (Aroldo da Silva Borges)**

**Liderança Santa Cruz (Raimundo Eulálio**

**Associação da Terra Preta (Paulo Alvarenga Esquerdo)**

**Comunidade de Igarapé - Açu (Escola Diogo Moraes Braga e Sr. Djalma Meireles)**

**Comunidade de Porto Franco (Professora Kátia Mágno)**

**Comunidade São Paulo (Escola Bernardina Ferreira Gomes)**

**Comunidade São Raimundo (Professora Luzimar Barroso)**

**Comunidade Caraxíó (Martinha Pinto de Almeida e Austro**

**Unidade Básica de Saúde (Carmerindo Câmara dos Santos)**

**Igrejas Evangélicas (Pastores Elias, Josafá, Beneilson, Falcão)**

**Igreja Católica (Edegar Pires Miranda e Every Lucas Fernandes)**

**Clubes (Manoel da Cruz Viégas, Teixeira e Mauro Pacheco)**

**Ensino Médio (Rosângela da Silva Pereira)**

**Indústrias Madeireiras (Abimael Cunha e Antônio Sobrinho)**

**Atividade Pesqueira ( Capatazia Z-31)**

**Agropecuária ( Manoel Castro Alvarenga)**

**Agricultura (Emater do Município)**

**Transportes (Lourenço Diniz e João Alvarenga)**

**AMOSAMUR ( Diretoria da Associação)**

**POLÍCIA MILITAR (Comandante Sgt Edgar)**

**Estaleiros (Antônio Ferreira Gomes - Tuíca)**

**RESUMO**

Este trabalho tem como principal finalidade destacar as atividades, campos de atuação da população local, setores produtivos locais, fontes de rendas, e os avanços que ora se destacaram nos últimos tempos na Vila de Santa Maria do Uruará, suas comunidades adjacentes, na Região do Uruará em si, e na própria margem direita do Município de Prainha - Pará; assim como mostrar os principais ramos que fortalece a economia local, como os transportes, o comércio, a atividade madeireira, a pesca e outras que se mostram presentes no dia a dia da população local, e que, com isso possibilitam a geração de renda,e emprego, trabalho e recursos circulantes na referida vila. Fazendo com que a população local se vejam como agente transformador direto do progresso, desenvolvimento e do fortalecimento socioeconômico desta tão expressiva vila e região do Uruará. Procura, também, enfatizar, e demonstrar os caminhos viáveis a serem seguidos dentro de um processo modificar, naquilo que concerne à implantação dos serviços públicos primordiais ao cidadão. Assim como implementar a construções de postos na Vila de Santa Maria do Uruará, dos serviços básicos, os quais vem atender a grande demanda da margem direita do município de Prainha, como também das populações de outros núcleos urbanos como Itamucuri, Vila de Cuçari, Distrito de Pacoval e outros.

Palavras-chave: atividades, vila de Santa Maria do Uruará, região do Uruará.

**SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ADEPARÁ - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARÁ**

**AMOSAMUR - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTA MARIA DO URUARÁ E REGIÃO**

**CELPA - CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ**

**COSANPA - COPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ**

**EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**EMATER - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

**IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATUARAIS RENOVÁVEIS**

**ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

**INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**

**ITERPA - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO PARÁ**

**PPD - POSTO DE POLICIAMENTO DESTACADO**

**SAGRE - SECRETARIA DA AGRICULTURA E GESTÃO DE RECURSOS ECONÔMICOS**

**SEDUC - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ**

**SENAT - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE**

**SEMA - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (ESTADUAL E MUNICIPAL)**

**UBS - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE**

**UFOPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

**URE - UNIDADE REGIONAL DE ENSINO**

**RELATÓRIO ACERCA DO ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO DA VILA DE SANTA MARIA DO URUARÁ E REGIÃO DO URUARÁ – PRAINHA – PARÁ 2015 -2016**

**Professor Sydney Pinto dos Santos (org.)**

**APRESENTAÇÃO**

O desenvolvimento social e econômico de uma região, cidade, vila ou comunidade, depende exclusivamente da supressão das necessidades básicas da população, assim como, também, perceber quais aspectos são relevantes para que o sujeito esteja sempre em consonância das propostas futuras relacionadas ao progresso e desenvoltura das diferentes atividades desenvolvidas cotidianamente pelos cidadãos, seja, eles produtores, co-produtores e/ou consumidores, o que promove esta inter-relação e interação social mais aprofundada no sentido restrito da cidadania, bem-estar e evolução da sociedades e daqueles que nela convivem: os cidadãos.

Portanto, este estudo socioeconômico tem por base o estudo dos aspectos e fatores que atualmente interferem positivamente no seio da população da Vila de Santa Maria do Uruará, das comunidades adjacentes a esta e da própria Região do Uruará. Quando pode-se perceber que as atividades que são promovidas diariamente fazer uma inter-conexão com o mercado consumidor local, assim, como, em algumas situações, aproximar estas relações comerciais e sociais com outros núcleos urbanos ou mesmo municípios da Região Oeste do Pará e de outros estados, como é o caso da exportação do pescado local para centros como Santana e Macapá no estado do Amapá.

Sabido que este dinamismo, apesar de suas causas cruciais expressam também consequências muitas vezes amargas e até irreversíveis, como é o caso da exploração desenfreada da floresta e da poluição do rio. Onde a primeira, além de acabar com a floresta nativa na região, possibilita a ocupação desordenada do espaço, assim como a eliminação das espécies da fauna. No segundo caso, sãos as espécies aquáticas que aos poucos vão sofrendo os impactos causados pela ação direta e indiretamente do homem.

**JUSTIFICATIVA**

O município de Prainha – Pará, em seus aspectos atuais conta com um processo em expressivo desenvolvimento, seja ele no campo econômico, no social, no político e infraestrutural, pois para que isso fosse possível, houvera vários fatores que desde o ano de 2010, quando o município esteve entre os piores municípios em desenvolvimento (PORTAL DAS CIDADES, 2010), contribuíram para que este quadro fosse mudando gradativamente. Pois parceiros de órgãos políticos, administrativos, empresários locais e de outras regiões, assim como a implantação, manutenção de políticas de governo e sociais fizeram que a economia, a geração de renda e trabalho tomasse uma nova dimensão. Uma dimensão na qual os cidadãos pudessem se sentir elementos participativos de uma política social de mudança. No entanto, consideramos isto ainda muito elementar tendo em vista que os serviços públicos ainda estão aquém daqueles que a população espera: um atendimento capaz de suprir em curto espaço de tempo e espaço, suas necessidades básicas, como: pagamento de taxas e tributos, recebimento de vencimentos, envio e recebimento de encomendas, envio postais, recebimento de benefícios e pensões, saques, empréstimos, abertura de contas, depósitos, transferências de numerários e outros. Inclusive quando se fala de um município que tem dimensões expressivas, sendo cortado pelo maior rio do mundo, o Amazonas. Assim dificultando ainda mais o trafego de pessoas de um lugar para o outro. E, também quando não conta com uma instituição bancária, no caso uma agência, para facilitar ainda mais os serviços oras descritos anteriormente. O que faz com que os munícipes, tanto da margem direita com o da margem esquerda deste município de Prainha, se desloquem para outros municípios como Santarém, Almeirim e Monte Alegre no sentido de suprir as necessidades diversas que ora se apresentam no cotidiano da população local. O que pode implicar em algumas situações expressamente constrangedoras como: enfrentamento de filas, sistema bancário inoperacional, falta de numerários, perdas de dias uteis nos locais de trabalho; “atrapalhamento” de suas funções vitais nas repartições do município, tempo que se leva para executar tais serviços; sendo o pior de todos, o constrangimento por não poder sacar a quantia de numerário devido, por causa do limite imposto; a sua segurança no trajeto, assim como o transtorno no seu bem-estar.

Diante do expresso aqui seria de grande relevância e envergadura para o município e os grandes centros urbanos existentes no município (Santa Maria do Uruará, Pacoval e Boa Vista do Cuçari) e para as comunidades menores, a implantação de serviços e o melhoramento de outros no sentido de permitir a conveniência entre a necessidade e o bem-estar do cidadão, assim como permitir que os serviços diversos fossem executados dentro do próprio espaço territorial do município, evitando o desgaste físico, as adversidades diversas, assim como possibilitar a circulação contínua de dividendos. Sendo que os serviços que se fazem necessários tanto na sede, como nestes núcleos urbanos são: saneamento básico (COSANPA), bancário (BANCO DO BRASIL e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL), de assistência à agricultura e a pecuária (SAGRI, EMATER, ADEPARÁ), de correspondência e pagamento de taxas (CORRREIOS), de segurança (POL. CIVIL e POL. MILITAR), civis (CARTÓRIO e CARTÓRIO ELEITORAL), de estudos etnográficos e de educação (UFOPA, UREs e SEDUC), de distribuição de energia elétrica (CELPA), de comércio (SEST/SENAT e SENAC), de aforamento, registro e demarcação de terras (ITERPA, SETOR DE TERRA MUNICIPAL, INCRA) e outros que se fazem necessários à conduta de uma política de cidadania, desenvolvimento, planejamento e progresso na margem direita do Município de Prainha, em espacial à Região do Uruará (Santa Maria do Uruará).

**OBJETIVOS**

**Geral:** Implantar postos de atendimento dos principais serviços públicos no núcleo urbano (Santa Maria do Uruará), promovendo desta forma atender à população das comunidades adjacentes a esta e também de outros núcleos urbanos como Itamucuri, Pacoval e Boa Vista do Cuçari.

**Específicos:**

Permitir a conveniência dos serviços públicos entre a necessidade e o bem-estar do cidadão; assim como permitir que os serviços diversos sejam executados dentro do próprio espaço territorial do município (Região do Uruará), evitando o desgaste físico, as adversidades diversas aos comunitários; assim como possibilitar a circulação contínua de dividendos ou recursos financeiros na Vila de Santa Maria do Uruará e comunidades adjacentes. Como ampliar a compra e venda de serviços, e de outras atividades comerciais.

**HISTORICIDADE, ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA ÁREA A SER ATENDIDA**

**VILA DE SANTA MARIA DO URUARÁ**

Núcleo urbano situado à margem esquerda do Rio Pará do Uruará, Município de Prainha – Pará, conta com uma dinâmica comercial, social, cultural, econômica, bastante diversificada; quando os seus mais de 7.500 moradores (DADOS AMOSAMUR, ENSINO MEDIO E IC –SMMD) exercem variadas funções de acordo com a necessidades de cada um, e agrupando em campos diversificados de apenas um aspecto socioeconômico. Possibilitando desta forma uma flexibilidade na vida cotidiana do cidadão e dos co-cidadãos que neste “núcleo urbano” (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE Nº 001/2006) habitam. O que permite uma transformação cultural diversificada de costumes, ações, comportamentos e proposições (CARVALHO, 2005).

Nesta perspectiva acredita-se que, a Vila de Santa Maria do Uruará, através de sua historicidade e estudos feitos anteriores (DOS SANTOS; PINTO; FERREIRA, 2010) foi se modificando gradativamente de acordo com os interesses e necessidades básicas de cada cidadão, grupo de cidadãos e das atividades ora que se desencadeiam pelos anos que prosseguem.

Na atualidade a Vila de Santa Maria do Uruará, possui no sentido Norte/Sul 18 ruas, as quais tem 14 metros de largura; assim como no sentido Leste/Oeste contém 12 ruas, as quais possuem a mesma dimensão em suas larguras; totalizando 30 ruas. Assim, a vila possui 9 ruas asfaltadas, não na sua totalidade, mas perfazendo um total de 3,5 km de pavimento asfáltico, o que possibilitou uma melhor mobilidade aos transeuntes, assim como de veículos e outros.

**GEOGRAFIA E HISTORICIDADE DA VILA DE SANTA MARIA DO URUARÁ**

Como anteriormente foi falado, a Vila de Santa Maria do Uruará, está situada na margem esquerda do Rio Pará do Uruará, o qual nasce há 60 km desta vila, e que desemboca no Rio Amazonas nas proximidades da sede do município. Permitindo um vasto espaço navegável, feito por lanchas, canoas, barcos, balsas, botes, embarcações de cabotagem. Assim como permitindo um espaço de extrativismo da vida aquática na região do Uruará, no que concerne ás mais diferentes espécies de peixes e outros, como crustáceos, no caso o camarão.

Desta forma, o espaço urbano deste núcleo urbano, tem uma área especifica de 2 km de largura por 3,4 km de comprimento segundo elaboração, estudo, análise e especificação do ITERPA (2015), o que possibilitou melhorias no entendimento da gleba territorial da própria vila com seus domínios urbanos, espaciais e de planejamento urbano.

No espaço planejado atual a vila de Santa Maria do Uruará (2014 – 2015) conta atualmente com 10 travessas (ruas que estão no sentido de Norte a Sul, especificamente da margem do Rio Uruará em direção a área de terra firme, quando esta última é constituída de uma flora bastante diversificada, constituída de inúmeras espécies, como itaúba, ipê (amarelo e roxo), cedrorana, pau-d’arco, e outras; possuindo até o dado momento 18 ruas, as quais se direcionam no sentido leste oeste; quando no sentido leste as ruas também se direcionam para o Rio Pará do Uruará, devido a sua grande curvatura em um trecho em mais de 90 graus, o que impedirá que futuramente seu crescimento não se permita para Leste.

**FIGURA 01: IMAGEM AÉREA DA VISTA PARCIAL DA VILA DE SANTA MARIA DO URUARÁ**



**FONTE: DOMÍNIO PUBLICO - 2012**

No entanto, no que diz respeito ao crescimento contínuo da vila, o mesmo necessita de uma possibilidade e sensibilidade daqueles que possuem áreas ás margens daquela que já está habitada, mas que se tem facilitada, através do diálogo estabelecido entre a AMOSAMUR - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTA MARIA DO URUARÁ E REGIÃO, Poder Público e o Setor de Terras deste.

Lembrando que, à margem para a qual a vila faz “frente” permite a atracação de embarcações, sua estadia, assim como carga e descarga de mercadorias, embarque e desembarque de passageiros, o que muitas vezes é facilitado pela cheia e vazante do “inverno e verão amazônico”, dando um grande dinâmica e flexibilidade neste contexto das atividades implicadas pelas embarcações de cabotagem. Sendo que, nas proximidades existem outros portos que facilitam o embarque de objetos (tijolos, mercadorias, tábuas, máquinas pesadas, caminhões, carros, animais de grande porte, assim como das toras de madeiras e da madeira beneficiada.)

FIGURA: 02: VISTA PARCIAL DE SANTA MARIA DO URUARÁ E RIO PARÁ DO URUARÁ

**FONTE: Arquivo Pessoal - 2014**

O embarque de madeiras tanto em toras como também aquelas beneficiadas são feitas em embarcações (balsas) que variam muito em seus tamanhos, podendo atingir até mais de 50 metros de comprimento, as quais tem provocando três tipos de transtornos à navegação e ao ambiente: derrubada das matas ciliares das margens do Rio Pará do Uruará, assim como da vegetação nativa do rio (aguapés, murerus, apés, gramíneas aquáticas, vitória-régia, e outras); transformação da água do rio em um aspecto turva, afugentando algumas espécies nativas do rio (aracus, acarás, tucunarés, branquinhas, jutuaranas, etc., e possibilitando o aparecimento de outras, com o grande número de piranhas, o que afugentou algumas atividades exercidas pelos comunitários, como o banho de rio e a natação; o “impedimento” da circulação das embarcações de médio e pequenos portes, tendo em vista que o posicionamento (de atravessado) no rio, diminui o espaço de trânsito de canoas movidas a motor-rabeta, barcos, e lanchas.

Além desses transtornos, ainda pode-se observar a grande quantidade de lixo despejado no leito do Rio Pará do Uruará, feito pelas embarcações que transitam entre o trecho Santa Maria - Prainha- Santarém, tornando-o muitas vezes mais um depósito de dejetos de que um meio ambiente aquático com suas diversidades da flora e da fauna (SEMA – PRAINHA 2014).

Assim sendo, o período histórico de Santa Maria do Uruará desde os anos de 2010, quando começou a se localizar os primeiros habitantes, perfazem vários períodos de desenvolvimentos, que teve sua culminância na década de 80-90, quando foram feitas o planejamento urbano da vila, proporcionando com isso a estruturação espacial que até os dias atuais se faz presente. Tendo a responsabilidade de manter este planejamento contínuo, dentro das medidas e dimensões anteriormente estabelecidas, a associação de Moradores de Santa Maria do Uruará e Região – AMOSAMUR; o Setor de Terras e Tributos do Município e o próprio Poder Público. O que proporciona aos próprios moradores condições viáveis de deslocamento, acessibilidade e mobilidade pública-urbana, tanto de pedestres, animais e veículos.

Atualmente a Vila de Santa Maria do Uruará, conta com mais de 150 ambientes comerciais, os quais estão desenvolvendo diferentes atividades e setores que vai desde o comércio varejista àa drogarias, peças automotivas de reposição e consertos a manutenção de veículos; artigos de armarinhos a alimentação, assim como outros produtos de confecções, calçados. Por outro lado, temos a pequena indústria centrada na produção de tijolos, móveis (movelaria e marcenaria), serraria (beneficiamento de madeiras); estaleiros (construção naval); estâncias (distribuição de madeira na construção civil local); matadouro (abate de carne ao consumo local).

No que diz respeito ao transporte, os mais presentes são os do meio aquático e o terrestre; quando o aquático conta com três embarcações que fazem o trajeto Santa Maria – Prainha – Santarém; assim contando com três lanchas, com capacidade para 50 passageiros, as quais diariamente fazem a conexão entre o porto de Santa Maria do Uruará com outros portos de Prainha, Monte Alegre e Santarém. Permitindo com isso a diminuição do tempo no percurso, assim como maior comodidade e eficiência no serviço, proporcionando a resolução de ações em tempo recorde.

Já em referência ao transporte terrestre, conta-se atualmente com uma empresa com 4 (quatro) ônibus, os quais todos os dias fazem o trajeto entre Santa Maria do Uruará e a cidade de Santarém, em curto espaço de tempo, já que a abertura da PA- 372, que liga Santa Maria do Uruará à PA- 370, possibilitou este dinamismo entre estes dois municípios pela margem esquerda do Rio Amazonas. O que não só facilitou o intercâmbio comercial, mas de passageiros e mercadorias entre os vários núcleos urbanos à sua margem.

Ainda sobre a PA-372, a mesma possibilitou a entrada no município de caminhões-frigoríficos, os quais fazem a conservação do pescado obtido na Região de Lagos (Camapu, Itamucuri e Cucari), transportando grandes quantidades das mais variadas espécies de peixes, principalmente na época do verão amazônico, o que facilita a sua aproximação até às margens dos lagos onde os peixes se acumulam neste período de seca.

1 – COMÉRCIO

O comércio na Vila de Santa Maria do Uruará está centrado nos materiais de construção, alimentícios, drogaria, cosméticos, roupas/calçados, material de expediente, peças de veículos, combustíveis, bebidas, instrumentos diversos, assim como na compra, venda e troca de artigos de primeira necessidade. Quando não só visa a atender à população local, mas todos os comunitários das comunidades adjacentes ou mesmo àquelas que transitam temporariamente por este lócu.

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS TIPOS DE COMÉRCIOS EXISTENTES NA VILA DE SANTA MARIA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nº** | **TIPO DE ATIVIDADE COMERCIAL** | **QUANTIDADE** |
| 01 | AÇOUGUES | 9 |
| 02 | SUPERMERCADOS | 4 |
| 03 | MERCANTIL | 9 |
| 04 | MINI COMÉRCIO DE SECOS E MOLHADOS (VAREJO) | 25 |
| 05 | FARMÁCIA/DROGARIA | 6 |
| 06 | LOJAS DE AUTOPEÇAS | 6 |
| 07 | ARMARINHOS | 3 |
| 08 | SORVETERIA | 2 |
| 09 | BARES | 13 |
| 10 | VENDAS DE COMBUSTÍVEL | 5 |
| 11 | LOJAS DE ROUPAS E CONFECÇÕES | 7 |
| 12 | SAPATARIAS | 5 |
| 13 | LANCHONETES | 4 |
| 14 | PANIFICADORAS | 6 |
| 15 | LOJAS DE ELETRO-ELETRÔNICOS | 2 |
| 16 | FRUTARIAS | 3 |
| 17 | CONSERTOS E BORRACHARIA | 5 |
| 18 | ESTANCIAS | 6 |
| 19 | PIZZARIA | 01 |
| **TOTAL** | | **131** |

**Fonte: Estudo de Campo na Vila de Santa Maria do Uruará e Região do Uruará – 2014 -2015**

**PERCENTUAIS DOS VALORES GERADOS MENSALMENTE NOS DIFERENTES SETORES DO COMÉRCIO**:

**FONTE: COMERCIANTES LOCAIS 2014 – 2015**

Devido a alguns fatores externos à economia local, como aumento do valor do dólar, do combustível, da inflação, e da energia, os valores oscilaram para baixo em algum setor, visto a queda nas vendas dos produtos destes setores. Possibilitando com isso uma pequena recessão no quantitativo dos valores circulantes ou dividendo locais.

**2 – ATIVIDADE PESQUEIRA**

Observando o mercado consumidor da atualidade, percebe-se que o pescado ainda supri a mesa da maior parte da população. No entanto, isto é favorecido pela quantidade ou demanda oferecida, assim como pelo custo e importância nutritiva que esse elemento propõe.

Nas últimas décadas o que se observa é um declínio em relação a quantidade capturada do pescado, assim como o aumento do preço no mercado nacional. Mas isto é proposto por várias razões, sendo uma delas a captura desenfreada desse pescado, principalmente na época do defeso, que por razões biológicas as futuras gerações estarão propensas a consumir um pescado de tamanho completamente reduzido de várias espécies. (PINTO, 2010)

Esta atividade pesqueira é feita em lagos, lagoas, rios e igarapés, assim como os “poços” que ficam na época do verão, os quais são resultantes do escoamento da quantidade de água que ora existiam nos lagos e lagoas da região.

Esta área lacustre corresponde desde a comunidade de Vira Sebo, passando pelo Lago do Tamuataí, chegando a grande área do Camapu, quando este faz limites com o Lago do Itamucuri e os lagos do Vento Fresco e Caxipá, pertencente à área ribeirinha do Puru, às margens do Rio Amazonas.

Atualmente com a abertura de novos ramais e estradas na região, houve a possibilidade de caminhões-frigoríficos chegarem próximos à área de captura do pescado, o que aumentou a quantidade de exportação em toneladas para outros núcleos urbanos. No entanto, pode possibilitar uma diminuição considerável do pescado nos lagos da região, assim como estabelecer a escassez aos chamados geleiros e cubeiros do município.

GRÁFICO 02: DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DE PESCADO POR ESPÉCIE EM 2015 (VERÃO)

**FONTE: SEMA - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PRAINHA - 2015**

2.1 – QUANTO AO DINAMISMO DA ATIVIDADE PESQUEIRA E SEUS ASPECTOS GERAIS

Existem um número expressivo de espécies de pescado, que suprem tanto às comunidades próximas, quanto outros centros da Amazônia, como Santarém, Monte Alegre, Breves, Soure, Santana (Amapá), Cametá, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, e outros como a própria capital do Estado, Belém.

Entre as principais espécies existentes nesta área de captura estão, o curimatá (*Prochilodus lineatus*), o tambaqui (*Colossoma macropomum*), pacu (*Piaractus mesopotamicus*), pirarucu (*Arapaima gigas*), bacu (*Platydoras costatus*) , cujuba (*Oxydoras niger*), acari (*Hypostomus spp*), aracu (*Schizodon spp.*), pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), matrinchã (*Brycon spp.*) , aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), mapará (*Hypophthalmus spp.*), apapá (*Pellona castelnaeana*), lambari (*Astyanax spp*.), sardinha (*Triportheus spp*), tamuatá (*Hoplosternum littorale*), acará (*Pterophyllum*), acaraaçu (*Astronotus crassipinnis*); além de outros como pirarara, jaú, filhote, mandubé, mandii, entre outros, que se procriam no Amazonas e adentram na época do inverno amazônico aos lagos, rios e igarapés.

Estas espécies não são endêmicas desta região, mas se procriam em grandes quantidades em determinada época do ano. No entanto devido alguns fatores negativos, tanto o tamanho, quanto a quantidade, veem sofrendo um declínio expressivo nas últimas décadas, devido aos seguintes fatores:

1 – Desrespeito ao período do defeso do pescado;

2 – Material inadequado utilizado na captura do pescado (tamanho de malha e quantidade de malhadeira);

3 – Aumento no número de pescadores na região e no próprio município de Prainha;

4 – Aumento na quantidade de barcos de armazenamento, assim como no tamanho no que diz respeito a tonelagem;

5 – aparecimento de equipamentos que facilitaram percorrer o trecho onde se localizam os cardumes, como lanchas movidas a motor-rabeta;

6 – Aumento na demanda de consumidores e surgimento de novos locais de compra do pescado;

7 – Viabilidade proporcionada pelas estradas e ramais, possibilitando a entrada de caminhões-frigoríficos até próxima a área de captura do pescado.

**QUADRO SINÓTICO DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES DE PESCADO NA VILA E REGIÃO DO URUARÁ**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **ESPECIE** | **LOCAL DE CAPTURA** | **ESPÉCIE DE APETRECHO** |
| 01 | CURIMATÃ | LAGOS E RIO | MALHADEIRA, TARRAFA |
| 02 | SURUBIM | LAGOS E RIO | MALHADEIRA, ANZOL |
| 03 | PESCADA | LAGOS E RIOS | MALHADEIRA |
| 04 | TAMBAQUI | LAGOS E RIOS | MALHADEIRA |
| 05 | TAMUATÁ | LAGOS, RIO E IGARAPÉ | MALHADEIRA, TARRAFA |
| 06 | ACARI | LAGOS, RIO E IGARAPÉ | TARRAFA, MALHADEIRA |
| 07 | TUCUNARÉ | RIOS, IGARAPE | MALHADEIRA, ANZOL |
| 08 | URUANÃ | RIO, LAGOS E IGARAPÉ | MALHADEIRA |
| 09 | PACU | RIO, LAGO | MALHADEIRA, TARRAFA |
| 10 | PIRAPITINGA | RIO E LAGOS | MALHADEIRA |
| 11 | ACARÁ | RIO, LAGO E IGARAPÉ | MALHADEIRA, ANZOL |

**Fonte: Capatazia da Z-31 da Região do Uruará – 2015**

Dentre os grandes problemas que ocasionam o desaparecimento das espécies, como diminuição na sua quantidade e tamanho; apresenta-se o tamanho da malha das redes de captura do pescado nos lagos e rios da região; ocasionando com isso uma diminuição da oferta do pescado em períodos do ano nas comunidades que tem o pescado como fonte alimentícia.

Outro fator colaborador para que haja este declínio está relacionado à pesca em grande quantidade e que não vão para o consumo interno, mas para outros núcleos consumidores, como a cidade de Santarém, e que hoje, o transporte é feito por “cubeiros” e caminhões-frigoríficos que deslocam-se do município anteriormente citado. Provocando com isso, um desequilíbrio na compra e venda aos donos de “geleiras” do município de Prainha; assim como possibilitando um escoamento da renda e da circulação de valores na região onde a área pesqueira está contida.

**QUADRO SINÓTICO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO DE PESCADOS CAPTURADOS NA ÁREA DE PESCA NA REGIÃO DO URUARÁ E CAMAPU EM TONELADAS NO VERÃO DE 2015**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **INSTRUMENTOS/MEIOS** | **QUANT. TON.** | **LOCAL DE EXP. OU VENDA** |
| 01 | GELEIROS | 340 Ton. | Santarém, Santana, Breves, e outros |
| 02 | CUBEIROS | 65 ton. | Santarém, Monte Alegre e Macapá |
| 03 | CAMINHÕES – FRIGORÍFICOS | 140 ton. | Santarém |
| 04 | PESCADORES INTERNOS | 25 ton. | Vila de Santa Maria e comunidades |
| 05 | PESCADORES ARTESANAIS (FAMILIAR) | 7 Ton. | Vila de Santa Maria do Uruará |
| **Total** | | **577 ton.** |  |

**Fonte: GELEIROS, PESCADORES ARTESANAIS E CAPATAZIA Z-31 LOCAL - 2015**

2.2 – Da criação de pescado em tanques, viveiros e outros espaços:

Muito se tem pensado na criação de pescado em viveiros, tanques e outros meios que proporcione um dinamismo entre o produtor e o consumidor local, assim como um espaço para o entretenimento e lazer àqueles que apreciam a atividade pesqueira, não apenas como uma atividade relacionada ao alimento, mas aquela que proporciona satisfação em momentos de recreação e lazer.

Desta forma, o que se precisa é investimento nesta área, com a possibilidade de abertura de crédito, com o sentido amplo de comprar os equipamentos necessários à criação em tanques ou viveiros. Sendo que muito agricultores se mostram interessados nesta atividade ou pratica, no entanto, as informações ainda são muito ínfimas, no que concerne à obtenção dos alevinos, dos tamanhos dos espaços de criação, do ambiente mais adequado, das autorizações legais, assim como das espécies mais adequadas à comercialização.

Neste sentido, entende-se que a criação em tanques ou viveiros de pescados, proporcionaria uma diferenciação na dieta e cardápio do consumidor local, assim como possibilitado um dinamismo maior com a atividade pesqueira e as diretrizes relacionadas ao meio ambiente, da não promoção da captura desordenada e nem do uso proibidos de equipamentos por leis ambientais e pesqueiras. Além disso iria fomentar renda à região, como gerar emprego e circulação de divisas

**3 – ATIVIDADE AGROPECUARISTA**

A atividade agropecuarista está relacionada àquela da criação de várias espécies de gado, como: caprinos, ovinos, bubalinos, bovinos, equinos, suínos, e outros, como galináceos: peru, marrecos, patos, galinhas, picotes, etc. Quando na região do Uruará, as criações mais presentes são de gado bovino, usado para a criação “solta”, para exportação e para o consumo local. Do gado bubalino, direcionado para a criação solta e de venda para o mercado externo.

A produção de galináceos ainda é muito incipiente, mas há alguns produtores que permitem a venda deste produto em épocas de maior solicitação. Visto que, a maioria dos moradores que produziam estavam alocados nas comunidades adjacentes à Vila de Santa Maria do Uruará, e pelo seu deslocamento para este núcleo urbano, deixaram esta atividade, visto que o espaço atual, não permite tal criação.

Sabe-se que, nos últimos anos, a produção de bovinos e bubalinos passou de 27 mil cabeças para um total de 32 mil cabeças de gado, promovendo com isso um crescimento considerável de animais direcionados ao abate para o consumo local, para a criação de subsistência e para exportação ao mercado do Oeste do Pará e outros. Visto que a venda deste produto é feita em tonelagem e não em arroba como em outras regiões.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DA PRODUÇÃO NA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO DO URUARÁ – por milhares de cabeça ano 2015

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nº** | **Tipo de Gado- Criações** | **Número por Milhares –cabeça** |
| **01** | **Bovinos** | **32 mil** |
| **02** | **Bubalinos** | **9 mil** |
| **03** | **Equinos** | **2,5 mil** |
| **04** | **Caprinos** | **0,30 mil** |
| **04** | **Suínos** | **1 mil** |
| **05** | **Ovinos** | **1,2 mil** |
| **06** | **Galináceos** | **3,5 mil** |
| **Total** | | **49,5 mil** |

Fonte: ADEPARÁ, EMATER – PRAINHA - 2015

**4 – TRANSPORTES**

A questão do transporte se tornou muito peculiar, no sentido de tomar, nos últimos anos um "alavancamento", isto porque, os proprietários de barcos de madeira passaram a substituir os mesmos por lanchas de ferro; assim o transporte aquático de Santa Maria do Uruará para outros núcleos urbanos, passou a ganhar destaque, visto que passou a contar com 4 unidades que possibilitam a rapidez, eficiência, segurança e conforto no transporte que ora se promove entre a própria sede do município (cidade de Prainha) e outros núcleos urbanos da região Oeste do Pará ( Santarém, Monte Alegre), por exemplo.

Desta forma, não só ganhou os empresários deste setor, mais também a população, que anteriormente levava dias para cumprir com algumas obrigações ou outros serviços fora do lugar de origem.

Já no que concerne ao serviço de transporte terrestre, o mesmo foi modificado para melhor, pela inclusão da Linha Santa Maria - Santarém, ocorrendo todos os dias, ida e volta, com exceções os sábados. Assim a executora do serviço abarcou para sua frota novos veículos, possibilitando com isso, uma aceitação maior da população usuária deste serviço.

**5 – AGRICULTURA**

A agricultura é pouco expressiva na Região da Vila de Santa Maria do Uruará, assim como na própria região do Uruará, mas bastante concentrada em outras áreas da margem direita, ganhando destaque a região do Cuçari; visto que na região do Uruará, se concentra o extrativismo vegetal (extração de madeira) e o extrativismo animal (pescado). Fazendo com que a própria produção da farinha da mandioca se torne escassa em determinadas épocas do ano, tornando o produto mais oneroso ao consumido nesta época de escassez.

**6 – INDÚSTRIA**

6.1 – Marcenaria

Espaço onde se produz móveis para atender o mercado interno e também para outros mercados regionais. Quando na sua fabricação são utilizados materiais (madeiras) da própria região; o que permite fazem uma conexão entre o pequeno madeireiro, a marcenaria e o consumidor final.

Existem em número de 05 (cinco) unidades ou empresas deste ramo, sendo que uma é específica na produção de caixilho para portas, sendo uma produção de cunho exportação. Possibilitando assim um dinamismo entre a produção interna e o mercado consumidor externo.

6.2 – Olaria:

Espaço onde se produz material para a construção de casas, muros, e outras construções.

A vila de Santa Maria do Uruará, possui uma (01) olaria, onde são produzidas 20 mil unidades por mês, o que atende à demanda das construções na vila; pois, também são importados outra quantia relevante dos municípios de Santarém, Muaná, São Sebastião da Boa Vista e Santana (Amapá).

6.3 – Estaleiro:

Local da produção, confecção e reforma de embarcações de pequeno e médio porte e de diferentes calados. Quando estas embarcações como canoas, barcos, botes e lanchas feitas de madeira, extraídas e fornecidas por madeireiros locais são destinadas à produção pesqueira, ao transporte de passageiros, assim como passeio e outras atividades, como por exemplo ao transporte de bovinos.

Estão instalados 06 (seis) principais estaleiros, localizados em pontos estratégicos na Vila de Santa Maria do Uruará, o que possibilita um deslocamento fácil, rápido e seguro até o rio.

É uma indústria que permite a contratação um número expressivo de funcionários, que vai desde construtores navais, carpinteiros, calafates e outros.

6.4 – Serraria:

Local que recebe a madeira em toras, para em seguida, passar pelo processo de beneficiamento ou desdobramento no sentido de atender a demanda local ou para ser exportada.

São muitas as espécies que são desdobradas, como por exemplo, o ipê, a itauba, pau-d’arco, angelim, cedrorana, e outras, as quais são transformadas em ripas, ripões, tábuas, caibros, esteios, pranchas, vigas, vigões, que são direcionadas à construção de casas, palcos, cercas, coberturas, embarcações e para os trabalhos nas marcenarias, estaleiros e outras atividades de carpintaria em geral.

Atualmente as serrarias, que somam em número de 06 (seis) possibilita a contratação de um grande número de mão-de-obra, possibilitando assim a geração de trabalho e divisas; assim como fazendo uma conexão de grande relevância com o comércio local, gerando com isso uma renda de “valores circulantes” de grande expressividade à vila de Santa Maria do Uruará.

6.5 – Matadouro/abatedor

Local de abate de animais, com sentido de suprir o mercado e o comércio que trabalha com esta atividade, os açougues. O que permite que a o dinamismo na alimentação do habitante, o qual era feito especialmente de carne de peixe.

A carne que segue um calendário específico de abate atende 07 (sete) açougues que conseguem atender a demanda da comunidade local, tendo em vista que o valor da carne em relação ao preço do quilograma consegue seguir abaixo de outros centros urbanos, possibilitando o poder de comprar na quantidade maior deste alimento. Sendo que, o quantitativo, de cabeças abatidas, semanalmente, são de 24 unidades.

A localização do ambiente de abate está situada fora da área urbanizada, o que ajuda no afastamento de alguns animais considerados “repulsivos” aos olhos do morador, assim também como de cães. Permitindo com isso um trabalho de seleção, transporte e distribuição da carne aos locais de venda.

Sendo que este local está composto pelas seguintes partes: curral de espera, sala de abate, sangradouro, descanso de carne.

**7 – EXTRATIVISMO VEGETAL**

Hoje o extrativismo tem fomentado a economia da Região do Uruará, e principalmente, da Vila de Santa Maria; pois além de gerar renda, e emprego, possibilitou a um maior movimento ao comércio, ao transporte e aos serviços.

7.1 – DESDOBRAMENTO E BENEFICIAMENTO DE MADEIRA

Este desdobramento de madeira, a maioria de lei, são executados por seis serrarias, as quais estão concentradas em áreas nas adjacências da Vila de Santa Maria do Uruará, mais que estão dentro espaço determinado a gleba da vila; quando o produto restante (madeira beneficiada) é direcionada à construção civil local, às estâncias de venda; ou exportadas em lotes para outros centros urbanos e outros estados do Brasil.

Este desdobramento segue toda uma ordem de diretrizes executado pelo órgão ambiental maior (o IBAMA), assim como sendo fiscalizado pela Polícia Federal e o ICMBIO, como também da SEMMA Estadual e Municipal, da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros, e outros.

Os percalços causados pela atividades madeireira, também não deixa de existir, como intrafegabilidade de estradas e vicinais; poluição do rio (Rio Pará do Uruará); uso de equipamento e veículos pesados na vias da Vila de Santa Maria; como também o mais complexo ( o desmatamento); visto que, as desculpas se abraças na de que os projetos de extrativismo da madeira são todos legais.

Assim, o quantitativo de madeira desdobrado mensalmente, expressa um volume muito grande, o que permite ser o carro-chefe da economia local, além da pesca, do comércio, da agricultura, da pecuária e outros setores menos expressivos, porém importantes.

**8 – EDUCAÇÃO**

A Vila de Santa Maria do Uruará, na última década, conseguiu expressivos avanços, principalmente pelo fato do aumento da clientela educacional, o que é de praxe; assim como a aquisição de materiais educativos para as escolas já existentes; houve também a regularização do Ensino Médio, o qual anteriormente funcionava na base Modular de Ensino; como a construção de novas salas de aulas, o que veio de uma forma abrangente atender os agentes da Educação Infantil; Ensino Fundamental (Menor e maior) e Ensino Médio; no entanto, os avanços são irrisórios pelo quantitativo que a cada ano aumenta.

Desta forma, quanto à infraestrutura escolar, a Vila possui duas Escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental "EZILDA ARAGÃO BRASIL", Escola Municipal de Ensino Fundamental "JOAQUIM PEREIRA MENDES" e Escola de Educação Infatil “ALAÍDE PIRES”[[8]](#footnote-8) na última funcionando o Ensino Médio no turno noturno.

O Ensino Médio no que concerne ao turno matutino, funciona em local improvisado, mas que para o momento atende às necessidades escolares/educacionais, visto que, se estuda a possibilidade da construção de um espaço exclusivo para o funcionamento deste nível de ensino.

Desta forma, a escola Ezilda Aragão Brasil, conta com uma população educacional de 700 alunos, entre aqueles da Educação Infantil e Ensino Fundamental (menor e maior) e Educação de Jovens e Adultos, este último funcionamento à noite.

Já a escola Joaquim Pereira Mendes, conta com um quantitativo de 960 alunos, entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.

O Ensino Médio Regular, conta com um total para 2016 de 465 alunos matriculados neste nível de ensino; o que se leva a uma conclusão de que serão necessárias mais salas de aulas a cada ano que se passa, no sentido de atender dentro dos parâmetros legais/educacionais, visto a inexistência do prédio, mas já estudado pela SEDUC, a sua construção em breve espaço de tempo.

**9 – INFRAESTRUTURA ESPACIAL URBANA E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS**

Os lotes da Vila de Santa Maria do Uruará, são terrenos que possuem 10 metros de frente, por 30 metros de laterais ou comprimento, o que possibilita ao proprietário ter amplo domínio de construção e posse no lote. Estes lotes estão concentrados em quadras que medem em síntese e dentro da "Proposta de Planejamento Urbano de Santa Maria do Uruará", 120 metros de laterais ou comprimento (sentido Leste/Oeste) por 60 metros de largura (sentido Norte/Sul), dando assim um grande dinamismo à construção de imóveis, sejam eles residenciais ou comerciais ou mesmo híbridos. Quando seu espaço territorial se limita: ao Norte, com o Rio Pará do Uruará; ao Sul, com Isaura Mendonça Aragão, Ludinei Fuziel Pinto; ao Leste, com o Sr. Benedito da Luz Esquerdo, e a Oeste, com a Transuruará (PA-371) e Sr. Rosinaldo Mendes Fernandes (mediações da serraria Santa Maria Madeireira e Porto de embarque).

No entanto, existem algumas variações nestes lotes, mas são insignificantes, o que dar condições o suficiente para sempre manter o ordenamento espacial e paisagístico da Vila, o que merece por suas características, e pelo quantitativo populacional (7.450 hab) somente na área urbana de ser denominada de "cidade"

A Vila de Santa Maria do Uruará, conta atualmente com vários equipamentos públicos, que ora possibilitam a interação, vivência, convivência dos comunitários e dos transeuntes que por aqui circulam, temporariamente e/ou esporadicamente; que além das ruas já existentes, e àquelas planejadas para o futuro da "Ordem Espacial Urbana da Vila de Santa Maria do Uruará", conta ainda com:

**a) Igrejas:** Católica (Santa Maria; São João e Santa Rita (planejada); Igreja Batista; Igreja Assembleia de Deus; Igreja Quadrangular; Igreja Mormons; Igreja da Paz; Igreja Cristã do Brasil.

**b) Sedes**: (Danceterias): Arena Klan, Danceteria Metrópoles; Danceteria Ritmus; American Pie; Danceteria Camapu (desativada); Danceteria Star Dance; Barra Show, Danceteria São Rosário.

**c) Parques:** Parque AgroArte, Parque Charles Júnior.

**d) Praça:** Da Igreja Católica, as quais vem recebendo ao longo dos anos algumas alterações fundamentais e essências na sua infraestrutura; e atualmente a Praça João Viégas (inaugurada em outubro de 2024)

**e) Policia Militar:** PDD conta com um efetivo de 6 policiais.

**f) UBS:** Santa Maria do Uruará (com ambulatório, atendimento de emergência, consultório dentário; sala de microscopia; atendimento pediátrico; farmácia; assistência com ambulância, e outros serviços.

**g) Campos de Futebol e Quadras:** Campo do Grêmio; Campo do Internacional, Campo do São Francisco; Campo do São Rosário (em construção), quadra da Baixada; Campinho da Associação.

**h) Cemitérios:** São Domingos (na área urbana); Cemitério Rio Uruará (margem do rio)

**i) Pista de Pouso ou Aeródromo:** às margens do PA - 371 (Trasuruará), recebe pouso e decolagens esporádicas de aeronaves do ICMBIO, IBAMA, Polícia Federal, Bombeiros (Santarém), Polícia Militar, Poder público, Madeireiros, e outros, inclusive no deslocamento de casos graves de pacientes da UBS local. Esta pista possui 80 metros de largura, por 1000 metros de comprimento.

**j) Sistema de Água: possuem três:** 01 Bairro da Paz (capacidade 10 mil litros); 01 Bairro Miritizal (capacidade 15 mil litros); 01 Bairro Centro (capacidade 120 mil litros)

**10 – SERVIÇOS:**

Estética, salão de beleza, corte e costura, danceterias, hotéis/pousadas, restaurantes, entre outros que possibilitam o intercâmbio entre os diferentes campos de atuação das atividades que venham colaborar e fomentar a circulação de divisas, trabalho e renda.

**11 - ESPORTES E EVENTOS**

Existe um calendário paralelo aos eventos já realizados em épocas festivas (junina, 07 de setembro, Natal, Páscoa) e/ou calendários das sedes ou danceterias, que são:

1 \_ Bingão das "Mães", realizado no Domingo do Dia das Mães, com premiações de veículos (motos) e dinheiro. O que possibilita a participação maciça da população da margem direita do Município de Prainha.

2 - Festival do Açaí - promovido pela Escola Ezilda Aragão Brasil, no mês de outubro, o que permite a integração comunitária e a degustação de iguarias de época;

3 - Rodeio e Prova de Laço - promovida pela Agroart, no mês de outubro, viabilizando a aproximação dos moradores da região e da margem direita.

4 - Raly de Férias - realizado no mês de dezembro, com o intuito de entretenimento, lazer e diversão aos praticantes.

5 - Final de Ano - Festa realizadas nas várias sedes com o intuito de fortalecer as relações entre os diversos núcleos do município de Prainha, em espacial aos da Margem Direita do Município de Prainha.

Na Vila há várias agremiações esportivas, algumas tradicionais, as quais realizam torneios, campeonatos e festas comemorativas, dentre os quais podemos citar: São Francisco Esporte Clube; São Rosário Esporte Clube; Internacional Futebol Clube; Grêmio Esporte Clube; Veterano Futebol Clube; entre outros de menor expressão.

**12 – COMUNIDADES ADJACENTES E SUAS ATIVIDADES COMERCIAIS**

12.1 - COMUNIDADE DE IGARAPÉ – AÇU

**12.1.1 - Historicidade e Geografia da (vila) Comunidade de Igarapé Açu**

A comunidade de Igarapé Açu do Uruará foi fundada no dia 08 de setembro de 1940, com a chegada das famílias: Diogo Moraes Braga, Joaquim Mestre de Souza, Gonçalo Tenório de Moraes, Emanuel Frauzino Pereira. Após a chegada dos primeiros colonizadores, ocorreu uma segunda leva de imigrações para Igarapé Açu do Uruará, ainda no ano de 1940, com a chegada dos cearenses: Hipólito, Antonio Mestre, Diocleciano Santos para trabalhar nos cultivos de mandioca, milho e arroz. Os produtos eram vendidos para o pequeno empresário Otaviano Miranda. Para venderem seus produtos deslocavam para outra comunidade a margem do rio Taquari, conduzindo seus produtos em paneiro na costa, andando aproximadamente 23 km, as vezes alguns pais carregavam paneiros nas costas e filho no braço.

A partir do governo do Prefeito Jose Alfredo Hage, foi construída a primeira estrada que liga a PA – 371, a 12 Km para o Oeste de Santa Maria do Uruará, município de Prainha PA. Facilitando a exportação de produtos dos comunitários. Uma vez que enfrentavam, mas uma das dificuldades pelo motivo de não haver ponte para a travessia do igarapé, pois o mesmo dividia-se a comunidade, havendo a necessidade os comunitários construíram a primeira ponte, anos depois o atual prefeito Elson Arruda construiu uma nova ponte que veio a melhorar a condições dos moradores.

Com o passar do tempo surgiu o primeiro comercio, do senhor Radico Mesquita facilitando a venda e a compra dos produtos do comunitário. Com a evolução do povoamento houve necessidade de ampliar o conhecimento científico, mas a maior dificuldade era que não tinha pessoas com o grau de escolaridade para exercer este cargo, sendo indicada a senhora Maria Ferreira Meireles, que já tinha atuado como professora na comunidade de Palhal, tendo apenas a sexta série do ensino Mobral juntamente com o senhor Elizeu Figueiredo de Moraes. Anos depois foi escolhida pelos comunitários a senhora Maria do Socorro Meireles, para lecionar com a 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental, obtendo o grau de escolaridade de 2a série do ensino Mobral, dando continuidade a seus estudos a partir do projeto Gavião I, atuando ate hoje como professora do 2o ano do ensino fundamental. Nos dias atuais a comunidade do Igarapé Açu, tem aproximadamente **1.200 habitantes;** 170 moradias (famílias); sua economia é baseada na agricultara e na pecuária; possui energia elétrica 24 horas; microssistema de água; uma escola com duas salas de aula; três campos de futebol; uma igreja católica e uma evangélica. É uma comunidade muito visitada pelos moradores das comunidades vinhas, por ter vários igarapés com águas cristalinas.

(FONTE: ESCOLA DIOGO MORAES BRAGA, 2015)

12. 2 - COMUNIDADE DE PORTO FRANCO

A comunidade de Ponto Franco está situada na margem esquerda do Rio Pará do Uruará, aproximadamente há 2,5 quilômetros da Vila de Santa Maria do Uruará; pois se tratando de uma vila de pescadores, sua atividade está muito ligada ao comércio e o processo alimentício na Vila de Santa Maria, pois seus moradores, a maior parte deles, quando não direcionam seu produto ao comprador (geleiro), levam este produto para ser comercializados ainda frescos e/ou gelados na via anteriormente citada.

Quanto aos equipamentos sociais e públicas, esta vila conta com 01 escola (Escola Nova Vida); 01 barracão comunitário (local de reuniões, encontros e festas), 01 igreja (católica); 01 trapiche (recém-inaugurado); um mini-sistema de água o qual atende as 60 famílias restantes da vila, totalizando 240 pessoas; visto que uma grande parte da população migraram para a Vila de Santa Maria do Uruará, com dois objetivos: primeiros, os mais jovens em busca de conhecimento e educação, visto que em Porto Franco, não existem os anos/séries do Ensino Fundamental Maior, e, também, do Ensino Médio; já os mais idosos (aposentados) em busca de estar perto de uma assistência a saúde mais propícia em Santa Maria.

Além do pescado como fonte de alimentação e atividade primária na economia, existem pequenas criações e plantações que contribuir com a alimentação e o pequeno comércio aí existente.

12. 3 - COMUNIDADE DE TERRA PRETA DO URUARÁ

A Comunidade de Terra Preta do Rio Uruará, está situada na margem direita do Rio Pará do Uruará, quando a mesma possui sua economia ligada à pecuária e a pesca, esta última feita no sentido de venda aos chamados "geleiros", os quais abastecem os mercados da Região Oeste do Pará. A criação de gado está ligada ao bovino, suíno, caprino e bubalino.

A comunidade possui um total de 25 famílias, o que totaliza 150 habitantes, os quais tem o acesso por meio fluvial com outros centros, inclusive com Santa Maria do Uruará e ma sede do município, a cidade de Prainha.

(Fonte: Presidente da Associação de Moradores da Terra Preta, 2015)

12. 4 - COMUNIDADE DE MATOGROSSO

A comunidade de Mato Grosso do Rio Uruará, está localizada na margem direita do Rio Pará do Uruará, e que possui sua atividade e economia ligada à pesca e criação de gado bovino. Sendo que esta comunidade possui um quantitativo de 37 famílias, totalizando 190 pessoas. Na comunidade funciona o ensino fundamental, mas só as primeiras séries deste, do pré II ao 5º ano.

(Fonte: Presidente da Associação de Moradores e Escola São Sebastião, 2015)

12. 5 - COMUNIDADE DE CARAXIÓ

Esta comunidade está dividida em duas regiões: Caraxió de Baixo e Carixió de Cima. Ela está situada na região do Rio Caraxió Médio, o qual tem afluente do Rio Pará do Uruará na margem esquerda.

Nesta comunidade predomina a agricultura de subsistência, como também aquela direcionada à criação de gado: bovino, equino, suíno, galináceos e outros. No entanto, a agricultura está concentrada na produção de mandioca, macaxeira, milho, arroz; colheita de uxi, bacaba, açaí e outros como piquiá. Como também à extração de madeira de lei, destinada ao comércio local, assim como a exportação em pequena escala.

Ela é composta de 20 famílias, compondo assim um total de 180 pessoas, as quais possuem uma ligação bastante expressiva com a Vila de Santa Maria do Uruará, feita através de transporte terrestre, através da PA-371 (Transuruará).

(Fonte: moradores locais, 2015)

12. 6 - COMUNIDADE DE SÃO JOAQUIM DO URUARÁ

Esta comunidade está situada na margem direita do Rio Pará do Uruará, contendo um quantitativo de 15 famílias, compondo um total de 90 indivíduos; os quais desenvolvem suas atividades ligadas à agricultura familiar, à pesca, e a pequena criação bovina. Sua ligação com a Vila de Santa Maria do Uraurá é feita por via aquática através de rabetas, canoas e barcos.

(Fonte: Moradores Locais)

12. 7 - COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ E SANTA CRUZ

A comunidade de Santa Cruz e São José estão situadas na margem direita do Rio Pará do Uruará, o que na verdade é uma só comunidade, no entanto por divergências sociais e religiosas foram divididos em dois núcleos (São José, evangélica) e (Santa Cruz, católica). Estas comunidades abarcam ainda dois núcleos menores que são "Cidade" e Mucuri: a primeira situada na margem esquerda do rio que a banha e a outra do mesmo lado (direito).

Sua economia está baseada no comércio, na pesca, na criação de ovinos, caprinos e bovinos; assim como na agricultura de base; visto que a comunidade é um dos palcos das reuniões da criação da Reserva Renascer, o que faz com que a população esteja muito centrada no extrativismo vegetal controlado ou seja vinculado aos órgãos de fiscalização federal: IBAMA e ICMBIO.

Possui uma população de 120 famílias, totalizando 720 habitantes; e que seu acesso à vila de Santa Maria do Uruará, se dar de duas formas: meio aquático (barcos, canoas, rabetas) e meio terrestre, quando se atravessa o rio e segue pelo Ramal São Paulo - Santa Maria.

(Fonte: Escola Papea Gomes Lacerda, 2015)

12. 8 - COMUNIDADE DE BEIRA RIO

A Comunidade de Beira Rio está situada na margem direita do Rio Pará do Uruará, sendo uma vila de agricultores, e que possuem um total de 45 famílias, totalizando 270 habitantes. Sendo que a base da economia está centrada na agricultura familiar, na pequena extração de madeira, e na pecuária e na criação de subsistência.

(Fonte: Presidente da Associação de Moradores de Beira - Rio, 2015)

12. 9 - COMUNIDADE DE SÃO PAULO

A comunidade de São Paulo do Rio Uruará, está situada na margem direita do Rio Pará do Uruará e pertence à Região do Uruará. É uma vila de agricultores, e que possui 85 famílias, totalizando 425 habitantes, o quais tem uma ligação direta com Santa Maria do Uruará, sendo este acesso feito através de estrada e por via aquática.

Esta vila, e/ou comunidade, possui uma igreja (católica), um barracão comunitário e uma escola, e um salão utilizado nas atividades festivas, culturais e sociais da comunidade.

(Fonte: Coordenação da Escola Bernardina Ferreira Gomes, 2015)

12. 10 - COMUNIDADE DE SÃO RAIMUNDO E PEDRA BRANCA

A Comunidade de Pedra Branca e São Raimundo do Rio Uruará, estão situadas na margem direita do Rio Pará do Uruará; as quais a primeira é de predominância evangélica e a segunda, católica; e que pela distância geográfica, assim como por estas questões religiosas, não fora permitido que os alunos estudassem em um só núcleo, ficando dividido o funcionamento nas duas comunidades.

Suas economias estão diretamente ligada ao extrativismo vegetal (serragem de madeira) em pequena escala, tanto para o uso interno, assim como para a pequena exportação. No entanto, a agricultura familiar é predominante, como a produção de farinha de mandioca e produtos outros, que são vendidos na Vila de Santa Maria do Uruará.

Os meios de transportes utilizados para se chegar aos comunitários, ou a outros centros urbanos, em especial à Santa Maria do Uruará, é feito de duas formas: aquático, feito por canos, lanchas (rabetas) barcos e terrestres, através de motocicletas, que transitam pelo ramal São Paulo - Santa Maria.

As duas comunidades juntas possuem 27 famílias, o que totaliza 108 pessoas, as quais se permitem nas inter-relações comunitárias sociais na Região do Uruará.

Na comunidade de São Raimundo existe a realização de uma festa tradiconal, no mês de abril, denominada de "Festa do Pirarucu", o que abrange no seu convite/participação toda a população da região do Uruará e Região da Margem Direita do Município de Prainha.

(Fonte: Lideranças Locais comunitárias, 2015)

12. 11 - COMUNIDADE DE FLORESTA

A comunidade da Floresta, está localizada a margem direita do Rio Pará do Uruará, sendo este afluente do Rio Amazonas e pertencente ao município de Prainha.

Esta localidade, esta aproximadamente 80 km em linha reta da sede do município, contando com a **população de 260 pessoas**, que vivem distribuídas em locais menores, mais que fazem parte dessa comunidade. Suas residências são caracterizadas pela construção em madeira e cobertas de telhas industriais ou mesmo palhas extraídas da região.

No que se refere sua infraestrutura esse local não dispõe de distribuição sistema de distribuição de água e nem esgoto. Sendo a água captada diretamente do rio, através de utensílios e esporadicamente através de bombas hidráulicas.

Outros bens básicos, no casso da energia elétrica ser inexistente no que diz respeito ao conjunto das casas.

O acesso a esta dava-se anteriormente somente através de canoas e barcos de pequenos portes. No entanto já pode ser feito através de vias terrestres, que dão acesso a outras comunidades próximas.

No que diz respeito ao relevo, esta apresenta uma planície de baixa altitude que varia entre 3 a 7 metros em relação ao Rio Pará do Uruará. Já a sua formação vegetal é enorme densa, caracterizada principalmente pela Floresta Amazônica e alguns traços de floresta ciliar as suas proximidades. Sendo que a primeira possui arvores que abrangem 30 a 40 metros de altura. No casso da segunda, predomina arvore da altura entre 4 a 7 metros.

As suas limitações geográficas caracterizam-se da seguinte forma:

Ao norte: Tamuataí; ao Sul, com o Rio Para do Uruará; ao Leste, com Monte Sinai; ao Oeste, com Pedra Branca.

Floresta é uma comunidade com uma população de aproximadamen5e 180 habitantes distribuídos entre adultos, idosos e crianças.

Foi fundada em 1977, recebeu esse nome pelo fato de a mata (floresta) ser ainda “virgem”, ou seja, inexplorada.

Os primeiros moradores construíram na comunidade uma igreja e uma escola.

Hoje tem na comunidade, tem um motor de luz que fornece energia para alguns comunitários, isto porque à localização das moradias são distantes, não favorecendo essa distribuição igualitariamente.

No que se refere aos prédios comunitários, existem: um barracão, uma igreja, o prédio da escola e a residência dos professores.

A hidrografia deste local caracteriza-se pela presença de pequenos olhos d’ água e principalmente pela continua descida, em seu constante volume, o Rio Pará do Uruará.

A agricultura na comunidade de Floresta é uma principal fonte de renda da população, assim como as práticas de outras atividades caracterizam a economia deste local, como, por exemplo, a extração da madeira, com finalidade exclusiva de se confeccionar pequenas canoas para transportes; tabuas direcionadas a construção de casas, remos, lanchas, barcos de pequenos calados, proporcionados na utilização do transporte aquáticos da própria região e outros. Além desses, há ainda o artesanato típico da comunidade que é fabricado e confeccionados a partir dos mais diversos tipos de cipós extraídos da floresta adjacente. Sendo que, os mais presentes artesanatos fabricados e utilizados são cestos, paneiros, peneiras, tipitis, abanos, entre outros.

Lembrando ainda que, a extração de palha nativa, tem como função não somente a cobertura das casas locais, como também a exportação para outros núcleos urbanos com o intuito de ser utilizado nas mais diferentes atividades das populações regionais.

Vale ressaltar que a atividade pesqueira é inexistente neste local, quando para se consumir o mesmo, isto é o pescado, é necessário importado ou mesmo dirigir-se a outros locais para capturá-lo. Os comunitários que habitam a comunidade da Floresta sobrevivem da agricultura familiar, baseada no cultivo da mandioca e outros pequenos cultivos, tendo como sua principal fonte de renda à farinha de mandioca que serve para alimento e comercialização, para outros centros urbanos próximos ou mesmo para outras cidades da Região do Baixo-Amazonas.

O trabalho da roça é feito pelas famílias, as quais ainda dotam vários métodos tradicionais para a fabricação da farinha como o uso de: terçados, enxadas, roçaduras e etc.

A comunidade é de difícil acesso, o que dificulta a escoação de seus produtos, tendo como única entrada ou saída o Rio Pará do Uruará, onde os comunitários utilizam barcos de pequenos portes para transporta sua produção, até o destino onde é comercializada. (PEREIRA, 2010)

13 - BALNEÁRIOS - locais de aglomeração de pessoas que se possibilitam a divertir-se, promover o entretenimento e integração comunitária, os quais possibilitam a integração homem-natureza; prevalecendo assim o espírito colaborativo com o meio ambiente.

Assim, apresenta-se com grande possibilidade de balneabilidade, diversão e entretenimento nos finais de semana. Com rotas específicas, partindo da sede do distrito de Santa Maria do Uruará (Vila de Santa Maria) até os locais, os quais possibilitam, não só a interação com a natureza, mais também uma forma de fugir do cotidiano e das rotinas das atividades laborais; onde pessoas passam a interagir com os comunitários de outras localidades e até mesmo de outras regiões do município ou municípios circunvizinhos, produzindo um intercâmbio entre estes indivíduos no que tange costumes, cultura e até mesmo a culinária, já que a socialização é favorável em todos os dias da semana, mas em especial nos finais de semana e no final de ano, tornando-se um refúgio prazeroso e aconchegante para os simpatizantes do bem-viver natural e das interações sócio-comunitárias.

São os principais balneários da Região do Uruará: El Dourado (Rio Caraxió - Km 13); Igarapé - Açu (PA - 372); Balneário do Farinha (Igarapé Patauá); Balneário do Pau- D'Arco (Rio Uruará - Comunidade São Raimundo); Balneário São Paulo - Beira Rio (Rio Uruará); Balneário do Água Fria (Km 14, Igarapé do Caraxíó); Balneário Chácara Reis (comunidade de Igarapé Açu); Balneário do Salim (comunidade de Igarapé Açu); Balneário Aragão (Comunidade de Igarapé Açu); Balneário do Juarez (Caraxió); Balneário do Vermelho (igarapé do Vermelho (km 25 – Transuruará), todos estes dentro do espaço territorial do Distrito de Santa Maria do Uruará, no município de Prainha, estado do Pará.

**14 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA DE SANTA MARIA DO URUARÁ E REGIÃO - AMOSAMUR**

Entidade de cunho representativo e jurídica sem fins lucrativos, e que tem inúmeras atribuições junto à comunidade, aos seus sócios, assim como à população de sua abrangência administrativa e jurídica, como por exemplo, formar convênios com o Poder Público e outras entidades, assim como órgãos nas diferentes esferas; como também "construir obras com seus próprios recursos, adquiridos ou doados".

Foi fundada no dia 19 de dezembro de 1993, na Vila de Santa Maria do Uruará, no sentido de reivindicar junto aos poderes, as necessidades da população local; quando foi estendida o seu campo de abrangência no ano de 1998, como seu novo estatuto Regimental, abrangendo assim todas as comunidades na Região do Uruará.

Atualmente tem trabalhado junto ao governo municipal, no sentido de viabilizar e resolver questões relativas à Região do Uruará, da Vila de Santa Maria do Uruará, como também da própria margem direita do Município de Prainha, onde acredita exista a desorganização dos comunitários em relação às suas solicitações e pedidos.

Nas suas duas décadas de existência, já contribui consideravelmente na solução de problemas que ora afligem a vida do cidadão com poucos recursos financeiros, fazendo parcerias com empresários locais, entidades e órgão do governo; assim solicitando serviços de primeira necessidade às empresas responsáveis por tais como: telefônico, de energia, de telefonia celular (não atendido); de distribuição de água, de saúde, serviços eleitorais, de solicitação e tiragem de documentos diversos.

Como também age como parceiros nas definições comunitárias e das diretrizes da sociedade local, sempre promovendo o intercâmbio entre a necessidade e a solução dos fatos. Agindo ainda de forma democrática, imparcial, justa e acessível, entre o cidadão e os órgãos governamentais.

**CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES**

Embora a Vila de Santa Maria do Uruará, tenho avançado bastante nos vários campos sociais, comerciais, financeiros e econômicos, ainda falta muito para se chagar ao resultado desejado, pois as políticas públicas, assim como as sociais ainda não atingiram de maneira coerente e eficaz à população local e das comunidades da Região do Uruará; pois falta alguns serviços básicos de infraestrutura que poderiam contornar alguns problemas vigentes, como construção de uma escola para o funcionamento do Ensino Médio Regular; implantação de uma biblioteca pública/comunitária; construção de um trapiche comunitário (em projeto); construção de um campo de atividades esportivas (futebol principalmente); implantação de novo sistema de água, assim como ampliação da rede de distribuição de água; melhoria na captação e condução do lixo doméstico; implantação e funcionamento do Correios , o que possibilitaria o atendimento na pagamento de faturas e de outras taxas regulares ao consumidor; implantação e funcionamento do uma agência bancária, o que facilitaria os serviços bancários aos pensionistas, aposentados, beneficiários, assim como ao funcionalismo público.

No entanto, a responsabilidade tem que ser de forma democrática e cidadã, onde o principal assistido seja o cidadão que por suas limitações, segurança e bem-estar. precisa se atendido no seu lugar de vivência e convivência.

E quanto aos valores que aqui circulam, assim como das atividades ora desenvolvidas em todos os setores que empregam e geram valores em benefício do cidadão local, devem ser gradativamente fortalecidas e alimentadas por investimentos, para que proporcione cada vez mais o progresso, o desenvolvimento e o fortalecimento das relações sociais, comerciais, econômicas e políticas na Vila de Santa Maria do Uruará e Região do Uruará, assim como manter as inter-relações com outros núcleos urbanos da margem direita do Município de Prainha - Pará.

**REFERÊNCIAS**

DOS SANTOS, S. P. **A ATIVIDADE PESQUEIRA NA VILA DE SANTA MARIA DO URUARÁ E REGIÃO DO URUARÁ**, Rio de Janeiro, 2015. (TCC)

PEREIRA, M. H. G. **AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DE FLORESTA**, Rio de Janeiro, 2010. (TCC)

PINTO, J. M A. **A PESCA: FONTE DE ALIMENTAÇÃO E BASE ECONÔMICA DA VILA DE SANTA MARIA DO URUARÁ E COMUNIDADE DE PROSPERANÇ.** Rio de Janeiro, 2010 (TCC)

Fontes: Porta das Cidades, 2010. acessado em 12 de janeiro de 2016

1. Este livro busca ventilar as pesquisas feitas sobre a vila de Santa Maria do Uruará, localizada na margem esquerda do Rio Pará do Uruará, no município de Prainha, estado do Pará, em seus vários aspectos, sejam eles econômicos, comercial, educacional, demográfico, ambiental, de produção afins, assim como elencar as informações sobre as perspectivas futuras de um povo que tem em seu lema: “Fé, Trabalho e Prosperidade de um Povo”. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor efetivo da rede Pública Municipal de Ensino de Prainha – Pará. Mestrando em Educação (Formação de Professores). – FUNIBER/UNINI [↑](#footnote-ref-2)
3. Região de várzea que corresponde à margem direita do Rio Amazonas no Município de Prainha, indo da foz do Rio Guajará até os limites do Rio Curuá no Distrito de Pacoval. [↑](#footnote-ref-3)
4. Algumas colocações aqui neste artigo foram obtidas de maneira informal através de conversas com moradores e outros agentes informantes, e que, podem variar quanto a veracidade dos fatos e atos. [↑](#footnote-ref-4)
5. Professor Efetivo da rede Pública Municipal de Ensino. Mestrando em Educação (Formação de Professores) UNINI/FUNIBER – 2020. [↑](#footnote-ref-5)
6. Professor e pedagogo da rede Pública de Ensino de Prainha – Pará desde 1998.

   Mestrado em Educação (Formação de Professores) pela UNINI/FUNIBER - 2021 [↑](#footnote-ref-6)
7. Este foi uma proposta de Projeto de lei que deveria ser apresentado à Câmara de vereadores de Prainha, no entanto, o articulador não recebeu resposta da casa, o que desde o ano de 2014, ano de sua elaboração, não se obteve nenhuma resposta plausível; sendo o autor do projeto o professor Sydney Pinto dos Santos, a pedido do vereador Manoel da Cruz Viégas. E que, pela falta de resposta, o autor, fez a divulgação no ano de 2019, para conhecimento da sociedade em geral. [↑](#footnote-ref-7)
8. Esta escola passou a funcionar no ano de 2017, dentro do espaço físico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Pereira Mendes, mas tem plena autonomia e independência no seu exercício. [↑](#footnote-ref-8)